



Martha Abreu  
Monica Lima

# PEQUENA ÁFRICA

histórias, memórias e personagens  
num museu de território

**IPN**  
INSTITUTO  
PRETOS  
NOVOS

LETRACAPITAL

Toda grande parceria começa a partir de um encontro que o tempo transforma em amizade e propósito.

Assim foi com a Letra Capital Editora e o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), representados por mim e Merced Guimarães, amiga de longa data. A partir da publicação da trilogia sobre os obituários dos Pretos Novos (*A morte no Valongo, O cais e o cemitério* e *Silêncios que gritam*), de autoria de João Carlos Nara, compartilhamos o mesmo ideal: fazer do livro um espaço de memória, reparação e consciência. ***Pequena África: histórias, memórias e personagens num museu de território***, das historiadoras Martha Abreu e Monica Lima, renova essa caminhada conjunta.

É um livro que amplia o olhar sobre a cidade do Rio de Janeiro e as histórias da herança africana, reafirmando o compromisso que nos une: o de preservar a memória e valorizar as vozes que ajudam a reconstruir o Brasil.

**João Baptista Pinto**  
*Editor*

## **MARTHA ABREU**

Professora titular do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, atuando no PPGH e no Mestrado Profissional em Ensino de História. É pesquisadora do CNPq e da UERJ/FFP. É uma das coordenadoras do projeto Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil e do Instituto AfrOrigens, um projeto de arqueologia e história sobre a Diáspora Africana no Brasil. Publicou diversos trabalhos sobre cultura popular, música negra, patrimônio cultural, pós-abolição e história pública.

## **MONICA LIMA**

Professora de História da África, do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PPGEH) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ). Coordenadora do Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA) no IH-UFRJ. Participou da redação do dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial. Pesquisou em arquivos e centros de documentação na África, na Europa e no Brasil. Atualmente é Diretora-Geral do Arquivo Nacional.

Copyright © Martha Abreu e Monica Lima, 2025

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais  
forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Rita Luppi

PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães

CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

A146p

Abreu, Martha

Pequena África: histórias, memórias e personagens num museu de território  
/ Martha Abreu, Monica Lima. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.

176 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-220-7

1. Negros - Rio de Janeiro (RJ) - História. 2. Patrimônio cultural - Rio de Janeiro  
(RJ). 3. Valongo, Cais do (Rio de Janeiro, RJ) - História. I. Lima, Monica. II. Título.

25-101223.0

CDD: 981.53

CDU: 94(815.3)

---

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

17/10/2025 20/10/2025

INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS

Rua Pedro Ernesto, 32-34 – Gamboa – Cep 20220-350 Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2516-7089 / (21) 96465-9983

[www.pretosnovos.com.br/](http://www.pretosnovos.com.br/) | [contato@pretosnovos.com.br](mailto:contato@pretosnovos.com.br)

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465

[www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br)

*Martha Abreu | Monica Lima*

PEQUENA ÁFRICA:  
histórias, memórias e personagens  
num museu de território

LETRAPITAL

*Aos pretos novos do Valongo,  
guardiões da Pequena África.*



## Prefácio

**É** com grande honra que apresento ao público a obra *Pequena África: histórias, memórias e personagens num museu de território*, de Martha Abreu e Monica Lima. Este livro é mais do que uma publicação: é um marco na preservação da memória coletiva da nossa cidade e na valorização de um dos capítulos mais sensíveis e, ao mesmo tempo, mais fundamentais da história do Rio de Janeiro, do Brasil e da humanidade.

O Cais do Valongo, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial, não é apenas um sítio histórico. É um território de memória e resistência, que guarda as marcas da chegada de cerca de um milhão de africanos escravizados. Ao mesmo tempo, é um espaço que nos convoca ao compromisso com a reparação, a justiça histórica e o reconhecimento do protagonismo da população negra em nossa cidade.

A região da Pequena África, com sua riqueza cultural, sua força simbólica e sua vitalidade, é herdeira e guardiã dessa história. É nela que a presença africana se manifesta em música, religião, culinária, festas populares e tantas outras expressões que moldaram a identidade do Rio de Janeiro. Por isso, iniciativas como esta publicação são indispensáveis: elas aprofundam o entendimento, dão visibilidade a personagens e memórias, e nos ajudam a compreender que o futuro só se constrói de maneira justa quando se reconhece plenamente o passado.

Como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, reafirmo o compromisso da nossa gestão em valorizar e proteger este patrimônio imaterial e material, fortalecendo instituições como o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) e ampliando ações que consolidam o Rio como referência mundial no respeito à diversidade cultural.

Que esta obra inspire novas gerações de pesquisadores, educadores, artistas e cidadãos a ocupar a Pequena África não apenas como um espaço geográfico, mas como um território vivo de memória, identidade e reparação.

**Eduardo Paes**  
*Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro*

## Prefácio

**É** com grande satisfação que apresento a obra *Pequena África: histórias, memórias e personagens num museu de território*, de Martha Abreu e Monica Lima. Realizada com recursos do Edital Rio Capital Mundial do Livro – Cultura Viva, por iniciativa do Instituto Pretos Novos, esta publicação constitui um legado de profundo valor histórico, cultural e simbólico para a cidade do Rio de Janeiro.

Vivemos um momento singular: o Rio de Janeiro é reconhecido pela UNESCO como Capital Mundial do Livro, um título que reafirma o compromisso da cidade com a leitura, o conhecimento e a democratização do acesso à cultura. Nesse contexto, esta obra ganha ainda mais relevância, pois traduz, em palavras e imagens, o poder do livro como instrumento de memória, reparação e transformação social.

A Secretaria Municipal de Cultura se orgulha em apoiar iniciativas que preservam e projetam para o futuro a herança africana que moldou a identidade carioca.

**Lucas Padilha**  
*Secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro*

# Agradecimentos

Há muitas pessoas que contribuíram para a criação deste livro e para sua publicação. Às parceiras do Passados Presentes, Hebe Mattos e Keila Grinberg, pela interlocução inteligente e amizade que inspira sempre. Às também companheiras do grupo do *blog Conversa de Historiadoras*, Giovana Xavier e Ana Flávia Magalhães, pelo apoio nas primeiras discussões sobre museus na Pequena África.

Aos estudantes de diferentes gerações do Laboratório de Estudos Africanos – LEÁFRICA do Instituto de História da UFRJ e, em especial, ao LEÁFRICA-PAC – Pequena África Carioca, grupo que pesquisa a presença de pessoas africanas em logradouros na região, no qual destaco a participação de Ana Gabriella de Lima, atualmente mestranda em História no PPGHIS/UFRJ. Ana Gabriella também foi fundamental na organização final desta edição com a localização de fontes, imagens e muitas músicas.

Ao grupo, capitaneado por Nilcemar Nogueira, formado por Vinicius Natal, Clarisse Dias de Jesus, Maria Eugênia Leme Joseph – a Gegê, Cristina Lodi e Heloisa Helena Queiroz, pela força inicial na construção dos primeiros projetos para o MUCHAB. Não podemos deixar de mencionar todo o apoio da Unesco as nossas iniciativas, entre 2018 e 2019.

Ao longo desses anos, o convívio e as trocas como os movimentos negros da região, como o quilombo da Pedra do Sal, a Casa de Tia Ciata, o Casarão Cultural João Alabá, os Filhos de Gandhi, as associações do Morro da Providência e representantes de casas de santo e grupos culturais, foram fundamentais para alimentar nossa disposição de pensar um museu de território inclusivo, antirracista e potente na visibilização de muitas histórias negras. Como fazemos parte da Comissão de Memória e Reparação do Comitê Gestor Cais do Valongo, este livro se torna um desdobramento de nossa presença no grupo. E, neste sentido, agradecemos também a Damião Braga e Humberto Adami pelo convite a fazer parte desta comissão.

Ainda é preciso agradecer aos inúmeros historiadores e historiadoras que são citados ao longo deste livro. Suas pesquisas, em diversas instituições públicas, demonstram que a produção historiográfica se tornou parceira dos movimentos sociais negros e fortalecem as políticas de reconhecimento e afirmação da presença negra na transformação da cidade e do nosso país. Especialmente à Alida Metcalf pela gentileza de nos permitir a utilização do atlas digital do *ImagineRio*. Aos fotógrafos Guilherme Hoffman e Maurício Hora pela cessão das fotos.

Por fim, mas fundamental, agradecemos a Merced Guimarães, presidenta do *Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos* (IPN), por abrir espaço para este livro e resistir à frente da sua instituição. Por extensão, agradecemos ao esforço das pessoas que atuam nesta fundamental instituição e acolhem diversas iniciativas de reparação e valorização da história de africanas e africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro. Obrigada IPN!!!

# Sumário

|                                                                                                                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Apresentação .....</b>                                                                                                                                                                  | <b>13</b> |
| <b>Eixo 1 Dor e Resistência.....</b>                                                                                                                                                       | <b>33</b> |
| Personagens, situações-problema, imagens,<br>referências, músicas, documentos para reflexão                                                                                                |           |
| Lugar de memória 1: Cais do Valongo, Patrimônio Mundial,<br>e Armazém Docas André Rebouças .....                                                                                           | 35        |
| <b>Tema central:</b> <i>a chegada e as origens. O cais<br/>como uma encruzilhada na diáspora.....</i>                                                                                      | 35        |
| Lugar de memória 2: Mercado de escravizados do Valongo.<br>Praça atrás do Cais do Valongo (esquina da Rua<br>Sacadura Cabral com Avenida Barão de Tefé –<br>próximo às palmeiras) .....    | 49        |
| <b>Tema central:</b> <i>escravizados tratados como<br/>mercadoria, resistência e medo senhorial.....</i>                                                                                   | 49        |
| Lugar de memória 3: Cemitério dos Pretos Novos – Instituto<br>dos Pretos Novos (IPN) .....                                                                                                 | 55        |
| <b>Tema central:</b> <i>faltou respeito na vida, faltou<br/>respeito na morte .....</i>                                                                                                    | 55        |
| <b>Eixo 2 Transformação e Protagonismo .....</b>                                                                                                                                           | <b>65</b> |
| Personagens, situações-problema, imagens, músicas,<br>referências, documentos para reflexão                                                                                                |           |
| Lugar de memória 4: Escola José Bonifácio. MUHCAB .....                                                                                                                                    | 67        |
| <b>Tema central:</b> <i>a luta pela escolarização .....</i>                                                                                                                                | 67        |
| Lugar de memória 5: Barricadas da Revolta da Vacina. Praça<br>da Harmonia, na esquina com Rua Sacadura Cabral .....                                                                        | 76        |
| <b>Tema central:</b> <i>participação política nas lutas<br/>populares da cidade .....</i>                                                                                                  | 76        |
| Lugar de memória 6: Sindicatos e associativismo negro,<br>esquina da Rua Sacadura Cabral com Rua do<br>Livramento – Sociedade da Resistência dos<br>Trabalhadores do Trapiche e Café ..... | 89        |
| <b>Tema central:</b> <i>presença dos trabalhadores negros<br/>na construção da luta sindical na Primeira República ....</i>                                                                | 89        |

|                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Lugar de memória 7: Casa de Machado de Assis – Ladeira do Livramento .....                                                                                             | 99  |
| <b>Tema central:</b> <i>intelectuais negros e o mundo letrado</i> ....                                                                                                 | 99  |
| Lugar de memória 8: Jardins Suspensos do Valongo – Mirante da “Pequena África” .....                                                                                   | 102 |
| <b>Tema central:</b> <i>protagonismo na formação das festas e religiões afro-cariocas</i> .....                                                                        | 102 |
| Lugar de memória 9: Largo do Depósito/Praça dos Estivadores .....                                                                                                      | 123 |
| <b>Tema central:</b> <i>associativismo negro e participação política nas lutas pela Abolição da escravidão e pela cidadania</i> .....                                  | 123 |
| Lugar de memória 10: Trapiches e atividades portuárias da Rua da Saúde. Esquina de Rua Sacadura Cabral com Rua Camerino, calçada do prédio do Trapiche da Gamboa ..... | 137 |
| <b>Tema central:</b> <i>transformações urbanas e o trabalho no porto.</i> .....                                                                                        | 137 |
| Lugar de memória 11: Pedra do Sal e Quilombo da Pedra do Sal .....                                                                                                     | 140 |
| <b>Tema central:</b> <i>protagonismo negro na modernidade carioca e na construção do patrimônio cultural brasileiro</i> .....                                          | 140 |
| Lugar de memória 12: Largo de São Francisco da Prainha: zungu.....                                                                                                     | 155 |
| <b>Tema central:</b> <i>formas de sociabilidade e resistência</i> .....                                                                                                | 155 |
| Lugar de memória 13: Igreja de São Francisco da Prainha.....                                                                                                           | 163 |
| <b>Tema central:</b> <i>Igreja, propriedade e escravidão</i> .....                                                                                                     | 163 |
| Lugar de memória 14: Igreja de Santa Rita.....                                                                                                                         | 165 |
| <b>Tema central:</b> <i>pretos novos, festas negras e capoeiras em solo sagrado</i> .....                                                                              | 165 |
| Lugar de memória 15: Praça Mauá, antiga Prainha.....                                                                                                                   | 170 |
| <b>Tema central:</b> <i>território de condenados, capoeiras e africanos livres.</i> .....                                                                              | 170 |

## Apresentação

**E**m 9 de julho de 2017, o sítio histórico do Cais do Valongo foi reconhecido como Patrimônio Mundial por seu caráter simbólico, sensível e de valor universal excepcional para a história da humanidade<sup>1</sup>. Pela região do Valongo chegaram aproximadamente um milhão de africanos escravizados, entre o final do século XVIII e 1831, quando a lei de proibição do tráfico escravista afastou dali o desembarque de cativos trazidos da África<sup>2</sup>. A maior parte dos africanos teve como destino o trabalho forçado nas plantações de café do Vale do Paraíba, riqueza que foi a base da consolidação do Império do Brasil.

O reconhecimento do Cais do Valongo envolvia e exigia uma série de medidas e ações municipais, estaduais, federais e internacionais (com a parceria da UNESCO), visando seu cuidado, proteção e organização da visitação. No mesmo ano de 2017, numa iniciativa da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Cultura, durante a gestão de Nilcemar Nogueira (2017-2019), foi criado o MUSEU DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA (MUHCAB) com objetivo de viabilizar a criação de um centro de referência para os visitantes do Valongo. O planejamento inicial era para o museu ter sua sede principal no prédio “Armazém Docas André Rebouças”, um enorme galpão bem ao lado do cais, mas, por uma série de problemas jurídicos sobre a posse do imóvel, políticos e financeiros, foi

<sup>1</sup> Tal como é definido em AUSTIN, Nathan K. “Managing heritage attractions: marketing challenges at sensitive historical sites”. *International Journal of Tourism Research*. Volume 4, issue 6, Nov./Dec. 2002, p. 447-457.

<sup>2</sup> Entre 1831e 1850, quando foi assinada a nova lei pelo fim do tráfico, os africanos escravizados continuaram a ser traficados ilegalmente. Seu desembarque passou a acontecer em locais clandestinos em todo o litoral brasileiro. Para as plantações de café do Sudeste, praias distantes da Corte, como em Búzios, Marambaia e Bracuí (Angra dos Reis) e São Sebastião (São Paulo), eram utilizadas. Pelo Valongo continuaram a chegar escravizados vindos de outras províncias do império. Ver: MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

inaugurado, em 2021, no prédio histórico da Escola José Bonifácio, na Rua Pedro Ernesto, não muito distante do Cais do Valongo<sup>3</sup>.

O MUHCAB liderou o planejamento do Museu de Território na área circunvizinha ao Cais do Valongo, conhecida como “Pequena África”. A região faz parte da chamada “zona de amortecimento”, uma delimitação prevista pelas regras técnicas de patrimonialização da UNESCO, já que funciona como suporte, proteção e preservação do sítio mundial.

Ao lado das regras técnicas, é bom lembrar que a justificativa central de valor universal excepcional concedido ao Cais do Valongo articulou o lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados com outros lugares escolhidos e valorizados pela resistência cultural e política da população negra na região, como são pilares fundamentais o Cemitério dos Pretos Novos e o Quilombo da Pedra do Sal.

Por sua profunda relação com o Cais do Valongo, como veremos, a chamada “Pequena África” é uma região mais do que perfeita para funcionar como “zona de amortecimento” e Museu de Território, pois também aprofunda e confere significados que reforçam e valorizam a relevância histórica do sítio de memória sensível. Divulgada em livros, letras de música e enredos de escolas de samba, a expressão “Pequena África” passou a nomear no século XX uma parte significativa da cidade do Rio de Janeiro, próxima ao Centro, ao porto e ao Cais do Valongo, onde a presença africana e o patrimônio cultural negro marcaram para sempre a história da cidade do Rio de Janeiro e do próprio Brasil.

Começamos a participar dos trabalhos para a construção do MUCHAB e do Museu de Território a partir de 2017, inicialmente ao lado das historiadoras Hebe Mattos, Ana Flávia Guimarães Pinto, Giovana Xavier e Keila Grinberg. Tratava-se do

---

<sup>3</sup> O prédio aqui nomeado como “Armazém Docas André Rebouças”, originalmente intitulado Docas D. Pedro II, é um grande armazém do século XIX cujo projeto foi desenvolvido pelo engenheiro negro abolicionista André Rebouças. Até o momento de conclusão deste texto, o Docas não foi revitalizado, mas é a sede do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAL), que guarda o material coletado durante as escavações do sítio arqueológico do Valongo.

grupo que desenvolvia o blog “Conversa de Historiadoras”<sup>4</sup> (e em parte compõe o projeto “Passados Presentes, Memória da Escravidão no Brasil”<sup>5</sup>) e que ampliava suas atividades no campo da história pública.

A partir de demanda da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, apresentamos uma “Proposta de metodologia e estrutura básica do projeto de conteúdo para o Museu de Território/Centro de Interpretação do Valongo”, que se tornou o documento norteador para o que desenvolvemos ao longo de 2018 e 2019<sup>6</sup>. Com o apoio da UNESCO, assumimos a Curadoria Científica e o Projeto de Conteúdo para o Museu de Território e, em dezembro de 2019, entregamos os textos finalizados e revisados para a exposição a céu aberto e sinalização interpretativa<sup>7</sup>.

Como esses textos tiveram circulação limitada e os esforços de concretização e sinalização do Museu de Território não foram realizados, decidimos publicar o trabalho apresentado à UNESCO e ao MUHCAB<sup>8</sup>. Para essa publicação foi fundamental o apoio e incentivo do Instituto dos Pretos Novos (IPN), nas pessoas de Merced Guimarães e Carla Nogueira Marques.

Esperamos que esse material, agora transformado em livro, seja uma contribuição significativa, de conteúdo e de perspectiva conceitual, para a ocupação da cidade do Rio de Janeiro, especialmente a “Pequena África”, com memórias, registros e monumentos que reconstruam, de uma forma justa e reparadora, o protagonismo da população negra na história do Rio de Janeiro e do Brasil.

<sup>4</sup> Ver: <https://conversadehistoriadoras.com/about/>. Acesso em: 27/05/2025.

<sup>5</sup> Ver: <http://passadospresentes.com.br/passadospresentes>.

<sup>6</sup> Essa proposta pode ser acessada no site do MUHCAB, Plano Museológico, 2021-2025, p. 46 a 53: <https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/plano-museologico>. Participaram também do plano museológico: Clarisse Dias de Jesus e Maria Eugênia Leme Joseph.

<sup>7</sup> Com a UNESCO, assinamos o contrato n. AS-4487/2018. Ref. BOC: 914BRZ4022 Gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Desenvolvemos também textos interpretativos para a sinalização do Cais do Valongo e para a exposição do MUHCAB.

<sup>8</sup> Vale destacar outros esforços de divulgação da história da “Pequena África”, entre eles, o roteiro do “Passados Presentes”, criado em 2015, e o livro “Pequena África”, uma sala de aula a céu aberto, publicado pela Comissão de Educação da ALERJ e pelo IPN, em 2021, e escrito por André Gomes, Carla Marques, Jorge Santana, Maria Lídia Moraes e Mariana Maia. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/544269692/Cartilha-Pequena-Africa>.

## Sobre a “Pequena África”

A região conhecida como “Pequena África”, num tempo em que não havia a Avenida Presidente Vargas, pode ser entendida em termos amplos. Se estendia de uma forma contínua e integrada, entre a Praça Mauá/região portuária da cidade até a Praça Onze e o Estácio (Cidade Nova), passando pela base dos morros da Conceição, Livramento, Providência e Pinto, e Estação Ferroviária Dom Pedro II. Incorporando o simbólico território negro da cidade, pode chegar também até os morros da Serra da Tijuca, como Mineira, São Carlos, Turano, Salgueiro e Mangueira, áreas povoadas a partir do início do século XX.

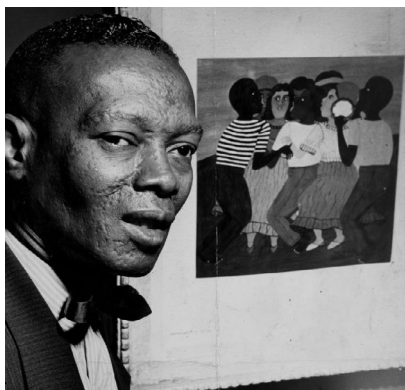
**Mapa 1 – Rio de Janeiro em 1900.**



1. Cais do Valongo, 2. Morro da Conceição, 3. Morro da Providência, 4. Morro do Pinto, 5. Morro da Saúde, 6. Praça Onze, 7. Campo de Santana, 8. Estrada de Ferro, 9 Estácio, 10. Praça Mauá, 11. Ilha das Cobras, 12. Morro do Livramento.

(Referências aproximadas). Fonte: <https://imagerio.org/pt/map> .

A expressão “Pequena África”, cuja “capital” era a Praça Onze, foi divulgada pelo cineasta Roberto Moura, na década de 1980, a partir de seu famoso livro sobre Tia Ciata. Para Moura, a expressão, como definidora da região, teria sido produzida



**Heitor dos Prazeres**

Fonte: domínio público.

por Heitor dos Prazeres<sup>9</sup>. Sem dúvida, o sambista teve muita responsabilidade nessa criação, pois, de acordo com Nei Lopes e Luiz Antonio Simas, teria consagrado a Praça Onze como “uma África em miniatura”<sup>10</sup>. Desde então, mesmo que não tenha sido marcada exclusivamente pela presença da população negra, a expressão “Pequena África” identifica toda a região

como força política, identidade cultural e sentido afirmativo.

Durante a primeira metade do século XIX, as praias da “Pequena África” eram marcadas pelas atividades de comércio e recepção dos africanos escravizados. Como afirmou Lima Barreto em 1919, por intermédio de Gonzaga de Sá, o “tráfico de escravos tinha imprimido ao Valongo e os Morros da Saúde alguma coisa de aringa africana...”<sup>11</sup>. O escritor negro fazia questão de não esquecer, muito tempo depois, a marca do tráfico na região. Buscava também mostrar, em sua narrativa crítica e política nas primeiras décadas do século XX, a existência de outras cidades, para além dos projetos de modernização imaginados pelas elites republicanas em outros espaços<sup>12</sup>.

Na área que circunda o cais do Valongo, entre a Praça Mauá e o Morro da Saúde, situa-se a parte central de nosso Museu de Território. Ali espalhavam-se chácaras espremidas pelos morros, funcionavam outros ancoradouros, os escritórios e armazéns para o mercado de escravizados – o maior centro comercial de cativos do país –, o lazareto (hospital de tratamento dos ca-

<sup>9</sup> MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a “Pequena África” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte/INM/Divisão de Música Popular, 1983, p. 62.

<sup>10</sup> LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da História Social do Samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 220.

<sup>11</sup> BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 67.

<sup>12</sup> NORONHA, Carlos A. M. Lima Barreto e a “reconstrução” da cidade do Rio de Janeiro: uma análise histórica do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, julho 2011.

tivos recém-chegados da terrível viagem de travessia) e o cemitério de pretos novos, onde eram enterrados em vala comum aqueles recém-chegados que não sobreviviam às enfermidades da viagem.

Circulavam nessa área muitos trabalhadores africanos e seus descendentes em diversos serviços das embarcações e do comércio local (transporte, pesca, tabernas, barbeiros, armazéns de mantimentos e de madeiras, quitandas diversas e pequenos negócios ligados ao tráfico, como a fabricação de objetos de ferro). Africanos e africanas, cativos/as e libertos/as, ocupavam as ruas da região e de toda a cidade com seus movimentos, práticas culturais, conhecimentos e força de trabalho. A despeito da vigilância e das constantes proibições, soavam por todos os cantos os batuques de negros cativos e libertos que se reuniam em locais de sociabilidade como as casas de zungu e a Pedra do Sal.

Além de ser o espaço onde funcionava o complexo escravagista que recebeu o maior número de africanos escravizados da história humana, a região também era um local de numerosa presença de nativos de diversas regiões daquele continente, o que permitia o encontro de muitas áfricas e de seus descendentes que, por sua vez, entravam em contato com grupos de diferentes origens, como portugueses, nascidos aqui, e ciganos, que ali transitavam.

Na segunda metade do século XIX, após o fim do tráfico africano na região, a inauguração da estrada de ferro, fundada no início da década de 1850, e a dinamização das atividades comerciais marítimas da cidade do Rio de Janeiro com as crescentes exportações de café, a área passou por novas e importantes modificações.

A partir dos velhos ancoradouros que serviram ao tráfico de africanos, surgiram novos para o transporte de pessoas pelos fluxos da Baía da Guanabara. Ao seu lado, envolvendo trabalhadores escravizados, novos trapiches (um cais com depósito em anexo para a guarda dos gêneros comercializados), estaleiros, armazéns, mercados, pequenas manufaturas, fundições, serrarias, ferrarias, comércio atacadista, oficinas para

construção e conserto das inúmeras carroças e bondes puxados por animais<sup>13</sup>.

Todos os terrenos litorâneos ainda desocupados foram rapidamente utilizados para os novos negócios. Com a procura por moradias, as chácaras dos morros passaram a ser loteadas e ocupadas por casas urbanas, por vezes de construções precárias que ainda marcam a paisagem da região. A população crescia e emergiam novos empresários com seus lucrativos empreendimentos. Para atender às demandas, a Câmara Municipal organizou a construção de novas ruas, travessas, calçamentos e aterros visando facilitar o movimento e a comunicação com o centro da cidade e o transporte de café entre a Estrada de Ferro e as docas de exportação.

Nos últimos anos do século XIX, no imediato do pós-abolição e nas primeiras duas décadas do século XX, havia muita gente nova chegando em busca de melhores oportunidades de trabalho no porto, como estivadores, carregadores, arrumadores, operários e empregados no comércio. Algumas novidades na produção industrial, depois das obras de encanamento de gás e esgoto, também atraíam trabalhadores para a construção naval, fabricação de vela, vidro, biscoitos, moagem de trigo e outros cereais, como Moinho Fluminense, com seu prédio ainda bem visível na Praça da Harmonia. A possibilidade de as firmas terem um cais próprio atraía os novos empreendimentos. As reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906), principalmente marcadas com as obras do porto e a construção da Av. Rio Branco, seriam os símbolos da cidade que se modernizava.

---

<sup>13</sup> Ver: ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 4. ed. 2006; KARACSH, Mary C. *A Vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1950)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; CARDOSO, E. et alli (Elizabeth D. Cardoso, Roberto M. Peachman, Lílian F. Vaz, Mario Aizen e Maria Paula Albernaz). *História dos Bairros, Saúde, Gamboa e Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Ed. Index, 1987; LAMARÃO, Sergio. *Do Trapiche ao Porto* (Coleção Biblioteca Carioca), v. 17, 1991; HONORATO, Cesar; OLIVEIRA JR., Alcidesio. *Portos e Cidades Portuárias em questão*. Niterói: Polis / UFF, 2020. RODRIGUES, A. Edmilson M. e OAKIM, Juliana. *As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes*. *Revista Acervo*, vol. 28, no. 1, 2015.



nas baratas pensões ou se deslocavam no final do dia para lugares mais distantes. Em pouco tempo, a “Pequena África” também seria a sede de associações de classe, sindicatos e sociedades de ajuda mútua.

No final do século XIX, como destacou Nei Lopes, formou-se, na base do Morro da Conceição e ruas próximas, uma vigorosa colônia de migrantes negros chegados da Bahia, a chamada “diáspora baiana”. Mas também vieram muitos descendentes de escravizados do velho Vale do Paraíba mineiro, paulista e fluminense<sup>14</sup>. A presença de descendentes de africanos escravizados, das regiões da África ocidental e central, marcada pela presença dos povos minas e de língua bantu, respectivamente, vindos então de diferentes locais do Brasil, ao lado dos também novos imigrantes pobres, portugueses, italianos e judeus, renovou a vida cultural da “Pequena África” e da própria cidade do Rio de Janeiro no início do século 20. A cidade, como acompanharemos pelo circuito do Museu de Território, transformava-se com os novos espaços de sociabilidade: no trabalho, na moradia, na diversão e na devoção. Tornava-se uma cidade cosmopolita.

A “Pequena África” passava a ser o centro de criação da moderna cultura negra carioca e da gestão de novas formas de mobilização política, revelando um espetacular protagonismo da população negra nas lutas pela abolição, reconhecimento da cidadania negra e combate ao racismo no período após a abolição. Numa rede muito bem articulada, tornava-se visível na região a emergência do associativismo negro formado tanto por sociedades dançantes e carnavalescas, como por terreiros religiosos e sindicatos de trabalhadores.

Ranchos, blocos e sambas dividiam seus espaços com cortiços, associações de trabalhadores e terreiros religiosos. Em torno de carnavais, festas, encontros de capoeira, sociedades dançantes e recreativas, casas de santo, casas de dar fortuna, terreiros e candomblés, gestavam-se revoltas, greves,

<sup>14</sup> LOPES, Nei. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical*. Partido-alto, calango, chula e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

eleições, lutas políticas e culturais que afirmavam e valorizavam a presença negra, num conjunto de ações evidentemente antirracistas.

Como veremos, a “Pequena África” foi sede de uma original expressão da modernidade negra carioca, mobilização que dialogava com outras expressões da negritude na diáspora, tanto no Brasil (com a imprensa negra em São Paulo e a afirmação do candomblé em Salvador), como nos Estados Unidos (com o movimento artístico e político conhecido como Harlem Renaissance, que buscava construir o “novo negro”). A “Pequena África” fazia parte de uma série de movimentos de afirmação negra nas Américas<sup>15</sup>.

A emergência do samba, como um gênero gravado pela indústria fonográfica, a partir de 1917, e a fundação de associações sociais e dançantes organizadas por negros, com seus cordões e ranchos carnavalescos, ligaram a “Pequena África” ao que havia de mais moderno em termos musicais e artísticos no Atlântico Negro<sup>16</sup>. Músicos negros da “Pequena África” apresentavam-se em Paris, entre eles Pixinguinha e Donga, assim como artistas negros de Nova York marcaram presença nos teatros de revista da cidade. Empresários internacionais do mundo artístico e da indústria fonográfica circulavam pelas Américas. Afirmava-se com autonomia e vitalidade uma nova música negra carioca, ao mesmo tempo cosmopolita e moderna.

Os descendentes da “Pequena África” e os novos migrantes baianos e dos velhos vales do café escravista continuaram esse legado do samba, das escolas de samba e do santo pelos morros e subúrbios do Rio de Janeiro, seguindo a linha do trem.

---

<sup>15</sup> Ver: BUTLER, Kim. A nova negritude no Brasil. Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). *Experiências da Emancipação*. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890 – 1980). São Paulo: Selo Negro, 2011; DOMINGUES, Petrônio. A “Vênus negra”: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. *Estudos históricos*, 2010, v. 23, n. 45.

<sup>16</sup> Sobre a perspectiva de Atlântico Negro e modernidade, ver: GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM — Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002; ABREU, Martha C. *Da senzala ao palco*. Canções escravas e racismo nas Américas (1870-1930). Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2017.

Na década de 1940, a abertura da Av. Presidente Vargas, com o objetivo de ligar o Centro da cidade aos seus subúrbios, trouxe ainda outras transformações na região. Mais uma vez grande parte de seus habitantes tinham que procurar residência em outros locais. A área em torno do Valongo, entre a Prainha, o Morro da Saúde e o Morro da Providência, ficou isolada de outros bairros da “Pequena África” e afastada do Campo de Santana e da Praça Onze, que também seria demolida, em 1942, para a construção da grande avenida.

**Mapa 3 - Rio de Janeiro em 1956 com a Av. Presidente Vargas.**



1. Cais do Valongo, 2. Morro da Conceição, 3. Morro da Providência, 4. Morro do Pinto, 5. Morro da Saúde, 6. Avenida Presidente Vargas (Antiga Praça Onze), 7. Campo de Santana, 8. Estrada de Ferro, 9 Estácio. 10. Praça Mauá, 11. Ilha das Cobras, 12. Morro do Livramento, 13. Praça da Harmonia, 14. Túnel João Ricardo, 15. Novo porto da cidade. Fonte: <https://imaginario.org/pt/map>.

Os locais símbolos e referências da vida e movimentação cultural da população negra e pobre eram destruídos ou silenciados sem nenhuma reparação ou sinalização de memória e reconhecimento. A última obra urbana impactante, na década de 1970, a construção da Perimetral, um elevado com via expressa, concretizaria o isolamento da chamada área do porto do restante da cidade.

A partir de 2009, intervenções urbanísticas da prefeitura buscaram reincorporar a região do porto à cidade do Rio de Janeiro em programas tidos como revitalizadores, como o “Projeto Porto Maravilha”. Na preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, a partir de 2011 e 2012, as reformas na região se aprofundaram. Coordenadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), presenciou-se a derrubada do elevado da Perimetral, a remodelação de praças, ruas e avenidas, a construção do VLT, a retomada da especulação imobiliária e a gentrificação da área. As mudanças urbanas e das atividades portuárias, ao longo da segunda metade do século XX geraram áreas, prédios e armazéns abandonados.

Nesse contexto de obras, o antigo Cais do Valongo foi localizado em 2011. Sua transformação em sítio arqueológico e Patrimônio Mundial, a partir de esforços dos movimentos sociais negros, deram base e geraram mobilização para a consolidação e reconstrução da memória e presença negras na região, na história da cidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do Atlântico Negro. Instituições e associações como o Instituto dos Pretos Novos (IPN), o Quilombo da Pedra do Sal, o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), a Casa da Tia Ciata, entre outros, tornaram-se protagonistas desse novo momento histórico e político da “Pequena África”.

Em meio a todas as mudanças urbanas e sociais, apagamentos e aterramentos, a “Pequena África” segue viva na imaginação da cidade e nas lutas políticas de seus moradores e ativistas negros. São esses últimos que seguem escrevendo nesse território muitas histórias de dor, de resistência, de protagonismo e de potência da cultura afro-brasileira.

## Para pensar o Museu de Território

Mesmo que invisibilizada nos livros de História e soterrada pelas reformas urbanas, a presença e histórias negras no território da “Pequena África” e no Cais do Valongo podem ser conhecidas – e visitadas – hoje de muitas formas. Desde o reconhecimento do Sítio Arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2011, várias iniciativas têm acontecido e atraído muitos visitantes à região: o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, proposto pela prefeitura<sup>17</sup>; os roteiros de importantes instituições locais, como o do Instituto dos Pretos Novos<sup>18</sup>, e de associações dos movimentos negros, como o da Casa de Tia Ciata<sup>19</sup> e o do Centro Cultural da “Pequena África Centro Cultural Pequena África/Casarão João Alabá”, ambos situados na Rua Camerino/Jardim Suspenso. Da mesma forma, identificam-se ações, individuais e coletivas, de professores, guias de turismo, artistas e ativistas negros, assim como de grupos de diversas universidades, que transformaram o Valongo, independentemente da timidez da atuação governamental, em um centro de visita, pesquisa, ensino e afirmação política e cultural da herança africana no Rio de Janeiro e no Brasil.

A nossa proposta para o Museu de Território certamente incorpora e valoriza todas essas iniciativas, mas também procura sistematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a região, divulgando para um público amplo a renovada produção da pesquisa histórica sobre as lutas contra a escravidão e os movimentos antirracistas no pós-abolição no Brasil. Sem essa significativa produção, muito mobilizada nos últimos tempos pelos resultados das políticas afirmativas nas universidades e da consequente formação de jovens profissionais negros acadêmicos, não teríamos condições de apresentar o denso roteiro sobre a região que o leitor poderá acompanhar. Grande parte dos trabalhos aqui citados foi escrita por historiadores negros.

<sup>17</sup> <https://www.ccpa.rio/circuito-da-heranca-africana/>. Acesso em: 14 maio 2025.

<sup>18</sup> <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em: 14 maio 2025

<sup>19</sup> <https://www.tiaciata.org.br/>. Acesso em: 14 maio 2025.

Como pesquisadoras da história e da cultura africana, afro-brasileira e afro-americana – e assíduas professoras-guias de aulas públicas na região –, buscamos viabilizar a divulgação dessa recente produção historiográfica a partir da perspectiva da História Pública. Ou seja, uma história que interfira nas representações públicas sobre o passado, sensibilizando os visitantes; que se comprometa com a circulação do conhecimento, em variados suportes e para uma ampla audiência, e que possa adensar o diálogo com os movimentos negros e professores, incorporando variadas narrativas e parcerias<sup>20</sup>.

Para a construção do Museu de Território, parece-nos fundamental estimular a experiência da reflexão sobre os significados de visitar locais públicos historicamente marcados pela presença negra, embora ela tenha sido apagada ou esquecida no percurso urbano atual da “Pequena África”<sup>21</sup>. O projeto do museu desenvolve-se a partir de um roteiro que, com textos explicativos, documentos escritos, músicas, imagens antigas e exercícios de imaginação<sup>22</sup> e sensibilização, identifica e relaciona em determinados

<sup>20</sup> Sobre História Pública no Brasil, ver: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, R.; BORGES, Viviane T. (org.). *Que História Pública queremos*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. Ver também: MATTOS, H.; ABREU, M.; LIMA, M.; GRIMBERG, K. Monumentos, conflitos e narrativas da história. In: MENEGUELLO, Cristina; BENTIVOGLIO, Julio. (org.). *Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história*. 1. ed. Vitória/ES: Editora Milfontes, 2022; LIMA, M.; ABREU, M. Duas historiadoras e os desafios do museu de território da “Pequena África” no Rio de Janeiro, 2017-2019. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir. (org.). *Fazendo História Pública*. 1. ed. Vitória/ES: Mil Fontes, 2021.

<sup>21</sup> Desde 1994, a UNESCO desenvolve o “Projeto Rota do Escravo”, que visa aumentar a conscientização sobre a escravidão e suas consequências, estimulando projetos educacionais, culturais, de pesquisa e roteiros turísticos. UNESCO, “Projeto Rota do Escravo: Lições do Passado, Valores para o Futuro”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/rota-escravo-liceos-passado-valores-para-o-futuro/>. Acesso em: 4 maio 2025. No Brasil, além do Valongo, destacamos o Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Niterói/RJ: LABHOI/UFF, 2013 (org. Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran). Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>. Acesso em: 15 maio 2025.

<sup>22</sup> A experiência da imaginação em circuitos de visita vem sendo desenvolvida pelo projeto SantaAfroCatarina, coordenado pelas historiadoras Andréa Ferreira Delgado e Beatriz Gallotti Mamigonian. Disponível em: <http://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/>. Acesso em: 15 ago. 2020. Ver também o artigo das duas autoras: “Santa Afro Catarina: Acervo Digital e Educação Patrimonial”. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 86-108, ago. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d6a0/2d-d7f62f0b1d61f65a59d2124155c91fe757.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025. Outra experiência de circuito urbano e de história pública ligada à produção historiográfica da universidade é o projeto AfroCuritiba, coordenado por Joseli Mendonça e Andrea Carla Doré. Disponível em: <https://afrocuritiba.afrosul.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020. Nos

locais do tecido urbano a atuação de personagens e a ocorrência, no passado e no presente, de eventos e situações-problema (uma forma de trabalhar o roteiro de maneira dinâmica).

Denominamos esses locais de “lugares de memória”, pois, ao serem destacados e iluminados na “Pequena África”, criam a oportunidade para acionarmos, interpretarmos e compreendermos as histórias negras na região e, por extensão, no Rio de Janeiro e no Brasil. Formando um verdadeiro museu a céu aberto, esses lugares ao serem visitados recebem novos significados e ampliam conhecimentos<sup>23</sup>. Provocam, numa espécie de museu fórum, atitudes e compreensões sobre memórias, muitas vezes traumáticas, e eventos arbitrariamente apagados dos manuais de História e do tecido urbano.

No espaço do Museu de Território da “Pequena África” o esquecimento foi produzido por operações urbanísticas e políticas racistas que silenciaram e/ou literalmente soterraram marcas da memória e da história negra na região, como no Cais do Valongo, no Cemitério dos Pretos Novos, na Pedra do Sal, no Jardim Suspenso e na Praça Mauá. O Museu de Território, de forma inversa, tem como objetivo não só o fortalecimento desses lugares como marcos da cidade, como também contribui para a identificação de outros locais a partir das visitas e da renovação da pesquisa historiográfica.

No nosso circuito a localização dos marcos urbanos possui uma dimensão material e um sentido simbólico e funcional para

---

últimos anos, foram construídos novos roteiros da memória afro-brasileira nas cidades de Belém e Recife. Ver *Revista Acervo*, Dossiê Crimes da escravidão: dimensões globais e permanências locais, Volume 38, n. 2 maio/ago. 2025.

<sup>23</sup> Talvez fosse pertinente considerar que esses lugares também são “lugares de história”. Apesar das controversas apropriações do termo, declaramos nossa inspiração na expressão mundialmente reconhecida de Pierre Nora, “lugares de memória”. Embora nos textos sobre *Les Lieux de mémoire*, o autor estivesse mais preocupado em tratar de variados lugares (e não só monumentos e espaços urbanos) onde a memória nacional/oficial se expressava, nos apropriamos da expressão no sentido de buscar impedir o esquecimento e procurar imortalizar determinados acontecimentos e personagens no espaço urbano da “Pequena África”. Ver: NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, PUC/São Paulo, n. 10, dez. 1993. Para uma discussão crítica do conceito: GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande, 3 (3), 2012. Ver também: POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15 (1989); ARAÚJO, Ana Lucia. *Politics of Memory: Making Slavery Visible in the Public Space*. New York/London: Routledge, 2012.

expressar novas interpretações do passado em tempo presente. A visita conecta o passado ao presente, seus problemas sociais, desconhecimentos e busca pelo direito a uma história justa e completa. Rever a cidade a partir da história do protagonismo da população negra na região, no período da escravidão e após a abolição, também sensibiliza para atitudes de preservação e consciência sobre os direitos à cidadania, à memória e à reparação<sup>24</sup>.

Conhecimento, emoções e vivências de dor, resistência, protagonismo e celebração somam-se em nossa proposta para criar um caminho a ser percorrido, em termos reais (literalmente pelas ruas da “Pequena África”) e em termos metodológicos, permitindo o reconhecimento e a valorização da presença dos africanos e seus descendentes em nossa história e cultura. Roteiros que sensibilizem e que façam justiça com a história e com os patrimônios negros são fundamentais para uma posição sobre a urgente luta antirracista, para o reconhecimento e orgulho da população negra por seu passado. Um novo olhar sobre o passado e a produção de uma nova história podem criar um diferente futuro, pautado em valores humanos universais e potencializando as lutas democráticas do presente. Acreditamos que o Museu de Território da “Pequena África” colabora para colocar a história como uma possibilidade poderosa de reconhecimento e reparação sobre um passado que a maior parte da população não teve acesso<sup>25</sup>. Como afirmou a líder jogueira da cidade de Pinheiral, Maria de Fátima da Silveira Santos, do Estado do Rio de Janeiro, “um povo que conhece sua história, é mais feliz”.

Iniciando-se no Cais do Valongo, os lugares de memória criados no museu a céu aberto, 15 ao todo, apresentam narrativas baseadas em dois vetores:

---

<sup>24</sup> Para ações ligadas ao não esquecimento de acontecimentos dolorosos e traumáticos, honrando e fazendo justiça aos envolvidos, o conceito de “dever de memória” também foi inspirador para nossa proposta de Museu de Território. Ver: HEYMANN, Luciana Quillet. “O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>25</sup> Sobre essa discussão, ver: TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado. Poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.

- i) a partir de personagens que viveram na região, colocando em destaque seu protagonismo e a diversidade de seus movimentos e realizações;
- ii) a partir de eventos silenciados e situações-problema ali acontecidos que tiveram a participação definitiva da população negra e transformaram a história e a cultura da cidade, do Brasil e das Américas.

Em todos os lugares, a preocupação com a identificação de temas centrais, fontes motivadoras, imagens representativas, pequenos textos, referências bibliográficas, músicas e patrimônios culturais<sup>26</sup>. O caminho interpretativo principal é a valorização das trajetórias e do protagonismo dos africanos/africanas e seus descendentes na transformação da dominação e da própria História: a) seus movimentos esquecidos ou silenciados de luta e resistência pela liberdade, igualdade e cidadania; b) suas estratégias de adaptação, dissidência e insurgência política; c) seus movimentos para o nascimento da cultura e das religiões afro-brasileiras; d) suas possibilidades de afirmação de identidades e talentos. Em todo o roteiro, depois de termos reunido tantos personagens, impressionam e ganham visibilidade as suas articulações e presença na movimentação e mobilização das lutas antirracistas e pela cidadania na História do Brasil.

Na experiência local de visita, as conexões poderão ser ampliadas para outros espaços da diáspora africana no Brasil e nas Américas, assim como para os locais de origem dos africanos, incluindo a dura experiência da travessia. Buscar situar o Museu de Território no espaço atlântico é mostrar o quanto na “Pequena África” as diversas lutas ali ocorridas, ao longo dos séculos XVIII ao XXI, informaram, foram articuladas e se conectaram com inúmeras outras lutas no Atlântico Negro pela liberdade e igualdade.

A partir de um tripé de sustentação formado pelo Cemitério dos Pretos Novos, o Quilombo da Pedra do Sal e o Cais do Valongo,

---

<sup>26</sup> O Projeto “Passados Presentes, Memória da Escravidão no Brasil/Pequena África” foi utilizado como base de informação e pesquisa para a organização do roteiro do Museu de Território da “Pequena África”. Disponível em: [passadospresentes.com.br/](http://passadospresentes.com.br/) passadospresentes. Acesso em: 15 maio 2025.

eixo central do Museu de Território, os 15 lugares de memória tornam-se pontos de parada e reflexão do roteiro. Foram escolhidos em função de sua representatividade para a história e a memória da diáspora africana na “Pequena África”, no Rio de Janeiro e no Brasil, assim como pelas condições urbanas de visita e possibilidades de construção de sinalizações e intervenções museais no espaço urbano que, esperamos, um dia, possam ser construídas ao longo do roteiro, com grande visibilidade.

Símbolos da presença e do protagonismo da população afro-brasileira, os 15 lugares de memória operam ainda como polos de interpretação do Cais do Valongo – patrimônio da humanidade e eixo vital de todo o Museu de Território. A partir deles, outros personagens, eventos e situações-problema podem ser indicados para visita, criando diferentes possibilidades de roteiro e conhecimento.

A parte que circunscrevemos da “Pequena África” para visita e percurso tem como epicentro o Valongo, região que recebeu, entre o final do século XVIII e 1831, por volta de 1 milhão de africanos escravizados. Nossa seleção de lugares de memória desdobra-se e estende-se por dois eixos: entre o Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, o **Eixo de Dor e Resistência**; e entre o Valongo e a Praça dos Estivadores/Igreja de Santa Rita, **Eixo da Transformação e Protagonismo**.

Esperamos que o conteúdo desenvolvido e apresentado neste roteiro possa ser utilizado por interessados em geral, especialistas, professores, alunos, profissionais de turismo, grupos de teatro e música, ativistas, entre outros. Vale lembrar que desde a localização do Cais do Valongo, em 2011, a realização de visitas, *performances* artísticas, encontros religiosos e aulas públicas na região do Valongo no Rio de Janeiro faz parte do cotidiano da região<sup>27</sup>. O

<sup>27</sup> O crescimento do interesse sobre a região do Cais do Valongo e sua história tem relação direta com a presença de temáticas ligadas à cultura negra nos conteúdos curriculares da disciplina História, cuja relevância veio sendo mais reconhecida nos últimos anos, em especial a partir da Lei 10.639/2003 e das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e ensino da História e cultura afro-brasileira e africana. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* se encontram disponíveis em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_e\\_cultura\\_afro\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf). Ver ainda: SANTOS, Renato Emerson

Valongo, efetivamente e sem necessitar dos poderes oficiais constituídos, tornou-se um local de referência e celebração da presença negra no Brasil.

Nosso intuito com a publicação desse roteiro em livro é exatamente criar, num futuro que esperamos bem próximo, a base interpretativa de apoio e o suporte de conteúdo para uma sinalização e exposição visíveis a céu aberto, subsidiando o percurso para os visitantes. Quando chegar esse momento de montagem da exposição visual nos lugares de memória do Museu de Território da “Pequena África”, operação que envolverá também a escolha de imagens, desenhos, gráficos, sons e cores, assim como a finalização dos textos que ficarão visíveis, será fundamental a realização de um diálogo profundo e intenso com os movimentos negros da região e do Rio de Janeiro. As referências que oferecemos nesse roteiro são apenas sugestões e indicações disponibilizadas pela pesquisa histórica, mas pouco conhecidas do grande público.

Por fim, afirmamos aqui nossa certeza de que a História Pública não pode ser pensada e realizada sem diálogo profundo com os movimentos sociais. Afinal, trata-se da publicização de um passado sensível e ainda muito vivo no presente como memória e como consequência da história da escravidão e do racismo. Como representar ao mesmo tempo imagens da dor, sofrimento, conquista e afirmação? As imagens que denunciam a dor não trazem enormes riscos de perpetuar representações sobre a pretensa inferioridade da população negra e um reiterado lugar de vítima? Como denunciar a escravidão e o racismo e, ao mesmo tempo, fortalecer a autoestima da população negra que percorrerá o Museu de Território?

Pensar em como alternar uma representação de sofrimento e as atitudes de resistência, mobilização e afirmação parece ser um caminho possível para se romper o silêncio sobre a dor e construir o orgulho pela força da cultura dos africanos e seus descendentes, assim como pelo protagonismo da população negra na História

---

dos, BARROS, Tereza, Guilhon, REIS, Desirree, ARAÚJO, Luis (orgs). *Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022; SANCHES, Mônica (org). *Pretos Novos do Valongo*. Escravidão e Herança Africana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024, disponível em <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa>



## EIXO 1 DOR E RESISTÊNCIA

Personagens, situações-problema,  
imagens, referências, músicas,  
documentos para reflexão.



## Cais do Valongo, Patrimônio Mundial, e Armazém Docas André Rebouças.

**Tema central:** a chegada e as origens.

O cais como uma encruzilhada na diáspora.

O Cais do Valongo é o epicentro desse roteiro. Trata-se do principal porto de chegada de africanos escravizados às Américas. É a própria expressão, materializada, do horror do tráfico escravista: estima-se que mais de 1 milhão de pessoas desembarcaram na enseada onde está o cais. Em 1774, o vice-rei Marquês do Lavradio determinou que o comércio de africanos escravizados passasse a ficar “fora dos limites da cidade” do Rio de Janeiro, até então realizado em torno da atual Praça Quinze. O novo lugar escolhido para esse comércio foi a Enseada do Valongo, entre a Pedra do Sal e a Gamboa.

A maior parte dos africanos escravizados que desembarcou no Cais do Valongo era da África Centro-Ocidental, região conhecida como Congo-Angola. Os registros de época indicam que, entre os anos de 1790 e 1830, os que tinham origem nessa área do continente africano formavam 80% do total dos que aqui eram desembarcados. Os povos da África Centro Ocidental pertenciam ao universo linguístico-cultural banto, compartilhando valores culturais e religiosos e, muitas vezes, pelo contato e relações de parentesco, os habitantes conheciam as línguas dos grupos vizinhos. A experiência nos barracões à espera do embarque nos portos africanos bem como a travessia, muitas vezes criava ou fortalecia laços de identidade que tinham como base a vida social e cultural em suas terras de origem. Um percentual menor de africanos tinha origem em Moçambique,

na África Sul Oriental, e nos portos da África Ocidental, situados acima da linha do Equador – região conhecida também como Costa da Mina, correspondendo hoje aos litorais de Gana, Togo, Benin e Nigéria.

De acordo com André Villela, a entrada de pessoas africanas escravizadas no Valongo não foi um movimento uniforme. Houve “picos” nessa demografia. O número de africanos chegados pode ter atingido, entre 1811-1820, uma média de 19,2 mil; entre 1821 e 1830, de 31,4 mil. Considerando que a população girava em torno de 150 mil pessoas, em 1831, a presença dos africanos escravizados certamente provocava um movimento impressionante de pessoas ao longo das semanas.

A partir de 1831, a entrada de africanos escravizados no país tornou-se ilegal (a proibição definitiva ocorreu em 1850). Com isso, os traficantes, insistindo em manter o “infame comércio”, tiveram que buscar mais discrição na realização do negócio. Procuraram locais considerados mais seguros para o desembarque, em geral em praias isoladas, mais próximas das fazendas de café, que serviram como portos clandestinos, como a Praia da Rasa, em Búzios, a Marambaia, em Mangaratiba, e a do Bracuí, em Angra dos Reis.

O Cais do Valongo sofreu algumas obras que o modificaram após a proibição do tráfico em 1831 e, em 1843, foi aterrado e remodelado para receber a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, que veio para o Brasil celebrar seu casamento com o imperador D. Pedro II. A partir de então passou a se chamar Cais da Imperatriz e o espaço no seu entorno ganhou ainda no período monárquico o nome de Praça Municipal.

Na figura 1, pode-se observar, ao fundo, o mar e o edifício da Companhia das Docas Pedro II, hoje Armazém Docas André Rebouças, à direita. Do lado esquerdo, se consegue perceber uma das 4 estátuas gregas ali colocadas para a recepção da Imperatriz. Ao centro, ainda pode ser observada hoje a longa coluna de granito com uma esfera armilar e três setas de bronze, símbolo das armas da cidade, na parte superior. Na década de 1870 ela foi construída tendo na base um tanque com bicas para água.

Com as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, a área portuária e a região em torno foram drasticamente transformadas. O cais do Valongo foi mais uma vez aterrado para ser esquecido no novo tecido, republicano e pretensamente moderno, da cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 1 - Cais da Imperatriz/Praça Municipal.**



Fonte: Foto de Augusto Malta, s/d. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

Em julho de 2017, o Valongo foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É o único sítio histórico e arqueológico do nosso país reconhecido internacionalmente como lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e da resistência cultural e política da população negra à violência e à exclusão provocadas pela escravidão e pelo racismo que ainda existe no Brasil.

**Figura 2 – Cais do Valongo no século XXI.**



Fonte: Tânia Rêgo/ABr. “Passados Presentes” ([passadospresentes.com.br/passadospresentes](http://passadospresentes.com.br/passadospresentes)). Acesso em: 18 jun. 2025.

LIMA, Monica. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos* (online), v. 15, 2018.

LIMA, Tania A. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan.-jul., p. 177-207, 2013.

DOSSIÊ da candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf).

GAIA, Deivid e BUSTAMANTE, Regina. A epopeia dos golfinhos do Cais do Valongo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº 24, 2023.

PESSOA, José; NAJJAR, R. O que nos ensinam as pedras do Cais do Valongo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, 2024.

VILLELA, André. Qual era a população da cidade do Rio de Janeiro entre 1779 e 1870? Novas estimativas. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, maio/ago. 2024.

## **Personagens:** Catarina Cassange e Aleixo Mina.

Catarina, africana de nação *cassange*, foi descrita pelo *Diário do Rio de Janeiro* em agosto de 1838 como uma negra forte, de pouca altura, seios grandes e estava grávida. Atrás da orelha direita tinha falta de cabelo. Pela pesquisa de Juliana Farias, Flavio Gomes, Carlos Eugênio Soares e Carlos Eduardo de Araújo, ficamos sabendo que quando fugiu, em 23 de agosto de 1838, usava um pano da costa azul sobre a roupa. Trabalhava como vendedora de tabuleiro e sua mercadoria era composta de doces. Circulava entre a Praia do Valongo e a Rua do Livramento, local onde também encontrou quem lhe deu abrigo e esconderijo. Corria o rumor que por um tempo chegou a passar as noites num barco na Baía de Guanabara, próximo ao cais. Tinha suas conexões: para escapar, teve auxílio de dois africanos libertos, de nação *mina*, que a levaram até um quilombo na região de Guapimirim.

Sendo identificada como de nação *cassange*, indica que fora trazida, pelas rotas da escravidão transatlânticas e terrestres, de uma região localizada no alto do Rio Cuango, em Angola. Mas, como há uma grande área conhecida por esse nome, também poderia ter nascido na parte um pouco mais ao sul do território *cassange*, na fronteira com a área *ovimbundo*, entre a grande Benguela e a Uíla. Esse território ficou conhecido no mundo atlântico como o país dos *jagas cassange*, numa referência aos temidos grupos guerreiros que tanto enfrentaram os portugueses como as tropas da rainha Ginga, desde o século XVII<sup>29</sup>.

Catarina Cassange, estando grávida de quatro meses, fugiu em 23 de agosto de 1838 da casa daquele que dizia ser seu proprietário, um homem chamado Manoel da Rosa. Ele fez publicar durante meses seguidos o anúncio no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, oferecendo recompensa para quem encontrasse e lhe trouxesse Catarina. Colocou anúncios sobre ela nas esquinas da cidade e prometeu recompensa por sua captura. Suspeitava que

---

<sup>29</sup> Em algumas obras da historiografia da escravidão, um cativo *cassange* – ou *caçange* – pode ser identificado como sendo de nação angola. Ver: KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 45.



**Figura 3 – Anúncio Catarina Cassange.**

FUGIO uma preta no dia 23 do corrente, de nome Catharina, nação Cassange, com os sinais seguintes: grávida de 4 mezes, reforçada, peitos grandes, e tem um bocado da falta do cabello atraz da orelha direita, andava vendendo doce em um tableiro, levou vestido encarnado com flores pequenas, saia amarella, e pano da costa azul; quem a levar á rua do Hospicio n. 147, receberá alviçoras.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro – 25 de agosto de 1838.

**Figura 4 – Anúncio de fuga do escravizado Manoel.**

**FUGA DE ESCRAVO.**  
Fugio, no dia 14 do corrente, da rua do Hospicio n. 33, um escravo marinho de nome Manoel, nação Benguela, representa ter 36 annos, é feio, alto, magro, beiços grossos e desunidos, tem as pernas um tanto arcadas do joelho para baixo e os pés enchados: levou roupa nova de riscado, e disse que tencionava ir para o Ceará; este escravo servio na sumaca *S. Francisco*, que navega para Paraty, e dali veio para ser vendido. Ultimamente era marinho da sumaca *Josephina*, que viaja para Macahe; protesta se contra quem lhe der conta, e se gratificará a quem o levar á casa acima indicada.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 16 de abril de 1847.

Acesso em: 18 de jun. de 2025

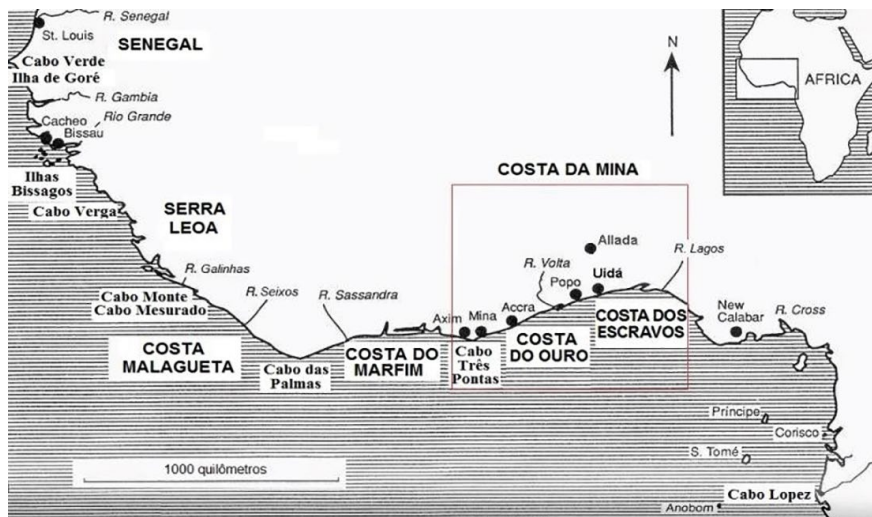
Aleixo Mina. Aleixo, africano mina liberto, tinha ofício de barbeiro. Foi o responsável pelo apoio – e talvez, pela sedução – à Catarina Cassange na sua fuga. De acordo com Farias, Gomes, Soares e Araújo, era morador da Rua dos Ferradores (trecho da atual Rua da Alfândega), numa casa que era conhecida como um *zungu* – local de vivenda, pernoite e reunião de negros escravizados e livres. Aleixo Mina fazia parte de uma rede montada para seduzir cativos para a fuga, e contava com parceiros de nação nessa atividade. As historiadoras Beatriz Mamigonian e Mariza Soares já assinalaram em seus

trabalhos as articulações e características da população *mina* no Rio de Janeiro, bem como a formação da identidade desse grupo na cidade, e nos permitiram assim entender as teias da rede *mina* carioca.

Embarcado em local próximo ao Castelo de São Jorge da Mina – no litoral de Gana atualmente –, Aleixo poderia ter sido trazido da região Mahi ou de regiões próximas no território de línguas *ewe-fon* (no atual Benin), ou ser um iorubá capturado por tropas do reino do Daomé, ou ainda ter sido feito cativo pelos próprios iorubás e, pelas rotas transatlânticas da escravidão, levado para a Bahia e de lá trazido ao Rio de Janeiro. Alguns africanos ocidentais da Costa da Mina, depois da Revolta dos Malês (1835), acabaram sendo vendidos para a Corte – e Aleixo poderia ter sido um deles. As possibilidades de origem são muitas, mas todas se localizam na África Ocidental. Sua inserção nos esquemas de sedução e fugas de escravizados, com contatos na área rural (Magé, Guapimirim) no ano de 1838 indicam uma história de mais tempo no Rio de Janeiro.

A profissão de barbeiro, quase sempre associada ao ofício de cirurgião – permitindo, portanto, a aplicação de sanguesugas, realização de curativos e extração de dentes entre outras práticas curativas muito demandadas – era valorizada, dava prestígio e certa prosperidade, o que o poderia levar a andar pelas ruas da cidade oferecendo seus serviços. Ao que tudo indica, Aleixo Mina fazia parte da comunidade africana carioca com relações consolidadas na sociedade, como informam as fontes: tinha como referência de moradia um *zungu*, circulava na região do Valongo, exercia ofício qualificado, tinha contatos com outro africano *mina*, de nome Joaquim, proprietário de uma venda numa estrada de Magé e que fazia a intermediação com um fazendeiro branco e o quilombo. Era muito bem relacionado.

## Mapa 7 – África Ocidental, séc. XVII



Fonte: Costa da Guiné no século XVII. Fonte: adaptado de Barbot on Guinea.  
Disponível em: <http://www.costadamina.ufba.br/index.php?/conteudo/exibir/11>.  
Acesso em: 23 jun. 2025.

**Música 2:** samba-enredo do Acadêmicos do Salgueiro, Valongo –  
Djalma Sabiá, 1976.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=n4nWCIOMONQ>

“Lá no seio d’África vivia  
Em plena selva o fim de sua monarquia.  
Terminou o guerreiro  
No navio negreiro,  
Lugar do seu lazer feliz.  
Veio cativo povoar nosso país,  
Seguiu do cais do Valongo,  
No Rio de Janeiro,  
Com suas tribos chegando.  
Foi o chão cultivando  
Sob o céu brasileiro.  
Nações Haussá, Gegê e Nagô,  
Negra Mina e Angola,

Gente escrava de Sinhô.  
Foram muitas suas lutas  
Para integração,  
Inda hoje  
Desenvolveu  
Desenvolvendo esta Nação,  
Sua cultura, suas músicas e danças  
Reúnem aqui suas lembranças.  
O negro assim alcançou  
A sua libertação  
E seus costumes, abraçou  
Nossa civilização.  
Ô-ô-ô-ô, quando o tumbeiro chegou,  
Ô-ô-ô-ô, o negro se libertou”

**Música 3:** samba-enredo da Portela de 2014, *Um Rio de mar a mar: do Valongo à Glória de São Sebastião* – Edson Alves, J. Amaral, Luiz Carlos Máximo, Toninho Nascimento, Waguinho.

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=DFHMsfxzu\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=DFHMsfxzu_c).

FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos*. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

FRANK, Zephyr L. *Dutra's World: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p. 71-95.

PIMENTA, Tania Salgado. Barbeiros-sangradores e curandeiros negros no Brasil (1808-1828). *História Ciência Saúde*. Rio de Janeiro, outubro de 1998, v. 5, n. 2.

SOARES, Mariza (org.). *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana*. Do Benin ao Rio de Janeiro. Niterói/RJ: EDUFF, 2011.

**Documento para reflexão:** Determinação do vice-rei Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1774.

*“Sendo-me presente os gravíssimos danos, que se tem seguido aos moradores desta cidade de se conservarem [...] dentro da mesma, imensos negros novos que vêm dos portos de Guiné e Costa de África, infestados de gravíssimas enfermidades, [...] dos quais se acham sempre cheias a maior parte das ruas, e casas dos comerciantes, que os costumam vender [...] de que tem resultado contagiosas queixas epidêmicas, de que de anos a esta parte se acha infestado todo esse país, [...] a fim de que cessando os estragos que tem assolado e destruído a todo esse continente e se possa preservar a saúde dos povos tão recomendada por El Rei Meu Senhor, o que já em outro tempo foi ponderado pela Câmara dessa Cidade, que justamente persuadida pelos professores. De que as contagiosas moléstias que se experimentavam eram causadas da infecção dos negros novos, que se achavam a vender pelas ruas e praças da cidade, os mandou retirar logo para fora dela, o que não teve efeito, por passarem aqueles mesmos segundas certidões em contrárias as primeiras, talvez depois de subornados pelos comerciantes vendedores dos mesmos escravos as quais se acham juntas aos Autos de Litígio, [...] que finalmente se julgou a favor dos mesmos comerciantes [...]. Me pareceu dizer a vós mercês haja que dar aquelas providências que entenderem necessárias, a fim de que não sejam conservados nessa cidade os negros novos, que vem dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se acham nela, como os que vierem chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada visita da saúde, sem saltarem em terra, sejam imediatamente levados ao sitio do Valongo, onde se conservarão, desde a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída e se curarão os doentes e enterrarão os mortos [...] assim se haja de observar daqui em diante, enquanto El Rei Meu Senhor não mandar em contrário. Deus guarde a vós mercê.”*

Documento localizado pelo historiador Claudio Honorato no Arquivo Nacional/RJ, Códice 70, v.7, p.231.

# Armazém Docas André Rebouças

*(originalmente Docas Pedro II).*

**Tema central:** afirmação e luta pela liberdade caminham juntas.

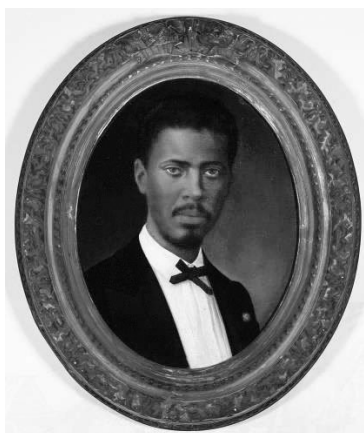
**Personagem principal:** André Rebouças.

O prédio das Docas Pedro II foi construído, sem a participação de trabalhadores cativos, por André Rebouças, um dos mais importantes personagens do abolicionismo brasileiro. André Rebouças nasceu em 1838. Era filho de Antônio Pereira Rebouças e de Carolina Pinto Rebouças, uma família que se identificava como “parda” ou “de cor”, nos termos da época.

Antônio era advogado autodidata e se tornou um dos maiores especialistas em direito civil do país. Foi condecorado por D. Pedro I por sua atuação na guerra pela independência na Bahia e, em 1861, recebeu o título de conselheiro do Imperador. Seus filhos, os engenheiros Antônio, que faleceu muito jovem, e André Rebouças, começaram os estudos na Escola Militar de Engenharia no Rio de Janeiro e completaram a formação como engenheiros na Europa, com apoio de seu pai. De acordo com o trabalho de Hebe Mattos sobre as cartas de André Rebouças, André participou como engenheiro militar na Guerra do Paraguai e, posteriormente, se envolveu com o planejamento e construção de diversas empresas concessionárias do Estado brasileiro, como portos, estradas de ferro, abastecimento de água e docas. Atuou também como professor da Escola Politécnica e como empresário. Defensor da modernização do Brasil, lutou pela democratização da propriedade da fundiária, pela abolição, imigração e pelo acesso dos libertos à terra. André Rebouças foi um dos mais destacados intelectuais negros do século XIX.

Como abolicionista desde muito cedo, atuou com entusiasmo em diversas frentes do movimento social e da luta parla-

mentar e política. Estabeleceu articulações importantes com Luís Gama, José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabuco. Após a abolição da escravidão, sem indenização aos ex-senhores, e a Proclamação da República, deixou o Brasil com a família imperial. Para Rebouças, de acordo com Hebe Mattos, a derrubada da monarquia devia-se ao descontentamento dos escravistas. Depois de um período na Europa, morou dois anos no continente africano, em Moçambique e na África do Sul, dedicando-se a projetos de engenharia e em busca de suas raízes africanas. Morreu em Funchal, no arquipélago da Madeira, entre o Brasil e a África, no meio do Atlântico.



**Figura 5 – André Rebouças.**

Fonte: André Rebouças. Bernardelli, 1897. Museu Histórico Nacional. Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/retrato-pintura-38/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Atualmente, o Armazém Docas André Rebouças é a sede do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), que reúne os objetos encontrados por arqueólogos nas obras da Região Portuária.

Entre eles, destaca-se o material fruto das escavações do Cais do Valongo. Em futuro, que desejamos ser próximo, o Docas será a sede/museu do Cais do Valongo.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;

MATTOS, Hebe (org.). *Cartas da África*. Registro de correspondência 1891-1893. André Rebouças. São Paulo: Chão, 2022.

MATTOS, Hebe (org.). *O engenheiro abolicionista*. No Hotel dos Estrangeiros. Diários, artigos e cartas (1883-1885). São Paulo: Chão, 2025.

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o pós-abolição. Entre a África e o Brasil (1888-1898). In: ABREU, Martha et al. *Histórias do Pós-Abolição do Mundo Atlântico*. Niterói: EDUFF, 2013.

PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet / Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

## **Documento para reflexão:**

*Jornal do Commercio*, 16/09/1871.

“A chegada da primeira rede de águas domésticas pelas mãos do inglês Edward Gotto tornou o cais o ponto terminal de uma ampla rede de esgoto. Em 1870 o cais da Imperatriz já estava carecendo de amplos reparos. Em 15 de setembro de 1871 a regente princesa Isabel e seu marido participam da cerimônia de lançamento da pedra fundamental das Docas Pedro II. Em 2 de agosto de 1872 a prefeitura do Rio inaugura a coluna com o globo armilar encima das quatro bicas de bronze, que até hoje está por cima do cais.”

## Mercado de escravizados do Valongo. Praça atrás do Cais do Valongo

*(esquina da Rua Sacadura Cabral  
com Avenida Barão de Tefé,  
próximo às palmeiras).*

**Tema central:** escravizados tratados como mercadoria, resistência e medo senhorial.

**Música 4:** A Carne – Elza Soares, 2002.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>

No início do século XIX, a Rua do Valongo, atual Rua Camerino, passou a ser um dos locais mais frequentados da cidade. Aqui estavam as principais casas de comércio de escravizados. O movimento era tanto que toda a região hoje conhecida como Saúde na época ficou conhecida como “Valongo”.

### Situações-problema

Pela comprida e sinuosa Rua do Valongo, que ligava o litoral ao Centro da cidade, passavam os africanos recém-chegados, que eram acomodados em barracões ou galpões onde podiam caber até 400 pessoas. Segundo o historiador Cláudio Honorato, os prédios eram, na grande maioria, sobrados com dois andares. No andar de cima residiam o proprietário e sua família. Os africanos eram acomodados no andar de baixo, onde eram colocados à venda. Em 1817, havia 34 grandes estabelecimentos comerciais no Valongo.

Vários viajantes estrangeiros deixaram registradas suas impressões sobre a região, em geral denunciando os horrores do tráfico de africanos e os aspectos desumanos do chamado “comércio de almas” que, nas três primeiras décadas do século XIX, incluía muitos jovens e crianças trazidas da África. A insalubridade do local era uma referência constante. Só para se ter uma ideia, consta que no ano de 1827, só entre março e maio, desembarcaram 5.187 africanos no Valongo. Além do infame comércio de gente, no mercado também se vendiam os instrumentos para prender e castigar os cativos, objetos fabricados em ferro.

A população africana e negra da região do mercado do Valongo, apesar de ser tratada como mercadoria, sempre se afirmou de diferentes formas, seja se rebelando, seja sobrevivendo e buscando a liberdade. E nem todos as pessoas negras que se viam nas ruas do entorno do mercado de escravizados eram cativos.

**Figura 6 – Mercado de escravizados do Valongo.**



Fonte: *Rua do Valongo*. Ilustração: Augusto Earle, 1824. Disponível em: “Passados Presentes” ([passadospresentes.com.br/passadospresentes](http://passadospresentes.com.br/passadospresentes)). Acesso em: 18 jun. 2025.

## **Personagens:** José Angola e Africano Mina.

José, liberto, africano de nação angola, era carpinteiro e alugava seus serviços na região central da cidade do Rio de Janeiro, circulando pela área que ficou conhecida como “Pequena África”. Foi trazido como cativo na segunda década do século XIX e se tornou liberto dez anos depois, quando contava então menos de 30 anos. Segundo o viajante francês Furcy de Bremoy, tinha aparência saudável e forte, era alto e mantinha uma postura ereta. Seu olhar era firme, ainda que por vezes tomado pela tristeza. Sua vestimenta de trabalho era uma camisa de algodão cinza e calças também de algodão grosso.

Ao se identificar como tendo origem em Angola, José estava se referindo a uma ampla região que incluía a região central do que é o país hoje, que era controlada pelos portugueses na primeira metade do século XIX. Nessa época, os africanos de nação angola em geral foram embarcados no porto de Luanda e eram de regiões vizinhas ou de seu interior próximo, no vale do Rio Cuanza e entre esse rio e Cassange. Havia diversos povos nessa área.

Quando conheceu o viajante francês Furcy de Bremoy, que o descreveu com admiração e emotividade, José estava numa cabana feita de troncos de árvores próximo à subida do Morro do Corcovado, de onde avistava a Baía de Guanabara e o Oceano Atlântico. E, perguntado sobre o que fazia nessa área distante da cidade respondeu, apontando o mar e o porto do Rio de Janeiro: “Estou rogando às águas para levar minha saudade até minha querida terra”. José dizia estar juntando dinheiro (em prata) para poder voltar para Angola e encontrar sua família. A presença e a importância de sua família em sua vida puderam ser testemunhadas pelo viajante, ao conhecer as esculturas em madeira que José havia fabricado, representando seus entes queridos, as quais guardava cuidadosamente em sua cabana na montanha, da qual podia vislumbrar onde desembarcou como cativo e por onde almejava retornar à terra natal. Depois desse encontro com Bremoy, passaram-se uns meses e o viajante o

buscou, no Valongo e na floresta, sem sucesso. Teria conseguido retornar a Angola?

FURCY DE BREMOY, H. *Le voyageur poète, ou Souvenirs d'un Français dans un Coin des Deux Mondes*. Paris: Furcy, Pillet Aîné, 1833, v. 2.  
<http://gallica.bnf.fr/accueil/?mode=desktop>. Acesso em: 15 maio 2025.

*Um africano mina na Rua do Valongo*. Após a Revolta dos Malês em Salvador, em 1835, o medo de outras revoltas africanas espalhou-se pelo Império. Na própria Corte, na região do Valongo, as autoridades associavam o medo de rebeliões à presença de africanos, entre os quais identificavam feiticeiros – expressão usada pelas autoridades para denominarem as lideranças religiosas. Como havia uma desconfiança de que estava sendo organizada uma “insurreição de negros» na Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1835, alguns oficiais do Ministério da Justiça ao Chefe de Polícia da cidade do Rio de Janeiro solicitavam que fossem investigados os pretos *minas*, especialmente um preto na Rua do Valongo, «a quem muitos outros rendem o maior respeito, e que ali vão iniciar-se em princípios religiosos» (17 de março de 1835). A Polícia da Corte tinha sempre os africanos *minas* sob vigilância, inclusive pela suspeita de que fossem muçulmanos. E entre os africanos livres – categoria social que surge da captura de embarcações que faziam tráfico de escravizados para o Brasil de forma ilegal – havia diversos que se identificavam como *mina* ou *mina-nagô* e que circulavam na região da antiga Prainha (atual Praça Mauá até a Pedra do Sal, inclusive) por prestarem serviço ao Arsenal de Marinha, situado nas proximidades.

ABREU, Martha. *O império do divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FARIAS, J.; GOMES, F.; SOARES, C.; ARAÚJO, C. *Cidades negras*. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Unesp, 2017.

SANTOS, Ynaê Lopes. *Irmãos do Atlântico*. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana, 1763-1843. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

## Documentos para reflexão:

– Relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado – 19 de junho de 1779.

*“Havia mais n’esta cidade o terrível costume de que todos os negros que chegavam da costa d’África a este porto, logo que desembarcavam, entravam para a cidade, vinha para as ruas públicas e principais dela, não só cheios de infinitas moléstias [...] foi preciso ser eu muito constante na minha resolução, para que logo que dessem a sua entrada na Alfândega [...] embarcassem para o sítio chamado Valongo, [...] ali se aproveitassem das muitas casas e armazéns que ali há para os terem; e que àqueles sítos fossem as pessoas que os quisessem comprar[...]” .*

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, t. 4, v. 4, n. 16, p. 452-453, 1843.

– Sobre o mercado do Valongo:

Maria Graham, 1821-1823.

Diário De Uma Viagem Ao Brasil São Paulo, Cia Editora Nacional 1956, p, 254

*“Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas, à noite, vi na maior delas bancos colocados rentes às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não*

pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se que todos me estavam vendo depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram como que retribuindo as minhas cortesias.”

## Cemitério dos Pretos Novos Instituto dos Pretos Novos (IPN).

<https://pretosnovos.com.br/ipn/>

**Tema central:** faltou respeito na vida, faltou respeito na morte.

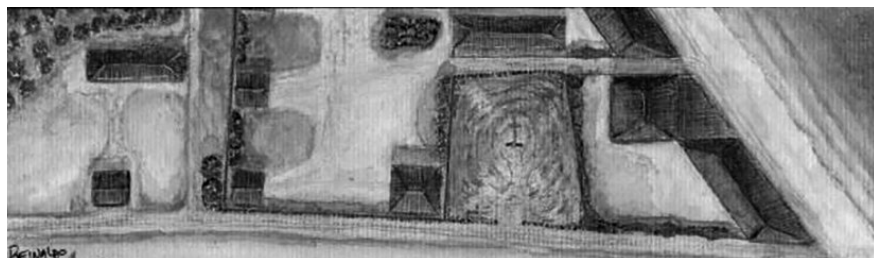
Muitos dos africanos recém-chegados, os chamados pretos novos, não conseguiam resistir aos sofrimentos e às doenças contraídas durante a viagem da África para o Rio de Janeiro. Eles tinham como seu destino final uma vala comum, onde eram depositados e incinerados seus corpos. O número de mortos era tão grande – só entre 1824 e 1830, 5.868 falecimentos de pretos novos foram registrados pela Cúria Metropolitana – que esta área, onde hoje localiza-se o Cemitério dos Pretos Novos, chegava a ocupar todo um quarteirão.

Antes de o comércio de escravizados ser deslocado da atual Praça XV para o Valongo, os pretos novos eram enterrados ao lado da Igreja de Santa Rita (ver Largo de Santa Rita neste roteiro). Com a transferência do porto de chegada para a região da “Pequena África”, o cemitério também foi transferido para o Caminho da Gamboa, que depois veio a ser chamado, não por acaso, de Rua do Cemitério, e finalmente Rua Pedro Ernesto. Estima-se que entre 20 e 30 mil pessoas tenham sido enterradas ali.

A presença do Cemitério dos Pretos Novos gerava críticas entre os habitantes da região, que reclamavam do mau cheiro e da disseminação de doenças pela cidade. Em março de 1822, o próprio intendente de Polícia, João Igná-

cio da Cunha, dirigiu-se pessoalmente ao lugar e constatou os problemas. Ainda na década de 1820, as pressões inglesas pelo fim do tráfico de africanos podem ter auxiliado os argumentos daqueles que defendiam a decisão de enterrar os pretos novos em outro lugar. Em 1830, o Cemitério dos Pretos Novos foi fechado. No ano seguinte, o tráfico de escravizados foi proibido no Brasil e o comércio realizado no Valongo foi declarado ilegal. Em 1996, vestígios arqueológicos do antigo Cemitério dos Pretos Novos foram descobertos no subsolo da residência da família Guimarães, na Rua Pedro Ernesto, 36. As investigações ali realizadas comprovaram a prática de incineração coletiva dos corpos e a presença de uma população predominantemente jovem, originária da África Central. Para tais povos, o lugar de descanso dos mortos é sagrado. Nesse Lugar de memória, foi fundado o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), em 13 de maio de 2005.

**Figura 7 - Cemitérios dos Pretos Novos (1).**



Fonte: aquarelas de Reinaldo Tavares. Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

**Figura 8 – Ossadas no Instituto Pretos Novos (1).**



Fonte: reprodução/ Internet. [sem título]. (sem data). Disponível em: Passados Presentes ([passadospresentes.com.br/passadospresentes](http://passadospresentes.com.br/passadospresentes)). Acesso em: 18 jun. 2025.

PEREIRA, José Júlio Medeiros de S. *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora / IPN, 2025.

HONORATO, Claudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos da Praça Carioca 1758 a 1831*. Curitiba: Appris Editora, 2019.

NARA JR., João Carlos. *Silêncios que gritam: testemunhos da Escravidão Africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora / IPN, 2025.

SANCHES, Monica (org.). *Pretos Novos do Valongo: escravidão e herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, IPN, 2024.

## **Personagens principais:** Africanos e africanas ali enterrados

Geralmente sem nome, os registros de óbito dos escravizados assinalavam o proprietário, a data do que chamavam de sepultamento, a origem do escravizado e o navio de chegada.

Em 29 de agosto de 1826, Miguel Ferreira Gomes Filho “mandou sepultar sete escravos novos, cujas marcas se não conhecem pela muita bexiga que tem, vindos de Benguela no Bragantim Luis de Camões”. Livro de Óbitos de Escravos, 1824-1830, Fregue-

sia de Santa Rita. Edição fac-símile. Rio de Janeiro: Letra Capital, IPN, 2024, p. 205.

Em 28 de janeiro de 1828, Antonio José Pedrosa “mandou sepultar um escravo novo, com a marca a margem, pertencente à armação da Galera Flor de Moçambique, vinda de Moçambique”. Livro de Óbitos de Escravos, 1824-1830, Freguesia de Santa Rita. Edição fac-símile. Rio de Janeiro: Letra Capital Ed. / IPN, 2024, p. 332.

Em 3 de outubro de 1828, Joaquim Antonio Ferreira “mandou sepultar um escravo novo sem marca, por conta de quem pertencer, vindo de Cabinda no Bragantim Novo Destino”. Livro de Óbitos de Escravos, 1824-1830, Freguesia de Santa Rita. Edição fac-símile. Rio de Janeiro: Letra Capital, IPN, 2024, p. 433.

## **Documento para reflexão:** Registro do Ofício que ao Senado dirigiu o Intendente de Polícia Luiz Paulo de Araújo Bastos, relativo ao Cemitério do Valongo.

“ILL.<sup>mos</sup> Snr.<sup>es</sup> tendo-se me feito várias representações, sobre o dano que a Saúde Pública resulta a existência do Cemitério dos negros novos, próximo ao morro da Saúde e do mau estado em que se acha o m<sup>mo</sup> Cemitério, fui eu mesmo aquele lugar, e admira-me, que em uma capital civilizada exista, o que ali se encontra: um pequeno terreno que aliás está colocado no meio de muitas casas habitadas, e hoje com arruamento erguido cheio todo em roda de esteiras, [erguido em toda a orla costeira] que de ordinário sempre recebem alguma coisa, de corrupção dos corpos neles envolvidos covas abertas tanto à superfície do terreno que apenas um palmo de terra resta para cobrirem-se os corpos, que nelas se lançam aos pares; eis o que eu mesmo torno a repetir. Este negócio e todo de atribuição desse ILL<sup>mo</sup> Senado tanto pelo lado da Saúde Pública, como pelo do cemitério e por isso admitindo os moradores d’aquele lugar, que o remeto a sua consideração e providências, espero que quanto antes V. V. S. S. procedam como as leis mandam afim de se tirar este foco de corrup-

ção e peste de entre os moradores, e em geral de todos os habitantes da Corte. Deos Guarde a V.V. S. S. – Rio 14 de Fever<sup>o</sup> de 1829. ILL<sup>mos</sup> Snrs. Juiz Presidente, e mais Vereadores da Câmara da Corte. Luiz Paulo Araújo Bastos, Remitido ao Vereador Provedor, para dar a propor as providencias necessárias. – Rio em Vereação extraordinária de 16 de fevereiro de 1829 – Campos = Oliveira = Leite = Borges = Lisboa. E Registrado o dito Subscrevo e assino em o dia mês e ano de data E eu.”

*Revista do Arquivo do Distrito Federal* 1895 jul./dez., v. 2, p. 457.

**Música 5: Samba enredo da Mangueira em 2025. À flor da terra**  
– No Rio de negritude entre dores e paixões.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dl4QN638zrA>.

“Oya, Oya, Oya ê  
Oya Matamba de kakoroká zingue  
Oya, Oya, Oya ê ô  
Oya Matamba de Kakoroká zingue ô

É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba  
É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela  
Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela

Sou Luanda e Benguela  
A dor que se rebela, morte e vida no oceano  
Resistência quilombola  
Dos pretos novos de Angola  
De Cabinda, suburbano  
Tronco forte em ribanceira  
Flor da terra de Mangueira  
Revel do Santo Cristo que condena  
Mistério das calungas ancestrais  
Que o tempo revelou no cais  
E fez do Rio minha África pequena

Ê malungo, que bate tambor de Congo  
Faz macumba, dança jongo, ginga na capoeira  
Ê malungo, o samba estancou teu sangue  
De verde e rosa, renasce a nação de Zambi

Bate folha pra benzer, Pombelê, Kaiango  
Guia meu camutuê, Mãe Preta ensinou  
Bate folha pra benzer, Pombelê, Kaiango  
Sob a cruz do seu altar, inquite incorporou

Forjado no arrepio  
Da lei que me fez vadio  
Liberto na senzala social  
Malandro, arengueiro, marginal  
Na gira, jogo de ronda e lundu  
Onde a escola de vida é zungu  
Fui risco iminente  
O alvo que a bala insiste em achar  
Lamento informar  
Um sobrevivente

Meu som, por você criticado  
Sempre censurado pela burguesia  
Tomou a cidade de assalto

E hoje, no asfalto  
A moda é ser cria  
Quer imitar meu riscado  
Descolorir o cabelo  
Bater cabeça no meu terreiro

É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba  
É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela  
Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela

Sou Luanda e Benguela  
A dor que se rebela, morte e vida no oceano  
Resistência quilombola  
Dos pretos novos de Angola  
De Cabinda, suburbano  
Tronco forte em ribanceira  
Flor da terra de Mangueira  
Revel do Santo Cristo que condena  
Mistério das calungas ancestrais  
Que o tempo revelou no cais  
E fez do Rio minha África pequena

Ê malungo, que bate tambor de Congo  
Faz macumba, dança jongo, ginga na capoeira  
Ê malungo, o samba estancou teu sangue  
De verde e rosa, renasce a nação de Zambi

Bate folha pra benzer, Pembrê, Kaiango  
Guia meu camutuê, Mãe Preta ensinou  
Bate folha pra benzer, Pembrê, Kaiango  
Sob a cruz do seu altar, inquite incorporou

Forjado no arrepio  
Da lei que me fez vadio  
Liberto na senzala social  
Malandro, arengueiro, marginal  
Na gira, jogo de ronda e lundu  
Onde a escola de vida é zungu  
Fui risco iminente  
O alvo que a bala insiste em achar  
Lamento informar  
Um sobrevivente

Meu som, por você criticado  
Sempre censurado pela burguesia  
Tomou a cidade de assalto  
E hoje, no asfalto  
A moda é ser cria  
Quer imitar meu riscado  
Descolorir o cabelo  
Bater cabeça no meu terreiro

É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba  
É de arerê, força de Matamba  
É dela o trono onde reina o samba

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela

Sou a voz do gueto, dona das multidões  
Matriarca das paixões, Mangueira  
O povo banto que floresce nas vielas  
Orgulho de ser favela  
Orgulho de ser favela  
Orgulho de ser favela.”



## EIXO 2 TRANSFORMAÇÃO E PROTAGONISMO

Personagens, situações-problema,  
imagens, músicas, referências,  
documentos para reflexão.



## Escola José Bonifácio. MUHCAB.

**Tema central:** a luta pela escolarização.

**Música 6:** *Identidade* - Jorge Aragão, 1992.

Disponível em:

[https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/#google\\_vignette](https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/#google_vignette)

Trata-se do Centro Cultural José Bonifácio, sede do Museu de História e Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), onde funcionava a antiga Escola de Santa Rita, posteriormente denominada Escola José Bonifácio. Com recursos da Coroa Imperial e do Ministério do Império, o elegante prédio foi inaugurado em 1877 para abrigar a primeira escola pública da Freguesia de Santa Rita. A construção do palacete representava, simbólica e materialmente, a tendência da época de se privilegiar uma política de escolarização da população urbana, próxima ao centro do poder, que garantisse visibilidade às ações educativas promovidas depois da Lei do Ventre Livre, em 1871. Se a escolarização estava longe de ser para todos, a escola de Santa Rita oferecia ensino primário diurno para crianças que moravam na região, entre 7 e 14 anos, e aulas noturnas para os jovens e adultos trabalhadores que não podiam frequentar o período regular. Consta que, em 1911, havia 483 alunos matriculados no chamado ensino primário. A instituição manteve sua função pedagógica ao longo de toda a Primeira República, funcionando como uma das Escolas-Modelo do Distrito Federal.

## Situações-problema

A presença de crianças e de jovens negros nas escolas, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, foi, até pouco tempo, pouco estudada. A tendência dos pesquisadores de associarem a vivência da população escravizada à totalidade da população negra cegou por muito tempo os estudos de história da educação. Se é possível a localização de impedimentos, até mesmo legislativos, para o estudo de africanos e escravizados, não se pode dizer o mesmo para o acesso de libertos e livres de cor, apesar de muitas opiniões contrárias a sua incorporação no sistema educacional formal. Segundo Alessandra Schueler, existiam inúmeros constrangimentos, mas é inquestionável que através do letramento – em escolas, associações religiosas e de trabalhadores, ou ainda em iniciativas de professores negros – os descendentes de africanos conseguiram afirmar seu talento, liberdade e igualdade. Os vários jornais publicados ao longo dos séculos XIX e XX são exemplos contundentes da atuação de intelectuais negros. Complementarmente, o acesso à instrução, em escolas particulares ou públicas, foi recorrentemente uma demanda da população negra, escrava, liberta e livre.

Alguns exemplos podem ser destacados: i) entre 1853 e 1873, o professor negro Pretextato dos Passos Silva dirigiu uma escola particular para instrução primária de crianças pardas e pretas, a pedido de seus pais, na Rua da Alfândega; ii) em 1878, temos o registro de que Libertina de Andrade, preta livre matriculou sua filha, Felismina de Andrade, com cinco anos de idade na 3ª Escola Pública de Meninas de Santa Rita; iii) na década de 1880, José do Patrocínio foi professor de uma escola gratuita noturna em São Cristóvão, num sobrado do Largo da Cancela, que recebia alunos “de cor” e “escravos fugidos”, tendo ficado conhecida como “Quilombo da Cancela”. Ali também funcionava a Caixa Libertadora José do Patrocínio, dirigida pelo liberto Israel Soares, que ajudava financeiramente à luta pela liberdade, através do apoio às escolas gratuitas, alforrias, ações contra a escravização ou mesmo

fugas. José do Patrocínio e Israel Soares faziam parte de uma importante rede de abolicionistas que seguiria após a abolição na luta pelos direitos da população negra e pela memória do movimento abolicionista.

Em freguesias do Centro da cidade do Rio de Janeiro foram também registradas escolas noturnas, que recebiam pobres e trabalhadores negros, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Um dos grandes defensores dessas escolas noturnas foi o professor negro da Escola Normal do Distrito Federal e do Colégio Militar, Hemetério dos Santos (1858-1939). As associações dos movimentos negros, ao longo do século XX, sempre investiram na criação de cursos de alfabetização e na ampliação dos índices de escolarização.

**Personagens principais:** Maria Reis Santos, Hemetério dos Santos, e outras lideranças do movimento negro nos anos 1980.

Na Escola José Bonifácio certamente estudaram muitas crianças e jovens negros. Também uma de suas professoras, diretora em 1908, era negra: *Maria Reis Santos*.

*Hemetério dos Santos*, sua esposa, Rufina Vaz Carvalho dos Santos, e filhas, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos, todas professoras, devem ter conhecido a escola ou mesmo a frequentado. Hemetério, além de professor do Colégio Pedro II, Escola Normal e Colégio Militar, foi gramático e filólogo, escreveu artigos, livros didáticos e poesias. Candidatou-se também a cargos de vereador e deputado federal. Em toda sua trajetória enfrentou atitudes racistas, desenvolveu estratégias pedagógicas antirracistas em seus livros e conferências, denunciando, por exemplo, a não aceitação de estudantes negros em determinadas escolas. Entre seus livros, destacam-se, *Pretidão do Amor* (1905) e *Etymologias Preto* (1907).

*Lideranças negras.* A Escola José Bonifácio pertenceu à rede de escolas municipais até o ano de 1966, quando foi extinta. Muitos moradores das imediações lembram-se, com emoção, da antiga

escola. O prédio ficou desocupado até 1977, ano em que recebeu a Biblioteca Regional da Gamboa. Em 1986, foi transformado em Centro Cultural José Bonifácio (CCJB), com a função de constituir um centro de referência da cultura negra. Nas décadas seguintes, o espaço sediou importantes eventos da cultura negra, entre exposições, reuniões, apresentações artísticas e performáticas, além de funcionar como espaço de formação – com minicursos, palestras e aulas de capoeira para crianças da região. Pelo CCJB certamente passaram as principais lideranças do movimento negro carioca, que se organizava após a ditadura militar, na década de 1980: Joel Rufino dos Santos, Hilton Cobra, Wanda Ferreira, Luiz Eduardo Negro Ogum, Januário Barbosa, Filó (Asfilófilo de Oliveira Filho) e, podemos imaginar, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Zózimo Bulbul, Abdias do Nascimento, Carlos Nobre, entre outros.

**Figura 9 – Grupo de professoras em 1908.**



Fonte: *O Malho (RJ)* - 23 de maio de 1908.

**Figura 10 – Hemetério dos Santos.**



Fonte: Hemetério dos Santos. Foto publicada no livro *Pretidão de amor*, 1905. Acervo da Biblioteca Nacional.

**Figura 11 – Abdias do Nascimento.**



Fonte: Abdias do Nascimento, 1983. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**Figura 12 – Lélia Gonzalez e Angela Davis.**



Fonte: Lélia Gonzalez e Angela Davis nos Estados Unidos, em 1984. Acervo pessoal. Disponível em: <https://www.sindjus.com.br/novembro-antirracista-a-historia-e-o-legado-de-lelia-gonzalez/14893/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**Música 5:** samba-enredo da Unidos de Vila Isabel, Kizomba, Festa da Raça – Martinho da Vila, 1988.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/martinho-da-vila/287389/>

“Valeu Zumbi

O grito forte dos Palmares

Que correu terras céus e mares

Influenciando a Abolição

Zumbi valeu

Hoje a Vila é Kizomba

É batuque, canto e dança

Jogo e Maracatu

Vem menininha pra dançar o Caxambu

Vem menininha pra dançar o Caxambu

Ooh

Oh-oh

Ô nega mina

Anastácia não se deixou escravizar

Oh-oh

Ô Clementina  
O pagode é o partido popular  
Sacerdote ergue a taça  
Convocando toda a massa  
Nesse evento que com graça  
Gente de todas as raças  
Numa mesma emoção  
Esta Kizomba é nossa constituição  
Esta Kizomba é nossa constituição  
Que magia  
Reza *ageum* e Orixá  
Tem a força da Cultura  
Tem a arte e a bravura  
E um bom jogo de cintura  
Faz valer seus ideais  
E a beleza pura dos seus rituais  
Vem a Lua de Luanda  
Para iluminar a rua  
Nossa sede é nossa sede  
De que o *Apartheid* se destrua  
Vem a Lua de Luanda  
Para iluminar a rua  
Nossa sede é nossa sede  
De que o *Apartheid* se destrua  
Valeu  
Valeu Zumbi”

PEREIRA, Amilcar. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. “De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2006.

SCHUELER, Alessandra de. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Revista História Educ.*, v. 19, n. 46. Santa Maria, 2015. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592015000200145](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000200145)

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *A história da Educação dos negros no Brasil*. Disponível em: [https://www.academia.edu/33553284/A\\_Historia\\_dos\\_negros\\_na\\_educacao\\_no\\_Brasil\\_.pdf](https://www.academia.edu/33553284/A_Historia_dos_negros_na_educacao_no_Brasil_.pdf).

SANTOS, Aderaldo Pereira. *A arma da Educação: cultura política, cidadania, antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, UFRJ, 2018.

SILVA, Alexandra Lima. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *Revista Eletrônica – Documento, Monumento*, UFMT, NDIHR, v. 21, n. 1, julho 2017.

SILVA, Luara. “O negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão”: Hemetério José dos Santos, identidade negra e as questões raciais no pós-Abolição carioca (1888-1920). In: ABREU, M.; XAVIER, G.; BRASILEIRO, E.; MONTEIRO, L. *Cultura negra, novos desafios para os historiadores* (vol. 2 – Trajetórias e Lutas de Intelectuais Negros). Niterói: Eduff, 2018, p. 266-196.

## Documentos para reflexão

**Figura 13 – Capas de jornais dos movimentos negros.**





# O MENELICK



Órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor

ANNO 1

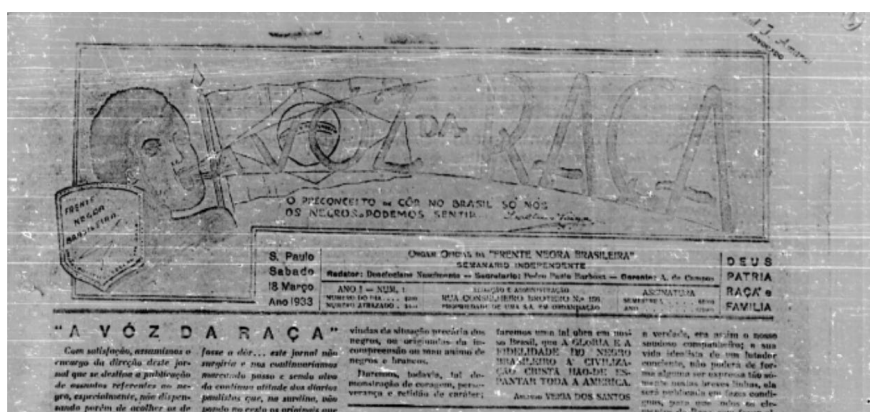
Redactor - Chefe: Desileciano Nascimento B Redactor - Secretario: Geraldo de Souza

V. 3

Salve! Salve! Salve 1916!  
Gentis leitoras e leitores

Regresso de Vesper

elles, os pretos  
A minha fragilidade  
jamaiz poderá descrever o  
pavor que tiveram. Os gri-



“O Brasileiro Pardo” (1833) <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/brasileiro-pardo/>

“O Homem de cor” (1833) <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-homem-de-cor/>, no Rio de Janeiro

“A Pátria” e o “Progresso, órgão dos homens de cor” (São Paulo, 1889 e 1899)

“Treze de Maio” (Rio de Janeiro, 1888)

“O Exemplo” (Porto Alegre, 1892-1930)

“O Menelick, órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor” (São Paulo, 1916) <http://www.omenelick2ato.com/imprensa-negra-paulista>

“O Clarim da Alvorada” (São Paulo, 1924-1932); “A Voz da Raça” (1933-1937) <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/a-voz-da-raca/>

“O Quilombo” (Rio de Janeiro, 1948-1950) <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>.

## Barricadas da Revolta da Vacina.

*Praça da Harmonia, na esquina  
com Rua Sacadura Cabral.*

**Tema central:** participação política nas lutas populares da cidade.

**Música 8:** Rato, Rato - Claudino Manoel, 1904. .

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/mario-pinhoero/vacina-obrigatoria/>

A hoje pitoresca Praça da Harmonia esconde muitas histórias dramáticas, até mesmo porque foi construída na administração de Pereira Passos (1902-1906) logo depois da Revolta da Vacina e das obras de construção do Porto do Rio de Janeiro. Situa-se na Rua Sacadura Cabral, nome atual da antiga Rua da Saúde. A denominação foi por conta da Igreja Nossa Senhora da Saúde que, fundada em 1742, ladeava a hoje inexistente praia e enseada da Harmonia, aterradas com as reformas para o porto. A pequena igreja ainda pode ser vista quase em frente ao AquaRio.

Um dos marcos principais da ocupação do local foi a construção, por volta de 1855, de um mercado municipal, denominado Mercado da Harmonia, entre a Rua da Saúde e o mar, um centro popular de venda de peixe, legumes, verduras, frutas e outros produtos de baixo custo. Até então, o Rio de Janeiro só tinha o mercado de peixe da Candelária, no Centro. O da Harmonia tinha portas nos quatro lados, era iluminado a gás e ficava aberto dia e noite. Ao centro havia uma praça calçada de paralelepípedos e um chafariz, cercados por algumas barracas e pelos 68 cubículos, sendo que alguns serviam de moradia. Na administração do Prefeito Barata Ribeiro (1891-1893), autoridade

conhecida pelo combate à insalubridade da cidade, começaram os planos para acabar com o Mercado da Harmonia, que, pelas notícias, havia se tornado um grande cortiço.

Até o início do século XX, a área do mercado já era muito populosa e rodeada de estalagens, atraindo diversos setores da população, inclusive imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, com as perspectivas de trabalho no porto, nas fábricas, nas oficinas, nos armazéns, no transporte de cargas (cocheiros, carregadores e estivadores), nas obras e no trabalho doméstico. As atividades portuárias, que geravam empregos diretos e indiretos, criavam nesse território grande movimento e propiciavam a organização de associações para o lazer e proteção ao trabalho. Os trabalhadores negros, desde o século XIX, continuavam a ser presença dominante nos trabalhos do porto. Entre as fábricas, bem em frente ao Mercado da Harmonia foi instalado, em 1887, o Moinho Fluminense, para a moagem do trigo. O estabelecimento, como era comum, tinha um cais próprio para o movimento de seus agronegócios. No início do século XX foi adquirida por uma empresa multinacional de alimentos. Recentemente, as atividades do moinho foram transferidas para o Município de Duque de Caxias.

**Figura 14 – Mercado da Praça da Harmonia e o Moinho Fluminense.**



Fonte: Mercado da Praça da Harmonia e o Moinho Fluminense. Marc Ferrez, 1895. Coleção Gilberto Ferrez. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/10473>. Acesso em: 24 jun. 2025.

**Figura 15 – Descanso às 16h da tarde na Praça da Harmonia.**



Fonte: descanso às 16 horas na Praça da Harmonia. Augusto Malta, 1908. Disponível em: [passadospresentes.com.br/passadospresentes](https://passadospresentes.com.br/passadospresentes). Acesso em: 20 jun. 2025.

**Figura 16 – Praça da Harmonia.**



Fonte: Praça da Harmonia toda urbanizada. Disponível em: <https://rioquepassou.com.br/2006/09/28/praca-da-harmonia>. Acesso em: 21 jun. 2025.

## Situações-problema

*Protestos sociais:* por reunir a população pobre e trabalhadora, majoritariamente negra, diversos protestos sociais contra o aumento dos preços dos alimentos e dos transportes aconteceram nas proximidades do Mercado da Harmonia, áreas conhecidas como Saúde, Santo Cristo e Gamboa. Em 1902, os protestos foram contra a péssima qualidade das carnes frescas e seus altos preços. Eduardo das Neves, um músico negro e cronista da cidade, registrou em versos, no mesmo ano, em seu livro *O Trovador da Malandragem*, o movimento:

Por toda a capital,  
Muita carroça virada,  
Em Santo Cristo e na Saúde,  
Muita carne foi queimada.

Em 1903, uma grande greve, iniciada por operários de fábricas têxteis da cidade e abraçada por chapeleiros, sapateiros, alfaiares, pedreiros, entre outros, teve a participação dos trabalhadores negros do porto, carregadores e estivadores, e de suas associações. Os grevistas mobilizavam-se pelo direito às oito horas de trabalho e, depois de oito dias de greve, demonstraram formidável organização. Em 1905, o movimento teria se ampliado e durado quase dois meses, mesmo depois de os estivadores terem conseguido ao menos nove horas de trabalho e ficado sob constante ameaça policial e militar. Os carregadores e estivadores negros foram fundamentais para as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e para a formação das associações e sindicatos da cidade do Rio de Janeiro.

O maior dos protestos, envolvendo toda a população, ocorreu em 1904. O movimento contrário à vacina obrigatória ficou conhecido como a Revolta da Vacina. Com o intuito de combater a febre amarela e outras doenças que então assolavam a cidade do Rio de Janeiro, durante o governo do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), o médico e sanitarista Oswaldo Cruz liderou

a implementação de uma série de medidas higiênicas autoritárias e impopulares: a vistoria e as demolições de residências; a obrigatoriedade da vacina para toda a população. Em função das diversas medidas arbitrárias, inclusive as que envolveram as reformas urbanas e a construção de um novo e moderno território para o porto, as reações contra a vacina obrigatória disseminaram-se por toda a cidade do Rio de Janeiro. Em diversos pontos da cidade, bondes, linhas telefônicas e elétricas e outros serviços públicos foram danificados e destruídos, ao longo do mês de novembro. Jornalistas, políticos de oposição, militares e associações de trabalhadores também protestaram de diferentes formas nos jornais e nos espaços públicos. Especialmente na região da “Pequena África”, onde os descendentes de africanos apostavam em seus próprios saberes tradicionais para tratar e curar doenças, a reação foi impressionante.

*Porto Arthur*: o último foco de resistência dos revoltosos foi o levantamento de barricadas, exatamente no local onde se encontrava o velho Mercado da Harmonia. As barricadas foram construídas por trabalhadores e moradores do porto, negros em sua maioria, que se destacaram pela combatividade às forças de segurança por vários dias. As barricadas ficaram conhecidas como “Baluarte Porto Arthur”, em referência à base naval russa que, poucos meses antes, havia resistido aos ataques japoneses na guerra russo-japonesa (1904-1905). Um dos líderes das ações nas “barricadas da Saúde” teria sido o capoeirista e estivador conhecido como “Prata Preta”, Horácio José da Silva.

No final de 1904, o governo revogou a obrigatoriedade da vacina, mas sua força policial realizou diversas prisões e foi responsável por muitas mortes. Calcula-se a existência de 30 mortos, 110 feridos e 945 presos. Muitos foram deportados para o Acre.

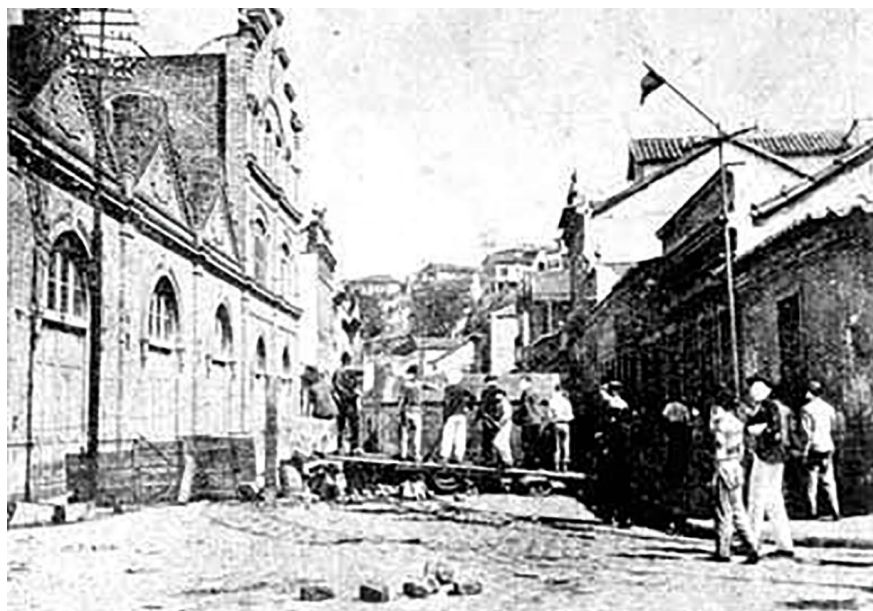
As ações de repressão do governo completaram-se com a demolição do velho mercado popular para a construção de uma moderna praça da Harmonia, com coreto, desenho urbanístico e jardins. As reformas lhe deram o traçado atual e enterraram as marcas do velho mercado e da grande revolta. Complementarmente, garantindo o controle e a repressão de

novos movimentos, foi instalado o quartel da Polícia Militar em um dos lados da nova praça. Nada mais indicava ter sido a Harmonia local central de resistência à vacina obrigatória e às reformas urbanas: aterrava-se o passado através de reformas de embelezamento urbano. Em 1910 estariam concluídas as obras do novo porto e a Praça da Harmonia afastava-se definitivamente do mar.

Apenas em 2004, nas comemorações dos 100 anos da Revolta da Vacina, foi fundado na região um bloco de carnaval em homenagem a “Prata Preta”, o “Zumbi do bairro da Saúde”.

Ver vídeo do bloco Prata Preta em 2018. Disponível em: [https://br.video.search.yahoo.com/search/video;\\_ylt=AwREtkyjPrhoTAIAu7Pz6Qt.;\\_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEed-nRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=bloco+prata+preta&fr2=pi-v-web&type=E210BR1494G0&fr=mcafee#id=6&vid=77f-def0a63d6951fe71f13fcd20a02b8&action=view](https://br.video.search.yahoo.com/search/video;_ylt=AwREtkyjPrhoTAIAu7Pz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEed-nRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=bloco+prata+preta&fr2=pi-v-web&type=E210BR1494G0&fr=mcafee#id=6&vid=77f-def0a63d6951fe71f13fcd20a02b8&action=view)

**Figura 17 – Barricadas da Revolta da Vacina na Praça da Harmonia.**



Fonte: autor desconhecido. Domínio público.

**Música 9:** *Desabafo Carnavalesco* – Louro, Freire Jr. e Eduardo das Neves, 1917.

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/14776/undefined>

“Sobe a carne e o feijão  
Desce o brio da nação  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Sobe a carne e o feijão  
Desce o brio da nação

E o povo anda casmurro  
Pagando imposto pra burro  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
E o povo anda casmurro  
Pagando imposto pra burro  
Meu milagroso São Braz  
Não aperte tanto o nó!  
Pense o mal que nos faz  
Do Zé Povo tenha dó!  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Não aperte tanto o nó!  
Do Zé Povo tenha dó!  
Paga os pobres funcionários  
Os negócios dos falsários  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Paga os pobres funcionários  
Os negócios dos falsários  
O comércio virou bicho  
Pôs o Conselho no lixo  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
O comércio virou bicho  
Pôs o Conselho no lixo

Diz o chefe de Polícia  
Não sou eu que o povo dispo  
Aconselho sem malícia  
Vão queixar-se à mãe do bispo!  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Protestar eu não me arrisco  
No Largo de São Francisco!  
Paga imposto o açougueiro  
O sapateiro e o vendeiro  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Paga imposto o açougueiro  
O sapateiro e o vendeiro!  
Não paga nada o bicheiro  
Cá do Rio de Janeiro!  
Sim, Sinhô, ué! Sim, Sinhô, uá!  
Vender bicho é uma mina  
É um negócio da China!  
Meu milagroso São Braz  
Não aperte tanto o nó!  
Pense o mal que nos faz  
Do Zé Povo tenha dó!  
E viva o carnaval!”

**Personagens principais:** “Prata Preta”, Vicente de Souza e Cipriano Abedé.

Horácio José da Silva, conhecido como “Prata Preta”, estivador e capoeirista, ocupou lugar de destaque nas manifestações, em novembro de 1904, da Revolta da Vacina. Na Praça da Harmonia foram erguidas barricadas, de mais de um metro de altura contra a ação das forças policiais e militares e na defesa de práticas religiosas afro-brasileiras na cura das mais diversas doenças.

**Figura 18 – Charge que estigmatizava as feições e o perigo de Prata Preta.**



Fonte: *O Malho* (RJ) – 26 de novembro de 1904.

Vicente de Souza (1852-1908), professor, médico, editor de jornais, republicano e socialista, destacou-se nos movimentos populares, como a Revolta do Vintém (movimento contrário ao aumento dos transportes públicos), em 1879, e nas lutas pela Abolição. De acordo com Ana Flávia Magalhães, participou de diversas associações e clubes na cidade do Rio de Janeiro que lutavam pelo fim da escravidão na década de 1880, como o Clube de Libertos Contra a Escravidão, Associação Operária Emancipadora Vicente de Souza, Club Central dos Libertos,



**Figura 19 – Vicente de Souza.**

Fonte: *A Imprensa*, 1º de maio de 1911, p. 1.

Caixa Emancipadora José do Patrocínio e Caixa Libertadora Vicente de Souza. A atuação de Vicente de Souza na liderança da Liga Contra a Vacinação Obrigatória e na organização de protestos e comícios em vários locais da cidade são, segundo Cláudia Santos, exemplos da continuidade do ativismo republicano-abolicionista depois da Abolição da escravidão. Na defesa da ampliação da cidadania e igualdade de condições, Vicente de Souza, ao lado de outras lideranças negras e republicanas, como o tipógrafo Luiz da França e Silva, seguiu atuando na formação e mobilização de organizações e partidos políticos de trabalhadores. Chegou a concorrer a cargos políticos no governo, com bandeiras de defesa dos operários. Certamente, Vicente de Souza e seus aliados deviam frequentar muito a região e suas associações e movimentos de trabalhadores.

Cipriano Abedé. Na Rua do Propósito, bem próximo da Praça da Harmonia, funcionou, no início do século XX, o candomblé de Cipriano Abedé (Cipriano Manuel Esteves). Representante de um grupo poderoso de “baianos-minas” no Rio de Janeiro, Abedé teria nascido em 1832 e passado um bom tempo na África Ocidental. Sua casa de santo, segundo os cronistas, destacava-se na década de 1920 pela frequência numerosa e constante de homens e mulheres brancos, inclusive personalidades das elites sociais e políticas, em busca de solução para seus problemas. Abedé, em 1913, obteve registro para seu candomblé, denominado de “culto africano”, como sociedade civil, com estatutos aprovados pela Polícia e funcionamento garantido pela lei. Como destaca a pesquisa de Thamires Guimarães, muitas lideranças religiosas desenvolviam métodos de subversão e se apropriavam, em seu benefício, da legislação republicana. Conhecido também no mundo carnavalesco da Praça Onze, seu prestígio decorria da sua condição de babalorixá e de seus conhecimentos de Os-sain – aquele que domina as propriedades e usos das folhas e ervas, segundo o testemunho do memorialista dos candomblés Agenor Miranda Rocha. Abedé teria iniciado o próprio Agenor e era muito próximo da famosa mãe Aninha da Pedra

do Sal. Esse domínio amplo trouxe a esse pai de santo uma grande respeitabilidade entre seus contemporâneos, fazendo com que sua influência alcançasse bairros mais distantes a ponto de gerar o embrião para a formação de novas casas de santo nos subúrbios da cidade. Em tempos de vacina obrigatória, deve ter exercido importante papel na defesa da população e no combate à política sanitária governamental. Mas Abedé não escapou da perseguição policial. Pela pesquisa de Nilma Accioli, tomamos conhecimento que foi preso em 1896 pelo delegado da 10ª Circunscrição. Acusado de feitiçaria, teve todos os seus objetos presos.

**Figura 20 - Culto Africano de Cypriano Manoel Abedé.**



Fonte: *Diario Official* (Suplemento) – 21 de junho de 1913.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Cipriano Abedé. Mapa Temático. *Lazer, Cultura e Sociabilidade: cotidiano dos trabalhadores em Santana*, Rio de Janeiro, 1905. Projeto Temático FAPESP, Santana e Bexiga. Campinas: Cecult/Unicamp, 2005.

GOLDMACHER, M.; BADARÓ, M. M.; TERRA, P. C. *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: Eduff, 2010.

GUIMARÃES, Thamires. “SALAMALECO! MANECO LASSALAMA!” Magia e encantamento entre africanos e afro-brasileiros muçulmanos no Rio de Janeiro, 1890-1937. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2025.

PEREIRA, Leonardo A. M. *As barricadas da saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2018.

SANTOS, Claudia. *Disputas políticas pela Abolição. Nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Petrópolis: Vozes, 2023.

TEIXEIRA, Accioli Nilma. *O sagrado e o profano. Vivências negras no Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2019.

## **Documento para reflexão:** *Gazeta de Notícias*, 17 de novembro de 1904.

“Pode-se dizer que o movimento de resistência às forças que procuram restabelecer a ordem na cidade se resumia, até ontem à tarde, no bairro da Saúde, onde pelas suas trincheiras, pelas suas barricadas e pelo reduto dos que ali se amotinam, tem se tornado célebre a ponto de ser denominado o baluarte Porto Arthur.

Desde o primeiro dia de agitação popular (...) aquele ponto se apresentou por tal forma violento e hostil que não mais foi vista força alguma nas imediações daquele reduto, que se tornou formidável.

O caso é que Porto Arthur resiste cada vez mais forte, em completa arregimentação como se a sua guarnição fosse de forças regulares.

(...) Não se sabe se a resistência feita a todo transe pelos populares do bairro da Saúde, na sua maioria estivadores, pessoal do mar, é ou não o resultado de um entendimento com os conspiradores, mas o certo é que Porto Arthur seria uma plebenda se não houvesse uma ação enérgica da parte do governo.

(...) o baluarte Porto Arthur foi levantado na praça da Harmonia. Nas imediações, pelas esquinas, foram levantadas barricadas por meio de bonds, portas, combustores, ralos, tudo o quanto eles tiverem à mão.”

## Sindicatos e associativismo negro, Sociedade da Resistência dos Trabalhadores do Trapiche e Café.

*Esquina da Rua Sacadura Cabral  
com Rua do Livramento*

**Tema central:** presença dos trabalhadores negros na construção da luta sindical na Primeira República.

**Música 10:** *E vamos à luta* – Gonzaguinha, 1980.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/1134707/>

Importante associação de trabalhadores do porto, a Sociedade da Resistência dos Trabalhadores do Trapiche e Café foi fundada após a greve de 1905, com apoio de outra destacada associação de trabalhadores, a União Operária dos Estivadores, situada bem próximo, no Largo dos Estivadores. Em função da grande variedade de funções no trabalho do porto, como estivadores, arrumadores, foguistas, conferentes, feitores, guindasteiros e trabalhadores em carvão mineral, alguns grupos, como os trabalhadores em trapiche e café, formaram uma associação à parte.

### Situações-problema

O êxito na greve de 1906 pelo aumento na tabela de preços e pela conquista de uma antiga reivindicação, o sistema de *close shop* – sistema de sindicatos fechados, onde os sin-

dicalizados têm preferência na seleção do trabalho – reforçou o importante papel do “Resistência” no porto. Segundo a historiadora Cecília Cruz, a Sociedade Resistência tinha entre seus filiados 62,3% de pretos e 14,2% de pardos. Era conhecido como “Companhia dos Pretos”. Com as mudanças na legislação trabalhista, passou a chamar-se Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro. Hoje sua sede está em São João do Meriti.

A documentação guardada pelo “Resistência”, ao longo do século XX, foi fundamental para os trabalhos de historiadores que buscaram entender a participação e o protagonismo dos negros, assim como seus conflitos com imigrantes estrangeiros e com as autoridades policiais, na afirmação dos movimentos de trabalhadores no Rio de Janeiro e na criação das organizações sindicais<sup>30</sup>. Essas pesquisas mostraram que a luta política dos trabalhadores negros na Primeira República era herdeira da resistência e da organização associativa dos estivadores que vinha desde o tempo da escravidão. Estava também articulada à sociabilidade cultural e religiosa dos trabalhadores, construída numa rede de sociedades carnavalescas, associações dançantes, casas de candomblé e macumba existentes na região. O Rancho Recreio das Flores, que funcionava em prédio próprio, era formado por trabalhadores da Sociedade da Resistência dos Trabalhadores do Trapiche e Café.

**Personagens principais:** Elói Antero Dias (1888-1971) e Evaristo de Moraes (1871- 1939).

*Elói Antero Dias* (1889-1971) foi um dos mais conhecidos representantes dos migrantes negros do Vale do Paraíba, local central da produção de café no século XIX. Nascido em Engenheiro Passos, Mano Elói, como se tornou conhecido, teria che-

---

<sup>30</sup> Essa documentação hoje encontra-se em processo de restauração sob os cuidados do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense.

gado com 15 anos à cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1903. Sua presença e atuação demonstram que não só os baianos criaram a força política, cultural, musical e religiosa da “Pequena África”. Sua liderança no jongo na cidade do Rio de Janeiro, expressão cultural criada por descendentes de africanos no Sudeste (dança e canto em desafio, realizada em círculo, próximo a fogueiras e acompanhada de tambores), afirma o papel do patrimônio negro no fortalecimento dos laços afetivos e de solidariedade após a Abolição da escravidão. A maior parte dos africanos que chegaram pelo Valongo e foram trabalhar nas plantações de café do Vale do Paraíba vinha da África Central e pertencia ao universo linguístico cultural banto, do qual o jongo é expressão.

De acordo com as pesquisas de Alessandra Tavares e Sormani Silva, Mano Elói, ao longo de sua vida, foi estivador, capoeirista, pai de santo e músico compositor, além de mobilizador de rodas de jongo da cidade. Tornou-se um grande articulador e mediador entre as diversas comunidades negras, de baianos e migrantes do Vale do Paraíba mineiro, fluminense e paulista, entre a área do porto e os morros do Estácio, Mangueira e Serrinha, em Madureira. E entre essas comunidades e os representantes políticos, policiais e membros da imprensa da cidade. Compôs sambas e pontos de macumba, muitos deles gravados pela indústria fonográfica em parcerias com J. B. de Carvalho e Getúlio Marinho. Nas décadas de 1920 e 1930, foi presença marcante na organização de diversas associações carnavalescas e escolas de samba na região da “Pequena África”, como a Deixa Malhar, e nos subúrbios cariocas, como a Mangueira e o Império Serrano.

Mano Elói também fazia parte do quadro de sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, desde pelo menos 1910, articulando luta política dos trabalhadores, militância religiosa afro-brasileira e presença no carnaval. Essa articulação, mesmo que nem sempre autorizada pela Polícia, era bem visível na “Sociedade Resistência” que possuía um rancho carnavalesco próprio: O Recreio das Flores.

**Figura 21 – Ismael Silva e Mano Elói.**



Fonte: Ismael Silva (à esquerda) ao lado de Elói Antero Dias, o Mano Elói. Arquivo *O Globo* / Agência O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/ensaio-inedito-de-jose-ramos-tinhorao-traz-esboco-biografico-de-ismael-silva-21675958>. Acesso em: 23 jun. 2025.

**Música 11:** *Canto de Exú* – Elói Antero Dias & Getúlio Marinho, 1930

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/artista/30426/eloy-antero-dias>.

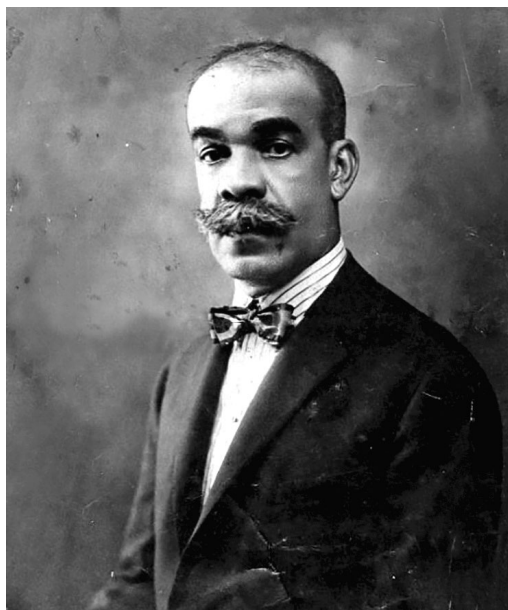
O Recreio das Flores, nome com certa dose de irreverência frente ao duro trabalho masculino do porto, funcionou em diversos locais da “Pequena África” antes de ocupar o número 83 da Rua do Livramento. Além do período do carnaval, organizava bailes o ano inteiro, fortalecendo as redes de solidariedade dos portuários e dos habitantes da região. Um neto da Tia Ciata, Marinho da Costa Jumbega, era inclusive mestre-sala do rancho. Uma de suas irmãs, Lili Jumbega, em entrevista a Roberto Moura, nos anos 1980, declarou que “o Recreio trazia aqueles holofotes do cais, que ele era estivador e tinha licença de trazer.

O Recreio das Flores era o cais do porto, podia outro vir bom, mas o Recreio tinha que ganhar” (os desfiles na Praça Onze, certamente)”.

Pela pesquisa de Erika Arantes, ficamos sabendo que o Recreio nem sempre renovava a licença anual necessária para poder funcionar. Em 1915, por exemplo, o comissário de Polícia negou o pedido, alegando que seus sócios não tinham bom comportamento, pois praticavam jogos de azar. Muitos cronistas dos jornais também criticavam o funcionamento desses clubes dançantes, considerando que eram “antros de perdição e violência”, “onde o negro de azeviche” dançava com uma dama “da mesma cor”. O fato de muitos desses trabalhadores negros serem também sambistas, grevistas e possivelmente participantes da Revolta da Vacina parecia encorajar os comentários preconceituosos e racistas das autoridades e jornalistas.

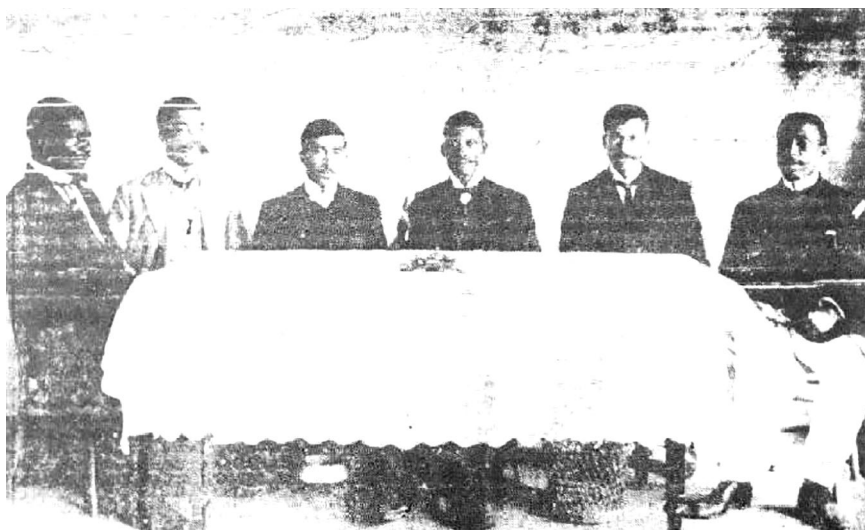
Evaristo de Moraes (1871-1939) foi advogado criminalista, escritor, jornalista e historiador. Destacou-se na defesa dos trabalhadores e de seus movimentos de reivindicação, e na crítica à intensa repressão policial aos trabalhadores negros, constantemente detidos por suspeita de vadiagem. Foi advogado de diversas associações, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, assim como de importantes lideranças negras, como João Cândido (líder da Revolta dos Marinheiros Contra a Chibata) e Eduardo das Neves (conhecido músico e artista negro dos circos, teatros e indústria fonográfica). Em 1920, foi um dos fundadores do Partido Socialista. Entre suas obras destacam-se a *Campanha Abolicionista* e a *Escravidão Africana no Brasil*. Como legitimidade para a defesa dos direitos dos trabalhadores, Evaristo de Moraes valorizava as relações entre a antiga situação dos escravizados e a dos operários de sua época. Esteve presente na criação das bases da legislação trabalhista na Era Vargas.

**Figura 22 – Evaristo de Moraes em 1925.**



Fonte: Evaristo de Moraes. Fotografias de família. Disponível em: <http://www.bvemf.ifcs.ufrj.br/fotografias.htm> (Rio de Janeiro, 1925). Acesso em: 23 jun. 2025.

**Figura 23 – Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café junto a Evaristo de Moraes.**



Fonte: *Gazeta de Notícias* - 14 de outubro de 1906.

*Clube Carnavalesco União das Costureiras*, sediado na Rua do Livramento, antigo n. 58, é um exemplo das diversas associações afro-cariocas que se formaram no Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século XX. Com seu grande número de mulheres negras, tinha uma ligação direta com os mundos do trabalho – tanto em seu título quanto com seus membros. Composta majoritariamente por homens e mulheres negras, moradores da área portuária da cidade, essa sociedade precisou constantemente dialogar com as forças republicanas – tanto com a Polícia, visando à conquista das licenças necessárias para funcionamento ao longo do ano e o direito de desfilar nos dias de carnaval, quanto com a imprensa, buscando apoio, legitimidade e visibilidade por meio das páginas dos jornais e revistas. Segundo a pesquisa de Eric Brasil, o presidente da sociedade, em 1906, João da Cruz Silva Freitas, também foi membro da União dos Operários Estivadores e do Partido Operário Republicano (1909), estabelecendo uma ampla rede de ligações políticas e festivas. No *Jornal do Brasil*, em 1908, foi publicado um anúncio que a União das Costureiras iria promover uma feijoada, seguida de baile, no dia 13 de maio, data da Abolição da Escravidão. Em 1909, ano seguinte à feijoada do 13 de maio, o então chefe de Polícia Alfredo Pinto, em sua cruzada para “moralizar” o carnaval carioca, ordenou a cassação da licença de funcionamento da sociedade, vista por ele como um “centro de devassidão”. Apesar disso, em 1910, o clube ainda teria força para conquistar espaço nas páginas da revista *O Malho*, e em 1912 aparece no *Jornal do Brasil*. Seus bailes certamente eram animados com lundus, maxixes e sambas, os ritmos modernos dos salões negros e populares.

**Figura 24 – Sociedade Carnavalesca União das Costureiras.**



Legenda da foto: “Sociedade Dançante Carnavalesca União das Costureiras: grupo tirado na noite de um animado baile. Como se vê, há também grande número de *costureiros*, provavelmente alfaiates ou outros campeões da agulha.”

Fonte: *O Malho (RJ)* – 29 de janeiro de 1910

### **Música 12: A Crítica do Maxixe Francês – Os Geraldos, 1909.**

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/9112/a-critica-do-maxixe-frances>.

“A maçã melhor é a proibida  
Que entre Adão e Eva é repartida  
Ela morde tal fruto saboroso  
E a oferece ao homem que o aceita pressuroso!  
Ai, que fruta boa a tal do amor  
Põe água na boca da pessoa!  
Quem a come encontra tal sabor  
Que quanto mais come mais lhe cresce a fome!  
Mas comendo a fruta proibida

O homem feliz sorri da vida!  
Entretanto, a mulher às vezes sente  
Desta aflição com o estômago doente.”

ARANTES, Erika Bastos. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. *Revista Tempo*, v. 31, n. 27, 2014.

ARANTES, Erika Bastos. Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: CHALHOUB, S.; CUNHA, M. C. Pereira; AZEVEDO, E.; CANO, J. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e São Paulo, séc. XIX e XX*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2010.

BARBOSA, Alessandra T. de S. Pessanha. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”*. Agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. Cor, etnicidade e formação de classe no Porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café e o conflito de 1908. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 68, p. 188-209, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de. *Evaristo de Moraes: tribuno da República*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição*. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2017.

PEREIRA, Juliana. *A era do maxixe: a história social de uma dança nacional (1870-1930)*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2018.

SILVA, Sormani. Mano Elói e o samba na dinâmica da cultura brasileira. Um semeador de escolas de samba. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2015.

SITE: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/jongo>.

**Documento para reflexão:** Sobre a greve de 1906: resultados positivos para os membros do “Resistência”. *Correio da Manhã*, 14/10/1906, p. 3.

“...Fundada a 15 de abril de 1905 sob os auspícios da União dos Estivadores, ganhou bem cedo vida própria e autonomia, sob hábil direção o seu presidente Aristides Figueira de Souza, secundado por dignos companheiros diretores. Aumentou seu prestígio e seu valimento decretando a greve geral nos trapiches e nas casas de café, em data de 13 de agosto último. Nesse trabalho foi eficazmente auxiliado pelo advogado Evaristo de Moraes, a quem uma assembleia concedeu o título de socio comum, por não querer o mesmo profissional honras nem distinções no seio das sociedades operárias.

Presentemente, e em razão da greve, (ainda não de todo terminada) obtém os carregadores – quase todos sócios da Resistência (como eles lhe chamam) – salários relativamente elevados, gozando de regalias que nunca tiveram. Por isso mesmo, o número de sócios da Associação, que era de 900, no início da greve, é hoje de 2.423. De acordo com um pacto de solidariedade firmado entre as respectivas diretorias, por deliberações de assembleias gerais, são material e moralmente solidaria com a Associação, as co-irmãs Foguistas, dos Estivadores, dos Carvoeiros, dos Marinheiros, dos Remadores, das Costureiras de sacos, e dos Carroceiros Cocheiros... Em cada trapiche ou casa de café coloca a sociedade um representante do trabalho, reconhecido pelo industrial que emprega a tropa, e respeitado pelos companheiros, que a compõe. Para manter a boa ordem e a necessária disciplina, existem muitos fiscais, que são também carregadores, usando uma chapa especial, que é o distintivo da sua categoria. A estes auxiliares do fiscal geral compete dar partes às queixas, bem como resolver pequenos incidentes e aplinar dificuldades momentâneas e dúvidas entre operários ou com patrões...

Enfim: – é uma associação de gente laboriosa e honrada que harmonisa os interesses do Capital com os do Trabalho, e pode servir de exemplo a muitas outras.”

## Casa de Machado de Assis – Ladeira do Livramento.

**Tema central:** intelectuais negros e o mundo letrado.

**Música 13:** *Machado de Assis* – Martinho da Vila, 1959.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=oeDxjcVtp1g>

O escritor Machado de Assis nasceu na Ladeira do Livramento, n. 131, em 21 de junho de 1839, e ali teria residido até os seis anos de idade. A casa em que viveu fazia parte do terreno da Chácara do Livramento, que pertencia ao senador Bento Barroso Pereira. Muitas pessoas pobres, como os pais de Machado de Assis, eram agregados na propriedade.

Quando o escritor nasceu, em 1839, o proprietário já havia morrido e sua viúva, Maria José de Mendonça Barroso Pereira, foi escolhida para ser madrinha do homem que viria a ser um dos maiores escritores brasileiros. Sem dúvida, como aponta Ana Flávia Magalhães, sua infância e a memória de seus pais foram marcadas por muitas cenas da escravidão na região do Valongo. Seu pai, Francisco José de Assis, pintor de casa e dourador, era livre e filho de libertos; sua mãe, Maria Leopoldina, açoriana.

Joaquim Maria Machado de Assis foi jornalista, contista, cronista, romancista, poeta, crítico de teatro e teatrólogo, censor e funcionário público. Começou cedo a trabalhar como revisor na tipografia de Paula Brita, importante representante dos “homens livres de cor” do Império, no século XIX, que se tornou seu primeiro editor. Ao lado de outros intelectuais negros, como Luiz Gama, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes, este último muito pró-

ximo de Machado, apostava na imprensa como um veículo de divulgação de sua obra, reconhecimento e participação na vida pública. Descendentes de africanos, todos esses intelectuais negros experimentaram as mesmas dificuldades no mundo letrado.

Foi casado por 35 anos com Carolina Augusta Xavier de Novais (1835-1904) e foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Ocupou por mais de dez anos a presidência da instituição, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis.

Em alguns de seus textos podem ser encontrados registros sobre a região da “Pequena África”, como, por exemplo, nos contos “Casa Velha” e “Conto da Escola” e no livro *Quincas Borba*. Com a ironia que marcava sua escrita, a obra de Machado de Assis revela o grande crítico da escravidão e das relações sociais marcadas pela hierarquia escravista e pelas relações de dependência. Como funcionário público do Ministério da Agricultura, acompanhou a aplicação da Lei do Ventre Livre, de 1871, e procurou aplicar interpretações jurídicas favoráveis aos escravizados que buscavam a liberdade

**Figura 25 - Machado de Assis.**



Fonte: Retrato de Machado de Assis: Joaquim Insley Pacheco, 1880.  
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/7182> . Acesso em: 21 jun. 2025.

MACHADO DE ASSIS. Machado de Assis: Obra Completa em quatro volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2018.

**Documento para reflexão:** conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis.

1906, parte de Relíquias de Casa Velha.

<https://www.machadodeassis.net/texto/pai-contra-mae/32488/>

## Jardins Suspensos do Valongo – Mirante da “Pequena África”.

**Tema central:** protagonismo na formação das festas e religiões afro-cariocas.

**Música 14:** *Um passeio na Pequena África, Herança do meu Rio de Janeiro* – samba-enredo A.R.E.S. da Vizinha Faladeira (2023). Cecília Cruz, Diego Nogueira, Júlio Pagé, Luciano Fogaça, Osmar Fernandes, Thayssa Menezes.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/sambas/vizinha-faladeira-2023/>

Os Jardins Suspensos do Valongo – suspensos por estarem a sete metros acima do nível da rua, na encosta do Morro da Conceição – foram construídos em 1906, no contexto das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), como parte de um muro de contenção para alargamento da Rua Camerino, antiga Rua do Valongo. Em 1938, os jardins foram tombados pelo IPHAN, passando oficialmente a ser o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim e Morro do Valongo”. O projeto original do paisagista Luís Rey foi concebido como um jardim romântico, bem de acordo com a política municipal dos tempos de Pereira Passos para o embelezamento – e branqueamento – da cidade de acordo com o gosto europeu. Apresentava caminhos lúdicos, uma cascata e estátuas de divindades romanas, anteriormente expostas no Cais que fora reformado para receber a imperatriz. Atualmente, as estátuas são cópias das originais, que, pelo que se sabe, estão expostas no jardim do Palácio da Prefeitura. Ao centro do jardim, a destacada casa-sobrado recebeu o nome de Casa da Guarda em 1906, pois servia para abrigar os guardas do jardim e, provavelmente, para estabelecer a vigilância e a repressão sobre o grande

número de trabalhadores e moradores da região. A casa teria sido construída no início do século XIX e funcionou como local de recuperação e venda de africanos escravizados. Atualmente duas organizações associativas negras situam-se no local: i) a Casa da Tia Ciata, Organização dos Remanescentes da Tia Ciata (ORTC), um espaço cultural em homenagem à matriarca do samba, localizado ao nível da rua; ii) o Casarão Cultural João Alabá, um espaço para pesquisas e divulgação na antiga Casa da Guarda.

**Figura 26 – Jardim do Valongo no século XX.**



Fonte: Jardim do Valongo fotografado por Augusto Malta, sem data. *Revista Municipal de Engenharia*, janeiro/dezembro 1997, p. 155. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/materias/jardim-suspenso/j-s.aspx>. Acesso em: 24 jun. 2025.

## Situações-problema

O Mirante. Do alto da casa dos jardins suspensos, a vista da região da “Pequena África” é estupenda, permitindo olhares mais

apurados sobre a região e estimulando a imaginação. Além da Praça dos Estivadores (em frente), dos morros do Livramento, Providência (com suas partes Formiga e Pinto), da Rua Barão de São Félix e da Rua Senador Pompeu, é possível avistar a torre-relógio da Central do Brasil e, ao fundo, a Cidade Nova, os morros da Mineira, de São Carlos, do Turano e da Tijuca. Entre os dois, a imaginação pode nos levar ao Campo de Santana e à saudosa Praça Onze.

**Figura 27 - Vista do Mirante da “Pequena África”.**



Fonte: Foto de Guilherme Hoffman. Disponível em: [Passados Presentes. passadospresentes.com.br/passadospresentes](http://passadospresentes.com.br/passadospresentes). Acesso em: 24/06/2025.

Demolida para a construção da Av. Presidente Vargas, em 1942, a Praça Onze de Junho era o local dos desfiles dos ranchos, dos blocos, das escolas de samba e das disputas de capoeira. Ali viveram importantes lideranças comunitárias e religiosas como Tia Ciata e Tia Bebiana. Bem perto, no morro de São Carlos, no Estácio, importantes lideranças do samba, como Ismael Silva e Bide, e da umbanda, como Tatá Tancredo. Especialmente nos carnavais, a Praça Onze tornava-se o espaço central de sociabilidade, criação e afirmação cultural, musical, religiosa e política da população negra da cidade, tanto dos que moravam no porto, quanto dos que já tinham se mudado para os morros e para os subúrbios da cidade. A Festa da Penha, nos meses de outubro,

ocupava papel semelhante no subúrbio. Ao lado da abertura da Av. Presidente Vargas, foram inaugurados edifícios monumentais em estilo *art déco*, como o Palácio Duque de Caxias e a Estação Central do Brasil, cuja torre alta com relógios nas quatro faces desponta na paisagem como um ícone de uma modernização urbana autoritária, realizada na ditadura Vargas. Na redemocratização, durante o governo Leonel Brizola (1983-1987), a Praça Onze foi reocupada com importantes símbolos da cultura negra, como a Escola Tia Ciata, o monumento a Zumbi dos Palmares e o Sambódromo. Como sublinha a pesquisadora Fabiana Bandeira, a Praça Onze de Junho existe e resiste como um importante lugar da memória negra carioca.

**Figura 28 – Carnaval, Heitor dos Prazeres.**



Fonte: CARNAVAL. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/109848-carnaval>. Acesso em: 21 jun. 2025.

Com a construção da Av. Presidente Vargas, rompeu-se a continuidade espacial da “Pequena África”, já que as áreas portuárias foram afastadas do restante da cidade. Acompanhando de perto a transformação das atividades industriais, a modernização do porto da cidade e o alto custo das habitações na área central, os moradores passaram a buscar áreas mais baratas, como os morros e os subúrbios da cidade. Gradativamente, a “Pequena África” e os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo enfrentaram um gradativo esvaziamento populacional. Mais tarde, nas décadas

de 1960 e 1970, a construção da Avenida Perimetral, cujo viaduto atravessava a região, ainda aprofundou mais o isolamento da região, compartimentando ainda mais os bairros ligados ao porto.

Bem em frente ao mirante, a rua Barão de São Felix, nas primeiras décadas do século XX, era outro local pulsante da “Pequena África”, com seus botequins, quitandas, quiosques, oficinas, depósitos, pedreiras, sobrados, cortiços, *zungus*, casas dançantes, sociedades carnavalescas, casas de santo, candomblés e macumbas. Por ali, velhos africanos, trabalhadores do porto, das fábricas e oficinas, do Arsenal de Marinha, da Estrada de Ferro Central do Brasil, carregadores, ambulantes, quitandeiras, lavadeiras, moradores dos cortiços, frequentadores das casas religiosas e dos sambas, soldados do Exército e da Polícia cruzavam a Praça dos Estivadores fazendo a comunicação entre o porto e a estrada de ferro (inaugurada na década de 1850 e fundamental para o transporte de café), entre o porto e a cidade comercial.

**Figura 29 - Vendedora no mercado.**



*Vendedora no Mercado: Marc Ferrez, Rio de Janeiro, 1875.*

Fonte: The New York Public Library. <https://digitalcollections.nypl.org/items/f3a0b330-c618-012f-b02f-58d385a7bc34?canvasIndex=0>

Acesso em: 12 de out. 2025.

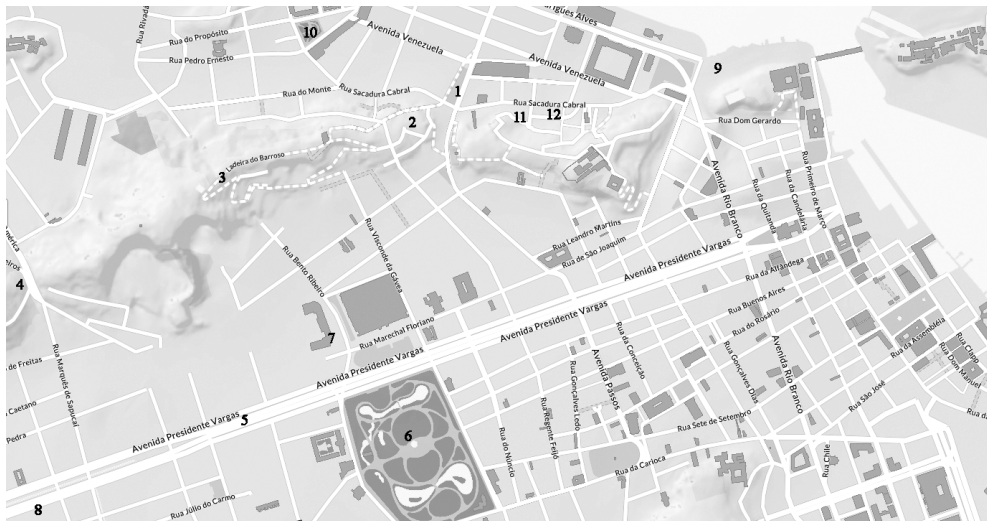
**Música 15:** *Praça Onze* – Herivelto Martins & Grande Otelo, 1941.

Disponível em:

[https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/59386/praca-onze.](https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/59386/praca-onze)

“Vão acabar com a Praça Onze  
Não vai haver mais Escola de Samba, não vai  
Chora o tamborim  
Chora o morro inteiro  
Favela, Salgueiro  
Mangueira, Estação Primeira  
Guardai os vossos pandeiros, guardai  
Porque a Escola de Samba não sai  
Adeus, minha Praça Onze, adeus  
Já sabemos que vais desaparecer  
Leva contigo a nossa recordação  
Mas ficarás eternamente em nosso coração  
E algum dia nova praça nós teremos  
E o teu passado cantaremos.”

**Mapa 8 – Rio de Janeiro em 1947.**



1. Cais do Valongo, 2. Morro da Conceição, 3. Morro da Providência, 4. Morro do Pinto, 5. Avenida Presidente Vargas (Antiga Praça Onze), 6. Campo de Santana, 7. Estrada de Ferro, 8 Estácio. 9. Praça Mauá, 10. Praça da Harmonia, 11. Pedra do Sal, 12. Largo da Prainha. (Referências aproximadas).

Fonte: <https://imaginario.org/pt/map>.

## Pela Rua Barão de São Felix

A Rua Barão de São Felix era uma das mais representativas em termos de vida social, política e religiosa da população negra do porto: associações de trabalhadores, sociedades dançantes e carnavalescas, cortiços, casas de santo e “da dar fortuna”, como eram chamadas pela repressão, dividiam espaços bem próximos. A rua também era conhecida como local que residiam muitos velhos africanos e lideranças religiosas muçulmanas, os famosos alufás.

*Associação Chora na Macumba.* Logo no primeiro quarteirão, à direita, funcionava a associação carnavalesca “Chora na Macumba”. Os títulos das pequenas associações carnavalescas são intrigantes e cheios de significados críticos e irreverentes. Esse “Chora na Macumba”, estabelecido desde o início do século XX na Rua Barão de São Félix, pode ser tomado como um caso exemplar. A rigor, “chorar na macumba” pode significar apenas um modo de executar um instrumento de percussão, hoje desaparecido. Mas a expressão aparece recorrentemente em contextos associados a rituais afro-brasileiros. Mais de dez anos depois, “Chora na Macumba” ainda era expressão corriqueira: era o título de uma peça do teatro de revistas encenada no Democrata Circo, Rio de Janeiro.

### Música 16: *Chora na macumba* – João da Baiana.

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/name/jo%C3%A3o%20da%20baina>.

Oi quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
O candjunga candjumba co manicanga  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga

Ô io pemba io camuntu io ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Oi cambinda cambinda mucama tó  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Tem obi tem orobô ô ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
O camboni que vai dizê ô ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Quem panhou aretetê ô ganga?  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Folha por folha, oi ganga  
Que no mato tem unganga ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga  
Quê, quê rê, quê, quê oi ganga  
Chora na macumba ô ganga.”

*Cortiço da Rua Costa Ferreira.* Tipo de habitação popular, os cortiços ou casas de cômodos eram muito comuns na região da “Pequena África”, especialmente nas imediações das ruas Barão de São Felix e Senador Pompeu, entre o final do século XIX e início do XX. Na Rua Costa Ferreira, n. 70, encontra-se ainda hoje um cortiço que foi tombado pelo município do Rio de Janeiro, em 1986, com uma área de 407,53 metros quadrados. O mais conhecido cortiço da cidade, o lendário “Cabeça de Porco”, situava-se no final da Rua Barão de São Felix, do lado direito mesmo, no anti-

go número 154/156, na base do Morro da Providência. O “Cabeça de Porco” foi posto abaixo pelo então Prefeito Barata Ribeiro, em 26 de janeiro de 1893, depois de inúmeras tentativas anteriores, como um marco simbólico das políticas ditas civilizadoras que as autoridades republicanas pretendiam estabelecer. As justificativas das autoridades para o desmante baseavam-se em políticas de higiene, ligadas ao combate de doenças na cidade, e em preocupações com a segurança, pois que se calculava que ali residiam entre 500 e 2.000 pessoas. O desmante envolveu grande aparato repressivo de funcionários e do Corpo de Bombeiros, e tornou-se notícia de todos os jornais. No dia em que se iniciaram as demolições, foram vistas muitas mulheres, crianças e homens saindo “aos prantos, carregando o que podiam, enquanto os animais, fonte de sustento para muitos, fugiam em disparada pela rua” Barão de São Felix. Madeiras que sobraram dos escombros foram utilizadas por ex-moradores do “Cabeça de Porco” para construir barracos na encosta do Morro da Providência, que ficava ao fundo do terreno. Próximo ao “Cabeça de Porco” seria construído um túnel até a Gamboa, hoje túnel João Ricardo, que só foi inaugurado 30 anos depois. A polca *Cabeça de Porco*, gravada pelo músico negro Anacleto de Medeiros, demonstra o impacto que foi o desmante do cortiço para a história da cidade.

**Música 17:** *Cabeça de Porco* – Anacleto de Medeiros, 1906.

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/disco/1598/odeon-r-40621>. Acesso em: 4 jul. 2025.

O Morro da Providência é considerado o local da primeira favela da cidade do Rio de Janeiro. A antiga chácara do Barão da Gamboa, situada na encosta do morro, foi sendo fracionada com a criação de pequenas ruas e novas residências populares, desde a década de 1870. Entre os novos ocupantes, há evidências que apontam a presença de soldados, e até mesmo de prisioneiros, sobreviventes dos conflitos de Canudos, na Bahia, em 1897. Os soldados teriam vindo para o Rio de Janeiro em busca de apoio do

governo da capital e se alojaram provisoriamente em barracos no Morro da Providência. Logo teriam começado a chamá-lo de “Favela”, ao que tudo indica em lembrança de uma planta típica da região de Canudos, que dava o nome a um dos morros utilizados para subjugar os revoltosos liderados por Antônio Conselheiro.

A população do morro deve ter crescido também a partir da violenta e preconceituosa destruição de cortiços, como o “Cabeça de Porco”, em janeiro de 1897, situado bem na base da Providência, na Rua Barão de São Felix. Os cortiços eram interditados ou destruídos sem nenhuma política compensatória ou preocupada com o destino dos antigos moradores. Reduto da “República dos Bambas”, como definiu o jornalista negro Francisco Guimarães (o “Vagalume”), na Providência aconteciam muitas rodas de samba, com muitos improvisos e “partido alto”. Seus sambistas fundaram importantes blocos e escolas de samba, como a Vizinha Faladeira, a Fiquei Firme, Corações Unidos da Favela, mesmo com os preconceitos e as perseguições policiais, que exigiam para o funcionamento autorizações e a anual renovação das licenças, mediante o cumprimento de muitas exigências. O morro da Favela foi cantado em versos de Sinhô, em 1927, quando defendeu seus habitantes de ameaças de despejo, foi tema de filme de Humberto Mauro, na década de 1930, e também foi homenageado no enredo da Portela de 1942, como local de “berço do samba”.

**Música 18:** *A favela vai abaixo* – Sinhô. Gravação Francisco Alves, 1928.

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/21817/a-favela-vai-abaixo>

“Minha cabocla, a Favela vai abaixo  
Quanta saudade tu terás deste torrão  
Da casinha pequenina de madeira  
que nos enche de carinho o coração  
Que saudades ao nos lembrarmos das promessas

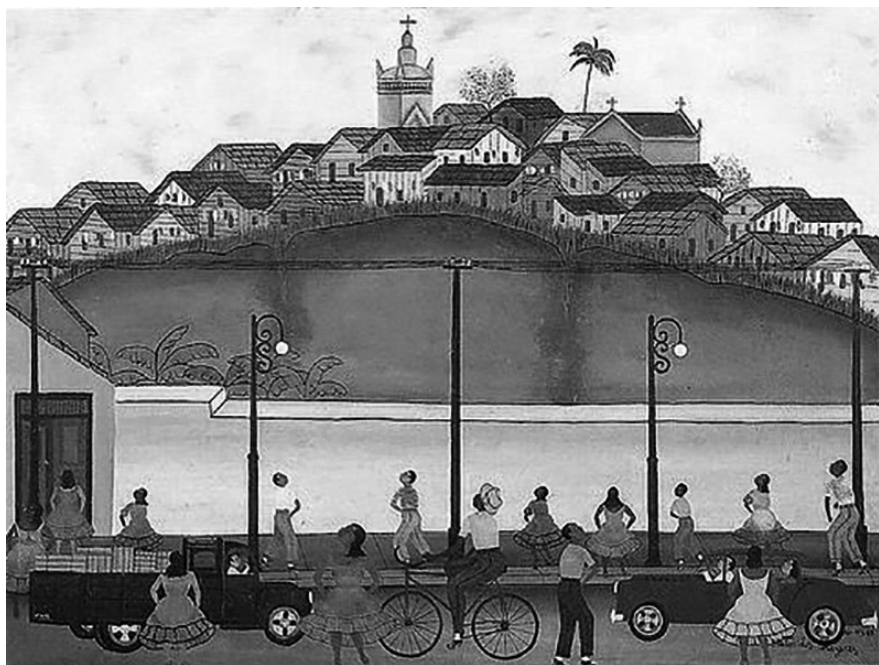
que fizemos constantemente na capela  
Pra que Deus nunca deixe de olhar  
por nós da malandragem e pelo morro da Favela  
Vê agora a ingratidão da humanidade  
O poder da flor sumítica, amarela  
quem sem brilho vive pela cidade  
impondo o desabrigo ao nosso povo da Favela  
Minha cabocla, a Favela vai abaixo  
Ajunta os troço, vamo embora pro Bangú  
Buraco Quente, adeus pra sempre meu Buraco  
Eu só te esqueço no buraco do Caju  
Isto deve ser despeito dessa gente  
porque o samba não se passa para ela  
Porque lá o luar é diferente  
Não é como o luar que se vê desta Favela  
No Estácio, Querosene ou no Salgueiro  
meu mulato não te espero na janela  
Vou morar na Cidade Nova  
pra voltar meu coração para o morro da Favela.”

**Figura 30 - Morro da Favela.**



Fonte: *Morro da Favela*. Augusto Malta, 22/08/1920. Museu da Imagem e do Som. Disponível em: <https://narratives.imagerio.org/view/6064c5acf2a23d0018282c15> . Acesso: 24 jun. 2025.

**Figura 31 – Morro da Favela por Heitor dos Prazeres, 1965.**



Fonte: *MORRO da Favela*. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/115173-morro-da-favela>. Acesso em: 21 jun. 2025.

**Personagens:** João Alabá; Horácio de Sá Pacheco; D. Iraci dos Santos Torres.

*João Alabá*. No final da Rua Barão de São Felix, próximo ao famoso cortiço “Cabeça de Porco”, encontrava-se a casa do pai de santo *João Alabá*. O terreiro de *João Alabá* foi, até meados da década de 1920, um dos mais influentes da cidade. Sua fama como pai de santo é atestada por muitos cronistas. Ele iniciou várias filhas de santo de grande prestígio na vizinhança, como as tias Ciata, Deolinda (que era a mãe-pequena do terreiro), Carmen do Xibuca (Carmem da Conceição), Amélia (mãe do sambista Donga), Bebiana e Perciliana (mãe de João da Bahiana). Como mostra Nilma Teixeira Accioli, Alabá se relacionava também com outras lideranças religiosas importantes que muito fre-

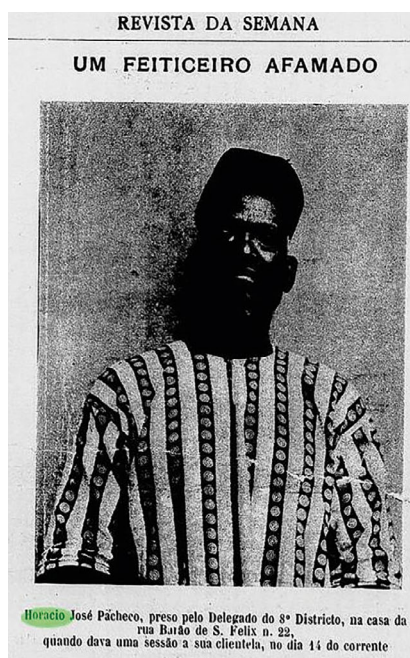
quentavam sua casa na Rua Barão de São Felix, como os mestres muçulmanos alufás Henrique Assumano Mina do Brasil e Horácio de Sá Pacheco. Lideranças masculinas que frequentavam a casa de santo de Alabá tinham também fortes vínculos com o carnaval e as rodas de samba, como Hilário Jovino Ferreira, ogã do terreiro da Barão de São Felix. Sendo filho de Omulu, o orixá que rege as doenças e especialmente a varíola, João Alabá estava à frente do terreiro em 1904, ao tempo da Revolta da Vacina, sendo na ocasião talvez a maior liderança religiosa entre os negros do Rio de Janeiro. Ele permaneceu à frente da sua casa até 1926, quando faleceu sem deixar sucessores. Pela pesquisa de Thamires Guimarães, mesmo com a longevidade de suas casas de consulta, as lideranças religiosas estavam sempre ameaçadas pelos artigos 156, 157 e 158 do Código Penal republicano de 1890. Se a liberdade de culto estava garantida pela Constituição de 1891, as razões para a perseguição e prisões relacionavam-se com pretensas ameaças à saúde pública em cultos que supostamente enganavam a credulidade pública com magias, sortilégios, espiritismo, talismãs e cartomancia, exercendo ilegalmente a medicina ou praticando o curandeirismo.

*Horácio de Sá Pacheco.* Residente na Barão de São Felix, n. 22, Horácio era africano e muçulmano da África Ocidental. Teria chegado à Bahia escravizado, como muitos outros, no início do século XIX, em função da derrota do império de Oyo.

### Figura 32 – Horácio de Sá Pacheco.

Foto de Horácio de Sá Pacheco, na ocasião de sua prisão, em 1907, e divulgada pela *Revista da Semana*.

Fonte: *Revista da Semana*, 22 de setembro de 1907, p. s/n.



Pela pesquisa de Thamires Guimarães, ficamos sabendo que Horácio foi preso em 1907, com idade muito avançada. Em seu depoimento na delegacia declarou que natural de Lagos D’Onim, chamada Lagos depois da invasão britânica, cidade que hoje pertence à Nigéria. Conhecido como alufá, era fluente em árabe e muito procurado para consultas em busca de cura e resolução de problemas de amor, sempre “inspirado por Deus Allah”, como declarou. Quando foi preso, foram encontrados em sua casa tábuas de madeira com inscrições para o aprendizado do Alcorão. Outros alufás, como João Sany, Emmanuel Ojo Smith e João Gonçalves da Rocha residiam em áreas centrais próximas da cidade do Rio de Janeiro. A “Pequena África” era um local de encontros religiosos entre muitas áfricas: muçulmanos, pais de santo de candomblé e de terreiros afro-centrados.

*D. Iraci dos Santos Torres.* Nascida em 1941, D. Iraci era moradora do Morro da Providência. Seu avô teria chegado de Barra Mansa, em 1906, (certamente como migrante descendente de família de escravizados no Vale do Paraíba cafeeiro do Estado do Rio de Janeiro) e conseguido ali um pedacinho de terra para fazer uma casa. Seu sogro, Júlio Simão da Silva, nascido em 1889, também teria vindo de Barra Mansa, e era filho de escravizados trabalhadores de fazendas cafeeiras da região. Famílias de descendentes de escravizados costumavam criar redes de parentesco e solidariedade ao se estabelecerem na cidade. Júlio da Silva chegou ao Rio de Janeiro com 17 anos, a tempo de participar como trabalhador na finalização das obras de construção do porto, iniciadas durante o governo do Prefeito Pereira Passos. Seus pais também foram portuários e participaram da fundação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Na sua infância, D. Iraci conta que as mulheres do Morro da Providência trabalhavam quase todas como lavadeiras, enquanto os homens estavam inseridos no trabalho portuário (no desembarque do sal, do café, do minério de ferro etc.). Os desembarques de café continuavam importantes; as mulheres e crianças trabalhavam também na “catação e varredura” em oficinas e fábricas de bairros vizinhos, como forma de renda com-

plementar. Recordar-se que o trabalho dos estivadores era intermitente, de forma que as turmas de trabalho se encontravam nos intervalos, para rodas de samba e de capoeira, muitas delas em pensões que existiam na região. Com muita emoção, relata como as bicas para pegar água eram distantes (quatro bicas para 3.000 pessoas) e como mobilizavam a ajuda e a solidariedade de todos os moradores. D. Iraci foi uma das fundadoras da Associação de Moradores do Morro da Providência, associação que fez parte do movimento de bairros na conjuntura dos anos 1980, período da redemocratização.

**Figura 33 - D. Iraci no quilombo da Pedra do Sal.**



Fonte: foto de Luiz Torres, seu filho.

BANDEIRA, Fabiana. *Modernidade negra na Praça Onze: escolas de samba, ação política e a construção do Carnaval turístico*. Rio de Janeiro 1932-1948. Tese (Doutorado em História Social) – PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2024.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Mapa Temático. Lazer, cultura e sociabilidade: cotidiano dos trabalhadores em Santana, Rio de Janeiro, 1905*. Projeto Temático FAPESP, Santana e Bexiga. Capinas: Cecult/Unicamp, 2005.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia, uma história social do carnaval carioca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUIMARÃES, Thamires. “SALAMALECO! MANECO LASSALAMA!” Magia e encantamento entre africanos e afro-brasileiros muçulmanos no Rio de Janeiro, 1890-1937. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2025.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a “Pequena África”*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

NEPOMUCENO, Eric B. O Clube Liga Africana e seu inolvidável fundador João Alabá: estratégias de ação política e redes de solidariedade no pós-abolição carioca (cc. 1900-1920). *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras*, v. 5, 2019.

PEREIRA, Leonardo A. M. Da Providência à Favela: os trabalhadores e a ocupação de um morro da região portuária do Rio de Janeiro (1856-1901). *Revista de História*, São Paulo, n. 182, p. 1-28, 2023.

PESSOA, José. Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca. *Anais do Museu Paulista*, v. 20, 2022.

TEIXEIRA, Accioli Nilma. *O sagrado e o profano. Vivências negras no Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2019.

## **Pela Rua Senador Pompeu**

A *Rua Senador Pompeu* também era uma artéria central de movimentação da população negra do porto entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Da Estrada de Ferro chegava-se rapidamente ao Morro da Conceição e adjacências. Ali residiam muitos africanos, pais e mães de santo da cidade do Rio de Janeiro, mas também baianos e fluminenses, muitos egressos do tempo da escravidão.

Cortiço. No número 34 da *Rua Senador Pompeu*, um antigo cortiço pode ser observado como representante das típicas habitações populares da “*Pequena África*”, entre os séculos XIX e XX, quando a população crescia e as casas maiores eram repartidas em quartos para aluguel mais barato. Ao lado do cortiço situa-se a Casa do Maranhão, onde são organizadas diversas atividades culturais negras ligadas à Colônia Maranhense do Rio de Janeiro, como festas do Divino, oficinas de bumba meu boi e tambor de crioula.

## **Personagens:** Rainha Mandinga, Quintino Pacheco, Sinhô, Tia Perciliana e Tia Amélia.

*Rainha da Mandinga e Quintino Pacheco.* No final da Rua Senador Pompeu (antigo número 236 da Rua do Príncipe), próximo à Estação de Trem, numa casa acanhada de portas e janelas, residia, em 1879, uma famosa liderança religiosa da região, que se autointitulava *Rainha da Mandinga*: “a preta mina jeje”, de 45 anos, Leopoldina da Costa. Com essa idade, certamente a africana Leopoldina chegou ao Brasil muito jovem e havia sido escravizada ilegalmente. Em 1879, Leopoldina acabou sendo presa, com outros parceiros, e viu todos os seus objetos de culto apreendidos pelo segundo delegado de Polícia. Pela notícia da *Gazeta de Notícias* de 28 de setembro de 1879, encontravam-se na casa cinco jovens e objetos que faziam parte de rituais de iniciação, como “vasilhas com azeite de coco, sangue, ervas, cabeças de cabritos, búzios e grande infinidade de outros esquisitos objetos”, além de tambores. Em depoimento na Polícia, conforme pesquisa de Eduardo Possidônio, se apresentou, com muita coragem, como chefe da mandinga, mãe de santo e rainha. Leopoldina era acusada de ser a chefe de uma “casa de dar fortuna”, denominação utilizada no final do século XIX pelas autoridades policiais e jornalistas para qualificar as casas religiosas afro-brasileiras.

A perseguição a essas casas foi muito intensa na “Pequena África”. Leopoldina tinha como vizinho e parceiro Quintino Pacheco, que também teve seus objetos sagrados sequestrados violentamente pouco tempo depois. Entre os objetos, destacava-se um tambor para “divertir-se com seus patrícios em danças de sua terra, denominadas Jongos”. Pela pesquisa de Carolina Cabral, tomamos conhecimento que objetos sagrados, sequestrados pela Polícia, tinham sido requisitados pelo então Diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto. Quintino, confiando em seus direitos, solicitou ao Imperador D. Pedro II a devolução dos objetos. Se não sabemos do final dessa história, percebemos que, em meio à repressão religiosa, havia resistência, negociação e luta pela continuidade das expressões religiosas afro-brasileiras.

Com a continuidade da repressão e reformas urbanas, diversos terreiros deslocaram-se para regiões dos subúrbios. Vale destacar que muitos objetos apreendidos nas casas da “Pequena África”, na primeira metade do século XX, permaneceram com a Polícia e hoje formam o acervo do Nosso Sagrado no Museu da República.

*Tia Perciliana.* Também em local próximo da Estação da Estrada de Ferro, teria residido Tia Perciliana Maria Constança, mãe de João da Baiana, homenageado na denominação do Largo da Pedra do Sal. Tia Perciliana do Santo Amaro era neta de escravizados baianos. Seus pais tinham uma quitanda de artigos afro-brasileiros nas proximidades. João da Baiana conta que sua mãe vivia dando festas de candomblé e de samba.

*Sinhô.* Na esquina da Rua Senador Pompeu com a Rua Visconde da Gávea (antigo número 114) teria vivido Sinhô, aclamado como *rei do samba* nos anos de 1920. A casa era também casa de festa e de culto das religiões afro-brasileiras. Bem em frente, do outro lado da Rua Visconde da Gávea, existia, como em vários outros pontos da região, um pequeno comércio com quitanda e botequim. Pianista, violonista, flautista e compositor, Sinhô, Ernesto Barbosa da Silva, era filho de um pintor de paredes e decorador de clubes dançantes. Começou a carreira tocando em sociedades dançantes e clubes carnavalescos da região portuária. Gravou muitos sambas na indústria fonográfica e compôs diversas canções para o Teatro de Revista. Na Rua Senador Pompeu o jovem Sinhô teria brincado e conhecido outros futuros sambistas, como João da Baiana e Caninha.



**Figura 34 – Sinhô.**

Fonte: *Revista da Semana* – 12 de agosto de 1939.

*Tia Amélia e Donga.* Seguindo pela Rua Senador Pompeu, agora pela parte que margeia o Morro da Conceição, encontramos o provável local de residência de Tia Amélia de Araújo, famosa baiana que organizava festas de samba. Amélia era mãe de Ernesto dos Santos, mais conhecido como Donga, músico que, ao lado de Mauro de Almeida, assumiu a autoria de *Pelo Telefone*, em 1916. A composição teria surgido numa festa de samba na casa da Tia Ciata, na Praça Onze, onde também teriam estado outros sambistas, como Caninha, Sinhô, Pixinguinha, Mauro de Almeida, Buci Moreira, entre outros. *Pelo Telefone* é considerado o primeiro samba gravado pela indústria fonográfica a alcançar grande sucesso. Donga também fez parte, ao lado de Pixinguinha, China e outros, do conjunto Oito Batutas que viajou para Paris na década de 1920, obtendo grande sucesso, apesar da crítica da imprensa carioca de que não representavam o melhor da música popular brasileira.

**Figura 35 - Donga em 1919.**

Fonte: Donga. Detalhe da fotografia Oito Batutas, 1919, Rio de Janeiro, RJ. isponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/8908>. Acesso em: 24 jun. 2025.



**Música 19:** *Pelo telefone* – Donga, 1917.

Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/discover?query=oito+batutas&submit=Ir>

“O chefe da Polícia

Pelo telefone mandou me avisar

Que lá na carioca  
Tem uma roleta para se jogar  
O chefe da Polícia  
Pelo telefone mandou me avisar  
Que lá na carioca  
Tem uma roleta para se jogar  
Ai, ai, ai  
É deixar mágoas pra trás, ó rapaz  
Ai, ai, ai  
Fica triste se és capaz e verás  
Tomara que tu apanhes  
Pra nunca mais fazer isso  
Tirar amores dos outros  
E depois fazer teu feitiço  
Ai, se a rolinha, sinhô, sinhô  
Se embarçou, sinhô, sinhô  
É que a avezinha, sinhô, sinhô  
Nunca sambou, sinhô, sinhô  
Porque este samba, sinhô, sinhô  
É de arrepiar, sinhô, sinhô  
Põe perna bamba, sinhô, sinhô  
Mas faz gozar, sinhô, sinhô  
O peru me disse  
Se o morcego visse  
Não fazer tolice  
Que eu então saísse  
Dessa esquisitice  
De disse-não-disse  
Ah! Ah! Ah!  
Aí está o canto ideal, triunfal  
Ai, ai, ai  
Viva o nosso carnaval sem rival  
Se quem tira o amor dos outros  
Por Deus fosse castigado  
O mundo estava vazio

E o inferno habitado  
Queres ou não, sinhô, sinhô  
Vir pro cordão, sinhô, sinhô  
É ser folião, sinhô, sinhô  
De coração, sinhô, sinhô  
Porque este samba, sinhô, sinhô  
De arrepiar, sinhô, sinhô  
Põe perna bamba, sinhô, sinhô  
Mas faz gozar, sinhô, sinhô  
Quem for bom de gosto  
Mostre-se disposto  
Não procure encosto  
Tenha o riso posto  
Faça alegre o rosto  
Nada de desgosto  
Ai, ai, ai  
Dança o samba  
Com calor, meu amor  
Ai, ai, ai  
Pois quem dança  
Não tem dor nem calor.”

ALMEIDA, Angelica Ferrarez. As griôs no Brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria Tia. *Revista Calundu*, v. 4, 2021.

ALMEIDA, Carolina Cabral. *Entre as vozes da mandinga e o silêncio: Ladislau Netto, as Casas de Dar Fortuna e o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2025.

DICIONÁRIO Cravo Albin de Música Popular Brasileira. *Sinhô*. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/sinho/biografia>

PEREIRA, Leonardo A. Miranda. *A cidade que dança*. Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas/SP / Rio de Janeiro/RJ: Ed. Unicamp / Ed. UDUERJ, 2021.

POSSIDONIO, Eduardo. *Entre ngangas e manipansos*. A religiosidade centro-africana nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro de fins dos Oitocentos (1870-1900). Salvador: Saggá, 2018.

ZYLBERBERG, Sonia. *Morro da Providência: memórias da Favella*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultua, Turismo e Esportes, 1992.

## Largo do Depósito/Praça dos Estivadores.

**Tema central:** associativismo negro e participação política nas lutas pela Abolição da escravidão e pela cidadania.

Essa praça foi chamada, na primeira metade do século XIX, de Largo do Depósito, em função de ali existir um Depósito Público. O historiador Clemente Pena demonstrou que, ao longo do século XIX, esse depósito abrigava temporariamente homens, mulheres e crianças que ali estavam apreendidos como garantia de pagamento de dívidas de seus senhores. Corpos humanos escravizados não só serviram de força de trabalho, mas também de capital para o funcionamento do mercado financeiro. Mais tarde o largo recebeu o nome de Praça da Imperatriz (celebrando o desembarque da Imperatriz Tereza Cristina, que ocorrera em 1843) e, em 1888, de Praça da Redenção, em homenagem à Abolição da escravidão. Posteriormente, Praça dos Estivadores, em homenagem aos trabalhadores que cuidavam do embarque e do desembarque de diversos produtos no porto, especialmente o café, atividades que substituíram os negócios e os armazéns de negociantes ligados ao tráfico negreiro após sua proibição em 1831.

**Figura 36 - Praça dos Estivadores.**



Fonte: Praça dos Estivadores, na Rua Camerino, onde se situava a antiga sede da União Operária dos Estivadores - Praça dos Estivadores, *apud* ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

## **Situações-problema:**

Grandes acontecimentos políticos nacionais, como a campanha abolicionista da década de 1880, e a campanha para a eleição de Monteiro Lopes, em 1909, devem ter sido vividos de forma intensa na praça. Afinal, os trabalhadores negros do porto, escravizados e libertos, e suas associações participaram ativamente das lutas pelo fim da escravidão e da eleição do deputado negro para o Congresso Federal. Entre os anos de 1910 e 1930, ao se reunirem todas as dimensões do protagonismo negro na cidade, pode-se perceber o intenso movimento político, social e cultural na “Pequena África”. A partir de 1930, com a ditadura Vargas entre 1937-1945, os movimentos negros religiosos, políticos e trabalhistas foram reprimidos e/ou controlados pela nova estrutura centralizadora e sindical.

A campanha abolicionista foi o primeiro maior movimento político popular do Brasil e mobilizou associações, jornais, tea-

tros, festas e escolas da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1880. Realizou uma série de encontros e comícios, com direito a discursos, quermesses e concertos, nas proximidades da Praça dos Estivadores, como no Colégio Pedro II, na atual Rua Floriano Peixoto, na Irmandade do Rosário de São Benedito, na Rua do Rosário, e no Campo de Santana, em frente à Estação de Trem. Diversas foram as associações de trabalhadores assalariados que levantaram a bandeira da liberdade e do fim da escravidão, dando base para a criação da Confederação Abolicionista em 1883. Estivadores e carregadores do porto deviam se mobilizar com as notícias divulgadas por periódicos abolicionistas, como a *Gazeta da Tarde*, fundada por Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, e a *Revista Ilustrada*. Também chegam notícias de outras partes do Brasil, seja a partir do movimento dos trens e dos portos, alardeando, por exemplo, a Abolição no Ceará, em 1884, ou as fugas em massa dos escravizados das fazendas do interior do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos anos de 1887 e início de 1888. Como não imaginar a presença do conto abolicionista “A Escrava”, de 1887, da escritora negra maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), na biblioteca da União dos Estivadores?

**Figura 37 – Missa campal em 1888 no Campo de São Cristóvão.**



Fonte: Missa campal celebrada em ação de graças pela Abolição da Escravidão no Brasil. Antônio Luiz Ferreira, 1888. São Cristóvão, Rio de Janeiro. / Acervo IMS. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=528>.

Acesso em: 24 jun. 2025.

**Música 20: A canoa virada – Eduardo das Neves, 1908/1912.**

Disponível em:

<https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/9544/ca-noa-virada>. Acesso em: 4 jul. 2025.

A viola já deu baixa  
Violão não tem valia (2x)  
Até o 13 de maio meu bem...

A canoa revirando  
Toda noite aguentou  
Quando foi de madrugada  
Foi-se embora, me deixou

As crioulas que só comiam  
O puro angu com feijão (2x)  
Agora comem tainha,  
apertam o nariz então

A canoa virô  
Deixá-la virá  
De boca para baixo  
Cacunda pro ar  
Chegou ocasião da negrada bumbar  
(Fala: meu Deus! nego bom pra danado)

Subi no alto do monte  
Fui ver o tempo passar (2x)  
E a crioula do lado, meu bem...

A canoa virô...

A viola já deu baixa  
Violão não tem valor  
O preto já é livre  
Já que não tem senhor

**Figura 38 – Eduardo das Neves**



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/cifrantiga/110217193>. Acesso em: 3 de dezembro de 2019.

A canoa virô...  
Acabô ocasião pro baiano chorar

Depois de vilas e cidades  
Andei pelos arrabaldes (2x)  
Não há quem não desejasse, (oderê?)  
O dia da liberdade

A canoa virô...

*Movimento associativista negro*: a Praça era espaço de encontro – social, político e festivo – e de diversos conflitos (rivalidades pessoais, no trabalho e com a polícia) dos estivadores do porto da cidade do Rio de Janeiro, brasileiros, negros em sua maioria, e imigrantes pobres. Mas por ali também transitavam membros de diversas outras agremiações negras, de auxílio mútuo, de perfil trabalhista e político, religioso ou de cunho recreativo. Essas agremiações com bases raciais revelaram a força do movimento associativista negro, fundamental na luta antirracista e na luta por direitos à igualdade e à cidadania antes e depois da Abolição. O associativismo negro construído pelos descendentes de escravizados no Rio de Janeiro e no Brasil tecia a articulação entre festa, santo, esporte, sindicato, luta e mobilização política. Lideranças negras de diversas áreas certamente tinham na praça um lugar de conhecimento, conversa e afirmação. Por ali passavam os personagens desse Museu de Território em direção às casas dançantes, religiosas, sindicais e escolares; dali podia-se ouvir muitos batuques das casas de santo em dias de São Cosme & Damião, São João ou São Jorge. A Praça dos Estivadores era um caminho importante entre o porto e a estrada de ferro, entre o porto e a Praça Onze, entre o Campo de Santana, a Igreja do Rosário e muitas outras partes da cidade. Provavelmente também foi um caminho de comunicação entre muitos outros movimentos negros da Bahia e de São Paulo, conectando lideranças e esperanças.

Além das associações de trabalhadores e carnavalescas, ainda podem ser destacadas outras associações ligadas à população negra: Grêmio Literário 13 de maio, 1888; Clube Republicano dos Homens de Cor, 1889; Caixa Beneficente José do Patrocínio, 1889; Confederação Brasileira dos Homens de Cor, 1903; Centro Cívico Monteiro Lopes, 1910; Associação dos Homens de Cor, 1921; Centro Patriótico Treze de Maio, 1922; e a secular Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

A *União dos Operários Estivadores* funcionou num dos prédios da praça. Essa associação de trabalhadores foi fundamental para o fortalecimento do movimento operário da cidade do Rio de Janeiro. Sua criação esteve ligada às lutas realizadas na greve geral de 1903. Os fundadores eram trabalhadores negros, como Joaquim Januário Nunes, João Evangelista, Cândido Manoel Rodrigues, e grande parte de membros eram descendentes de escravizados que trabalharam no porto no século XIX ou que migraram para a cidade do Rio de Janeiro após a Abolição da escravidão. Certamente, todos tiveram suas vidas muito ligadas às memórias do passado escravista, em termos de experiência pessoal ou memória coletiva. A historiador Maria Cecília Cruz demonstra que entre seus estatutos ficava evidente o objetivo de combater um tipo de contrato, por empreitada, que deixava os trabalhadores muito vulneráveis em função da forma irregular e arbitrária da contratação. A associação iria defender e proteger os associados, resolvendo questões entre operários e patrões, regulamentando as condições de trabalho e procurando contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios por meio de sua interferência. Em 1910, os estatutos foram reformados e afirmava-se a atuação na defesa do “levantamento moral e prosperidade intelectual e material da classe”. Estavam também previstas comemorações pelo 1º de maio, aulas de instrução, criação de jornal e biblioteca, realização de conferências, apoio na doença e morte, assim como defesa de salário, horas de trabalho, apoio pecuniário em decisões de greves.

*Afoxé Filhos de Gandhi*. Em 12 de agosto de 1951 os estivadores da região inauguraram o Afoxé Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro, com sede na Rua Camerino 7 e 9. Fundado por estivadores do porto, moradores na Saúde e Gamboa, o cortejo carnavalesco era marcado pela presença de adeptos do candomblé. É conhecido também na Bahia como o candomblé de rua. Em Salvador, o Afoxé Filhos de Gandhi foi fundado três anos antes, em 1948.

**Figura 39 – Filhos de Gandhi na Pedra do Sal com mestre Kotoquinho em destaque.**



Fonte: Foto de Maurício Hora.

**Música 15: Patuscada de Gandhi – Gilberto Gil.**

Disponível em:

<https://gilbertogil.com.br/noticias/producoes/detalhes/refavela/>.

“Onde vai, papai ojô  
Vou depressa por aí  
Vou fazer minha folia

Com os filhos de Gandhi  
A nossa turma

É alinhada  
Sai do meu bloco  
Pra fazer a patuscada

É mori, moriô, babá  
Babá, ô, kiloxê, jocô”

**Personagens principais:** José do Patrocínio,  
José Ferreira de Menezes, Monteiro Lopes,  
Germano Lopes da Silva, Moyses Zacharias da Silva.



**Figura 40 - José do Patrocínio.**

Fonte: PINTO, Ana Flávia Magalhães.  
*Escritos de liberdade: literatos  
negros, racismo e cidadania no  
Brasil oitocentista*. Campinas/SP:  
Editora da Unicamp, 2018.



**Figura 41 - Ferreira de Menezes.**

Fonte: Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/  
Jos%C3%A9\\_do\\_Patroc%C3%ADnio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_do_Patroc%C3%ADnio).  
Acesso em: 3 de agosto de 2019.

José Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. Entre os abolicionistas negros, destacaram-se José Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, fundadores do jornal *Gazeta da Tarde*, com fortes propósitos abolicionistas, em 1880. Em 1861, o estudante José Ferreira de Menezes (1848-1881) mudou-se da Corte para São

Paulo e se formou em Direito em 1866. Dois anos depois, José do Patrocínio (1853-1905) saíria de Campos dos Goitacazes para o Rio como farmacêutico. Segundo a historiadora Ana Flavia Magalhães, as trajetórias desses dois homens poderiam jamais se encontrar, não tivessem suas vidas sido encaminhadas para o jornalismo. De volta à cidade de origem, Menezes ampliou sua importância nas disputas políticas e na cena cultural, projetando-se por meio de grandes jornais da época. A morte de Menezes em 1881 fez com que Patrocínio assumisse o desafio de continuar a empreitada e se tornasse um dos mais renomados abolicionistas negros de todos os tempos segundo Humberto Machado e Ana Flávia Magalhães. A *Gazeta* jamais lucrou com anúncios de fuga de pessoas escravizadas.

Monteiro Lopes (1867-1910), militante da campanha abolicionista e republicana, destacou-se no Rio de Janeiro como advogado da Irmandade do Rosário e São Benedito, dos operários e das sociedades de trabalhadores, entre elas a União dos Operários Estivadores. Participava das atividades de associações negras no Rio de Janeiro, como a Sociedade União dos Homens de Cor, e em outros estados do Brasil. Chegou a ser eleito algumas vezes para a Intendência Municipal, mas, em 1909, mobilizou grande campanha para sua eleição para a Câmara Federal, com o apoio de eleitores e lideranças negras de todo o país, como Evaristo de Moraes, Hemetério dos Santos e Ezequiel dos Santos. Depois de muitas dificuldades pelo reconhecimento de sua candidatura, de

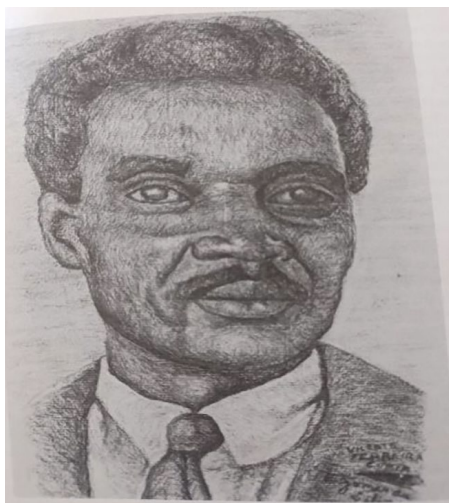


**Figura 42**  
**Monteiro Lopes.**

Fonte: O Novo Conselho Municipal. O *Malho*, 1903, ed. 00045 (3), p. 12.

acordo com a pesquisa de Carolina Dantas, foi eleito com 2.150 votos, certamente pelo apoio de eleitores do porto e de outras associações de trabalhadores. Enfrentando diversas atitudes racistas, ocupou sua vaga no Parlamento e votou a favor da anistia de João Cândido, o almirante negro, e dos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata, em 1910.

Monteiro Lopes fazia parte de uma rede de ativistas negros que lutavam contra o racismo, pelos direitos sociais dos trabalhadores e pelo direito ao voto. Entre eles destacaram-se o liberto Israel Soares, juiz da Irmandade do Rosário, e seu filho Antônio Israel Soares Jr., médico, com consultório em São Cristóvão e integrante do Centro Cívico Monteiro Lopes. Segundo a historiadora Alexandra Lima da Silva, esse centro, em parceria com a Federação Operária, promovia palestras e cursos noturnos para os trabalhadores. Importante conexão entre lideranças negras do Rio de Janeiro e São Paulo, foi Vicente Ferreira, com evidentes relações com Lopes e Soares. Na década de 1920 mudou-se para São Paulo, onde conheceu e foi admirado



**Figura 43 - Vicente Ferreira (carvão de Eliseu Gomes da Silva)**

Fonte: livro *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos de Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 63.



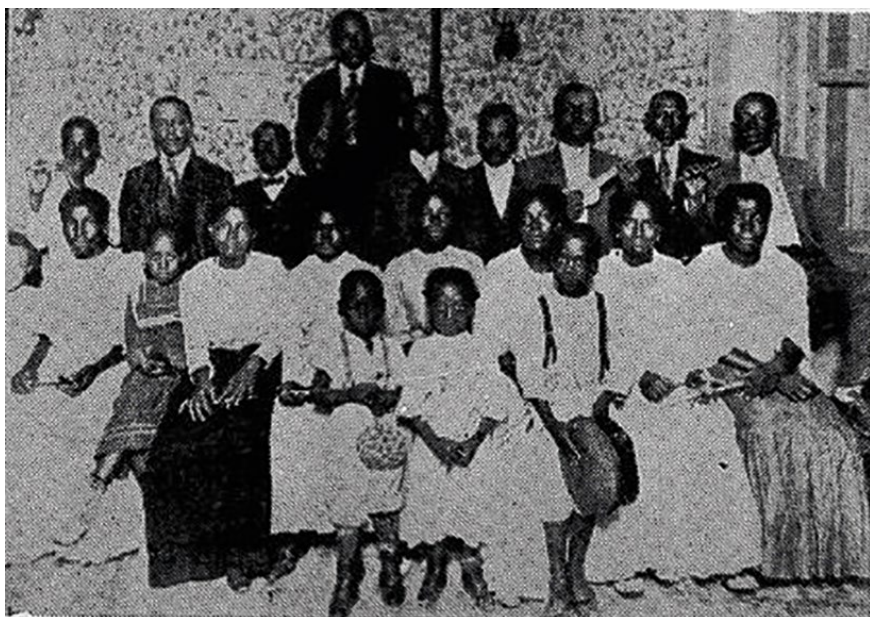
**Figura 44 - Israel Antônio Soares Jr.**

Fonte: *A imprensa*, 19/08/1913.

por José Ferreira Leite, um dos membros da importante Frente Negra de 1931.

*Germano Lopes da Silva* era bedel (inspetor de alunos) da prestigiada Escola Politécnica, situada no Largo de São Francisco, onde estudaram importantes lideranças acadêmicas negras, como Antônio e André Rebouças. Fazia parte de uma rede de ativistas negros da política, pois há notícias de sua presença na missa pelo falecimento de Monteiro Lopes, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, como demonstra o historiador Eric Brasil. Também fazia parte da rede de associações carnavalescas da “Pequena África”, posto que era mestre-sala de um dos mais famosos ranchos da cidade, “O macaco é o outro”. Tendo sido a primeira sede do rancho na casa de Tia Ciata, na Praça Onze, tudo leva a crer que Germano também circulava entre as lideranças religiosas afro-brasileiras. O título do rancho revela como o carnaval, de forma irreverente e satírica, também se envolvia com críticas sociais e raciais à sociedade carioca.

**Figura 45 – Grupo Carnavalesca “O macaco é Outro”.**



Fonte: *Revista da Semana* – 18 de fevereiro de 1911.

Moyses Zacharias da Silva. Pela pesquisa de Eric Brasil, tomamos conhecimento que era membro da diretoria da União dos Operários Estivadores no ano de 1911, era eleitor do distrito de Santa Rita e deve ter tido a oportunidade de votar em Monteiro Lopes, em 1909. Talvez por residir no Engenho Novo, o que demonstrava a circulação de trabalhadores negros na cidade, foi presidente da Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo dos Caçadores da Montanha, no ano de 1906. Autorizada pelo delegado de Polícia, a Sociedade participava dos concursos carnavalescos organizados pelos jornais, visitava as sedes de outras sociedades, realizava partidas de futebol e participava, ao lado de outras associações, de campanhas eleitorais, como a que elegeu Hermes da Fonseca, em 1910.

**Figura 46 - Sociedade Carnavalesca Caçadores de Montanha.**



“Grupo de pastoras e diretores.” Fonte: *O Malho (RJ)* – 27 de abril de 1912.

BRASIL, Eric. Áfricas, macacos e flores: os carnavais cariocas e o ensino de história e culturas afro-brasileiras. In: XAVIER, Giovana. *Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas*. Salvador/BA: Ed. UFRB/Fino Trato, 2016.

BRASIL, Eric. Moyses Zacarias: carnaval, cidadania e mobilizações negras no Rio de Janeiro (1900-1920). In: ABREU, M.; XAVIER, G.; BRASIL, E.; MONTEIRO, L. *Cultura negra, novos desafios para os historiadores*. Niterói/RJ: Eduff, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, F. S.; CUNHA, O. *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na Origem de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, 24 (2000).

DANTAS, Carolina Viana; ABREU, Martha. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Coleção Biografias do Pós-abolição. Niterói, Eduff, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 67, 2014.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2014.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2018.

SANTOS, Aderaldo Pereira. *A palavra como arma: Vicente Ferreira, uma voz antirracista na Primeira República*. Relatório Pós-Doutorado, PPGH/UFF, 2023.

SILVA, Alexandra Lima. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *Revista Eletrônica – Documento, Monumento*, UFMT, NDIHR, v. 21, n. 1, julho 2017.

## Documento para reflexão

Em carta a Rodolpho Xavier, liderança negra e operária de Pelotas, publicada no jornal *A opinião pública*, em 6 de março de 1932, Monteiro Lopes escreveu:

*A comunhão dos negros e dos mulatos para defesa da pátria, que nada mais é do que a República, isenta e limpa de preconceitos de raças. A República é nossa, porque ela é o resultado do 13 de maio, e quem fez o 13 de maio foi o genial negro José do Patrocínio. Porque pretendem nos excluir da grande comunhão nacional, nós que temos honrado a nossa bandeira defendendo com galhardia e denodo a integridade da nação?!*

DANTAS, Carolina V. e ABREU, M. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República. Coleção Biografias do Pós-abolição. Niterói: EDUFF, 2020.

## Trapiches e atividades portuárias da Rua da Saúde.

*Esquina de Rua Sacadura Cabral  
com Rua Camerino, calçada do prédio  
do Trapiche da Gamboa.*

**Tema central:** transformações urbanas e o  
trabalho no porto.

**Música 22:** *Maresia, se eu fosse um marinheiro* – Antonio Cícero e  
Paulo Machado, 1981.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/adriana-calcanhotto/77438/>

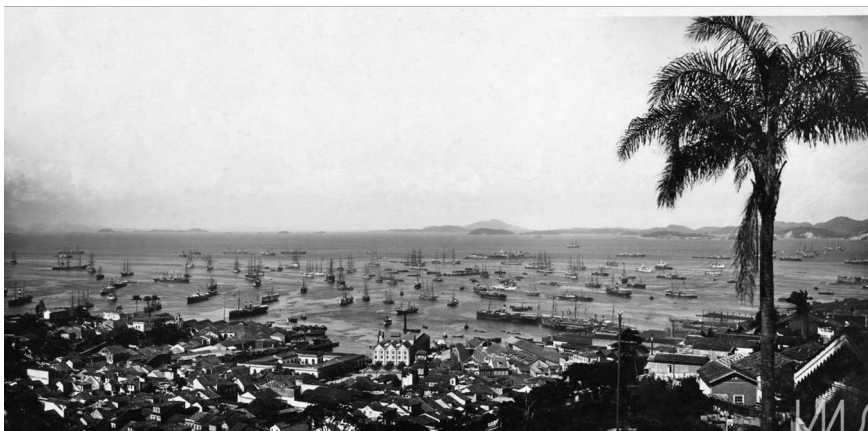
Difícil imaginar hoje que o mar chegava aos limites da atual Rua Sacadura Cabral, a antiga Rua da Saúde, inicialmente denominada Rua Nova de São Francisco. Para abrir a rua, foi necessário aterrar o caminho e cortar parte da Pedra do Sal, facilitando a comunicação entre a Prainha e o Centro da cidade, pelo litoral, com o Valongo, obra fundamental para o movimento do porto que então se ampliava. Aproveitando a estrutura comercial já existente desde o início do século XIX, quando ali ainda chegavam navios com africanos escravizados, a região transformou-se completamente a partir das décadas de 1840 e 1850. Com o aumento da exportação do café, a nova riqueza que vinha do Vale do Paraíba e era exportada para a Europa e os Estados Unidos, os embarcadouros para a chegada dos africanos e os barracões de venda de escravizados deram lugar a trapiches e armazéns de depósito de café, que se espalharam entre a Prainha, a Pedra do Sal e a Gamboa. As atividades costeiras fervilhavam com o trabalho de escravizados, que atuavam como carregadores e estivadores, desembarcando passageiros e cargas. Alguns trapiches reuniam até 200 pessoas escravizadas.

CARDOSO et alli (Elizabeth D. Cardoso, Roberto M. Peachman, LÍlian F. Vaz, Mario Aizen e Maria Paula Albernaz). *História dos Bairros, Saúde, Gamboa e Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Ed. Index, 1987.

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1991.

**Figura 47 – Prainha e Saúde.**



Fonte: Prainha e Saúde: Gilberto Ferrez, 1893. Instituto Moreira Salles.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2577>. Acesso em: 24 jun. 2025.

**Figura 48 – Docas e o Morro da Saúde.**



Fonte: Docas e o Morro da Saúde: Marc Ferrez, 1890. Coleção Gilberto Ferrez. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/9950>. Acesso em: 24 jun. 2025.

## **Documento para reflexão:** proposta de edificação.

*“Em 6 de julho de 1837*

*Dizem José Antônio Vaz & Cia, Elias José, José Francisco Lobo, Manoel Rodrigues Reinol, Custódio de Souza Guimarães; e o Coronel Antônio da Costa Barros, proprietários de prédios na praia do Valongo, edificados no sítio, que esta Ilma. Câmara tem assinado para logradouro público, que havendo V. Sra. em atos de vistoria faculta aos suplicantes apresentar uma proposta para a edificação de cais naquela praia, em compensação do terreno que ocupam os seus prédios, vem hoje os suplicantes declarar a Vossas Senhorias em desempenho de suas palavras, que lhes se comprometem e obrigam a fazer à sua custa uma via de 80 palmos de largura em frente a Rua do Valongo empregando o aterro que for preciso para o mar adentro o espaço que for razoável e possível atenta a sua profundidade fechando-a com cais de pedra e cal com 8 palmos de largura e com 86 de comprimento, e coberto todo com cantaria até o marco que ela se acha colocado, vindo esta rua e o cais a ter o equivalente do terreno que os suplicantes ocupam com os seus prédios, comprometendo-se a carreira a aprontar-lhes duas cartas de aforamento logo que esteja concluída a obra projetada.*

*Para que não duvidem os suplicantes assinam termo perante esta ilustríssima Câmara, por fato.*

*(Despacho)*

*Para vossas senhorias hajam por bem deliberar sobre este objeto com a sabedoria e justiça costumada.”*

ARQUIVO DA CIDADE. Fundo Câmara Municipal – Série Cais, BR RJAG-CRJ 40.2.67, p. 18. Tavares, p. 26.

## Pedra do Sal e Quilombo da Pedra do Sal.

**Tema central:** protagonismo negro na modernidade carioca e na construção do patrimônio cultural brasileiro

**Música 23:** *Quilombo* – Jackie Severina e Marina da Rosa.

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=BhM3M\\_J-YbE](https://www.youtube.com/watch?v=BhM3M_J-YbE)

A Pedra do Sal, até o início do século XIX, projetava-se sobre o mar e dificultava a passagem, pelo litoral, entre o Centro da cidade e o Valongo. Entre 1818 e 1820, sofreu um impressionante corte, quando foi aberta a Rua Nova de São Francisco da Prainha (depois Rua da Saúde e hoje Sacadura Cabral). A abertura do litoral permitiu a construção de novos trapiches e armazéns, alguns provavelmente para depósito do sal, não mais monopólio da Coroa portuguesa desde 1801. Bem próximo do que restou da pedra, cresceu o trapiche da Pedra do Sal, administrado por bem sucedidos proprietários ou arrendatários que utilizavam intensamente trabalho de escravizados. Era um dos mais importantes do litoral até 1875, quando foi incorporado pela Companhia Docas Pedro II.

**Mapa 9 – Trecho da Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Levantada por Ordem de Sua Alteza o Príncipe Nosso Senhor, no ano de 1808.**

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41109>



Nesse trecho, podem ser vistas as duas praias, separadas pela Pedra da Prainha (Pedra do Sal) – intacta –, além de pontos como os Armazéns do Sal, à esquerda, no sopé do Morro de São Bento, e os grandes trapiches da Ordem de São Francisco e de Antonio Leite, à direita.

Na década de 1950, a Pedra do Sal foi imprensada e escondida pela construção de um alto prédio na esquina da atual Rua Sacadura Cabral. Como o Cais do Valongo, as operações e reformas urbanísticas silenciaram, até recentemente, os locais de memória da história negra na região, como a Pedra do Sal. Atualmente, todas as segundas-feiras as rodas de samba retornam ao local.

**Figura 49 – Pedra do Sal com o prédio.**

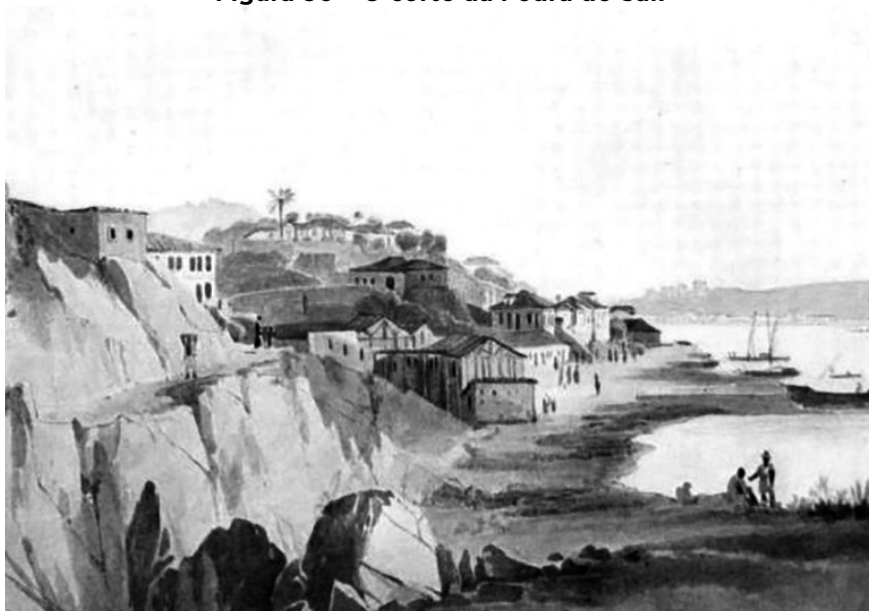


Fonte: foto Guilherme Hoffman.

## Situações-problema

O *Corte da Pedra do Sal*. Pelo relatório de despesas de Francisco Martins Esteves, responsável pela obra, descobrimos os nomes dos trabalhadores escravizados, muitos identificados com nomes de regiões africanas ligadas ao tráfico. Como cabuqueiros, encontravam-se Marianno Mina, Manoel João Ignacio Preto, Feliciano d'Araújo, Manoel Bipiga, Domingos Lial, Vicente Moçambique, Jozé Lial, Ilias Mina, Gregorio Criolo, Masiano Mina e Francisco Moçambique. Como serventes, estão registrados os nomes, entre outros, de Antônio Benguela, Antônio Congo, José Rezende, Manoel Mina, Luis Preto, Antônio Mineiro, Antônio Congo, Antônio do Ferras, Joaquim Preto, Joaquim de D. Anna e Ignacio Moçambique. Teriam sido gastos 12 barris de pólvora para o corte da pedra.

**Figura 50 – O corte da Pedra do Sal.**



Fonte: *Cercanias de Val-Longo*, 1817. In: *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Ed. Kapa, 2000.

A *Pedra do Sal* e o *trapiche* como *patrimônios*. Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1987, com parecer do historiador Joel Rufino dos Santos, a Pedra do Sal é considerada um marco cultural da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado de oferendas e despachos, é o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca. Em torno da Pedra do Sal, entre o final do século XIX e início do XX, aí se localizavam muitos ranchos e cordões carnavalescos, formados por trabalhadores negros do porto, imigrantes negros da Bahia e do Vale do Paraíba fluminense, mineiro e paulista, e residiam lideranças religiosas ligadas às matrizes africanas. Era também local de encontro de capoeiristas, mesmo depois da repressora atuação das autoridades policiais na primeira década republicana (1890-1900).

Entre 2011 e 2012, com a preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, diversas obras estruturais foram realizadas entre o Valongo e a Pedra do Sal, em área próxima ao

Armazém Docas André Rebouças. Com o necessário acompanhamento do IPHAN, foi realizado, sob a coordenação da arqueóloga Tania Lima, um trabalho de monitoramento de vestígios do material encontrado. Como resultado, além da localização das estruturas do antigo cais, trapiche e armazém, foram identificadas, no agora Sítio Arqueológico em torno da Pedra do Sal, evidências religiosas da presença de africanos e afro-brasileiros. Entre elas, cerca de 60 valvas de búzios, espécies não presentes no Brasil e muito utilizadas entre povos africanos como moeda corrente, adereços e instrumentos musicais, assim como com sentidos devocionais ligados à força, sabedoria, iniciação e assentamentos de orixás. Também foram encontradas concentrações de seixos, revelando práticas de devoção dos escravizados. A Pedra do Sal e o Quilombo, na arqueologia e na memória, configuram-se como um local sagrado da africanidade carioca.

*Quilombo da Pedra do Sal* – Descendentes da última geração de escravizados do Vale do Paraíba e da Bahia, ainda residentes na região em torno da Pedra do Sal, são reconhecidos hoje como remanescentes de Quilombo e reivindicam a valorização e a proteção de todo o passado de luta e de resistência que marcou a história e a memória afro-brasileira da região. Em meio a ameaças de despejo e disputas territoriais, motivadas em grande parte pelos projetos de revitalização do porto iniciadas nos anos 2000, deram entrada no processo de titulação do Quilombo da Pedra do Sal, já reconhecido pela Fundação Palmares, mas ainda em andamento nas instâncias municipais e federais. Em seu apoio e proteção, constam o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante a terra às comunidades quilombolas, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e a proteção de bens culturais de natureza imaterial de grupos que formaram o patrimônio cultural brasileiro e a Portaria do IPHAN 135/2024 que regulamenta o tombamento e sítios de antigos quilombos. Em termos municipais, a Lei Ordinária 5.781 de 22 de julho de 2014, que criou a área especial de interesse cultural do Quilombo Pedra do Sal (AEIC) na cidade do Rio de Janeiro, a Lei 6.405 de

2018, que declara o Quilombo da Pedra do Sal patrimônio cultural imaterial da cidade. Membros da Comunidade Quilombola da Pedra do Sal seguem trabalhando na estiva e atuando nas lutas culturais e sindicais dos trabalhadores do porto.

A *modernidade negra carioca*. Muitos baianos, mineiros e fluminenses que chegavam à cidade do Rio de Janeiro tinham o local como referência de trabalho e abrigo em função dos laços de solidariedade familiares e religiosos ali oferecidos. Nas memórias dos antigos sambistas, a Pedra do Sal é local central de encontro, resistência e afirmação da cultura negra, patrimônio cultural construído na diáspora africana. Enfrentando o preconceito, a desigualdade de oportunidades e a perseguição policial, os músicos negros, em meio a muitas estratégias de conflito e negociação com setores influentes, como políticos, músicos e artistas eruditos, conseguiram afirmar o samba em ambientes culturais comerciais modernos, como o mundo dos teatros de revista, da indústria fonográfica e o do rádio.

Sambistas e músicos negros foram fundamentais para a construção da música e da poesia moderna brasileira a partir dos anos de 1920. Hoje, “as matrizes do samba carioca, o samba de roda, o samba de terreiro e o samba enredo” são considerados Patrimônios Culturais do Brasil.

A projeção dos gêneros afro-brasileiros, como o lundu, o maxixe, o choro e o samba, nos circuitos culturais comerciais, inclusive internacionais, especialmente depois da gravação de *Pelo Telefone*, em 1917, pela indústria fonográfica, relaciona-se com a revolução musical e estética que artistas e escritores negros levavam para os palcos e para os modernos canais de entretenimento em todo o mundo atlântico, a começar por Paris e Nova York. Não é mera coincidência que o samba, o jazz, a rumba e o son, de Cuba, o calypso, do Caribe inglês, e o tango argentino tenham ganhado espaço no circuito internacional em datas muito próximas (entre 1917 e 1919). A emergência de ritmos, gêneros, espetáculos e associações dançantes afro-americanos modernas representava a afirmação da negritude e

de novas formas de luta contra o racismo no campo cultural. A dimensão transnacional da experiência africana nas Américas, marcada pela dominação, violência e sofrimento, a partir do tráfico, do trabalho compulsório, dos processos de racialização e negação da cidadania após a Abolição, fazia emergir em todos os lugares da diáspora uma nova política cultural negra, marcada por intensos fluxos musicais. Como exemplos, no Rio de Janeiro, podemos citar o grupo de músicos negros que formaram o conjunto *jazz-band* “Oito Batutas”, Pixinguinha, Donga, China e Nelson dos Santos Alves, e a Companhia Negra de Revistas, dirigida por João Cândido Ferreira, conhecido artisticamente por “De Chocolat”.

**Figura 51 – Os Oito Batutas.**



Fonte: Brasileira Fotográfica - Instituto Moreira Salles.

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/8907>.

Acesso em: 14 de out. 2025

**Música 24:** samba *Urubu Malandro*, 1922. Oito Batutas e Pixinguinha.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=petuj9UJtLw>

**Personagens:** João da Baiana, Mãe Aninha, Bamboxê Obitikô, Tia Aurora.

*João da Baiana.* Homenageado na denominação do próprio largo da Pedra, João da Baiana (1887-1974) fez parte da primeira geração de músicos, ao lado de Donga, Heitor dos Prazeres e Getúlio Marinho, que, nas décadas de 1910 e 1920, participou da construção e difusão do samba como gênero musical comercial na indústria fonográfica e nas rádios, nos anos de 1930. Segundo Jota Efegê, memorialista da História da Música Popular Brasileira, a Pedra era “o antigo quartel general do samba”. Filho da baiana Tia Perciliana, sobrinho de Hilário Jovino e neto de escravizados, frequentava os ranchos da Pedra do Sal, como o Dois de Ouros, onde costumava sair como porta-machado, espécie de batedor ou guarda de honra dos porta-estandartes, na abertura dos desfiles dos ranchos. Donga e Pixinguinha foram grandes parceiros.

**Figura 52 –  
João da Baiana  
e Jota Efegê  
nas escadas da  
Pedra do Sal.**

Fonte: Domínio público. Fotografia desconhecida.



**Figura 53 – João da Baiana, Donga e Pixinguinha.**



Fonte: Donga, Pixinguinha e João da Baiana. Disponível em: <https://pixinguinha.com.br/perfil/joao-da-bahiana/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

**Música 25: Batuque na cozinha – João da Baiana.**

*Disponível em:*

<https://www.youtube.com/watch?v=yJkPDve5-nU>

Batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

Não moro em casa de cômodo  
Não é por ter medo não  
Na cozinha muita gente  
Sempre dá em alteração

Batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

Então não bula na cumbuca  
Não me espante o rato  
Se o branco tem ciúme  
Que dirá o mulato

Eu fui na cozinha  
Pra ver uma cebola  
E o branco com ciúme  
De uma tal crioula

Deixei a cebola, peguei na batata  
E o branco com ciúme  
de uma tal mulata  
Peguei no balaio pra medir a farinha  
E o branco com ciúme de uma tal branquinha

Então não bula na cumbuca  
Não me espante o rato  
Se o branco tem ciúme  
Que dirá o mulato

Mas o batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

Eu fui na cozinha pra tomar um café  
E o malandro tá com olho na minha mulher  
Mas comigo eu apelei pra desarmonia  
E fomos direto pra delegacia

Seu comissário foi dizendo com altivez  
É da casa de cômodos da tal Inês  
Revistem os dois, botem no xadrez  
Malandro comigo não tem vez

Mas o batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

Batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

Mas seu comissário  
Eu estou com a razão  
Eu não moro na casa de arrumação  
Eu fui apanhar meu violão  
Que estava empenhado com Salomão

Eu pago a fiança com satisfação  
Mas não me bota no xadrez  
Com esse malandrão  
Que faltou com respeito a um cidadão  
Que é Paraíba do Norte, Maranhão

Batuque na cozinha  
Sinhá não quer  
Por causa do batuque  
Eu queimei meu pé

*Mãe Aninha e Bambochê.* Nas imediações da Pedra do Sal – ainda que não saibamos a localização exata – estava um dos mais antigos terreiros Ketu do Rio de Janeiro, fundado no final do século XIX. Mãe Aninha, filha de Xangô e filha de africanos, cujo nome completo era Eugênia Ana dos Santos, chegou à Corte imperial vinda da Bahia em 1886. Veio em companhia de dois outros importantes personagens da história dos cultos afro-brasileiros: *Bambochê Obiticô* (Rodolfo Manoel Martins de Andrade)

e Oba Saniá, ambos ligados às primeiras casas de candomblé da cidade. Como muitas baianas, vendia acarajé e outras iguarias de santo em seus tabuleiros pelo Centro da cidade. Mãe Aninha permaneceu no Rio de Janeiro comandando sua casa até o final da primeira década do século XX, quando retornou a Salvador e comprou a “roça” onde instalou, em 1909-1910, o Ylê Opo Afonjá. Tornou-se então uma das yalorixás mais influentes da



Bahia. Ela só retornou ao Rio de Janeiro em meados dos anos 1920, antes de falecer em 1928. Nessa ocasião, o terreiro que ela fundara ainda funcionava no Santo Cristo, sob o comando de uma de suas filhas de santo.

**Figura 54 – Mãe Aninha.**

Fonte: Mãe Aninha. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mae-aninha-ialorixa-do-ile-axe-opo-afonja/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

*Tia Aurora.* A casa sobrado no fundo do Largo João da Baiana, na Pedra do Sal, teria sido a casa de Tia Aurora, nas primeiras décadas do século XX. Dona Iraci dos Santos Torres, nascida em 1942, no Morro da Providência, relata que trabalhou quando criança, ao lado de sua mãe, na pensão da baiana Tia Aurora. Ali, nas horas do intervalo do trabalho intermitente, os estivadores se reuniam para descansar, fazer as refeições e se divertir em rodas de samba, disputas de partido-alto e de capoeira. Tia Aurora teria falecido no final da década de 1950.

**Figura 55 – Provável casa da Tia Aurora no fundo da Rua Argemiro Bulcão.**



Foto: Guilherme Hoffman, 2015.

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco. Canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Coleção História Ilustrada. Campinas/SP: Editora da Unicamp [e-pub3 e e-pub2], 2017.

AMORIM, Diego U. Papa Negro da Umbanda e General da Banda no Samba: Tancredo da Silva Pinto (Tata Ti Inkice) no Brasil do Pós-Abolição. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, 2021.

ANDRADE, T.; MORGADO, A. J.; PUCCIONI, S.; AMADO, N. Os estivadores esquecidos: arqueologia do Trapiche da Pedra do Sal, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 30, 2022, p. 1-63 e 34.

ARANTES, Erika Bastos. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. *Tempo* (Niterói, on-line), v. 21, n. 37, 2015.

CASTILLO, Lisa Earl. “Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica”. *Tempo* (Niterói, on-line), v. 22, n. 39, 2016.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “*Não tá sopa*”: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930. Coleção História Ilustrada. Campinas/SP: Editora da Unicamp [e-pub3 e e-pub2], 2015.

DICIONÁRIO Cravo Albin de Música Popular Brasileira. *João da Baiana*. <http://www.dicionariompb.com.br/mano-eloi>.

LIMA, Lurian. O mistério do mistério do samba: o paradigma da mediação e a produção racializada de silêncios na memória hegemônica da “Música Popular Brasileira” (1960-2017). *Opus*, v. 27, 2021.

LOPES, Nei. *Partido-alto, samba de bamba*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

LOPES, N. *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical*. Partido-alto, calango, chula e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal: em torno do samba e do porto. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras do quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. *E-papers*, 2012.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a “Pequena África”*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

NATAL, Vinicius. Samba, cidadania e modernismo: Aparando algumas arestas. *Samba em Revista*, Museu do Samba, v. 1, 2022.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor e Ed. da UFRJ, 2001.

Dossiê Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/64>.

## **Documento para reflexão:**

### **– Transformações urbanas**

“Os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, procurando alcançar o litoral norte ou recôncavo da cidade, foram abrindo caminhos que beiravam charnecas e mateiros. Um desses caminhos, origem da antiga rua dos Ourives, foi sair a uma pequena praia abrigada, de areias limpas e fácil desembarque, em um outeiro, depois chamado Manoel de Brito e de São Bento, e uns altos penedos, ditos mais tarde da Pedra do Sal. A essa ribeira deram o nome de Prainha, que se estendeu à região vizinha.

(...) Em 1820, um trecho da obra, desde a Prainha até o Valongo, estava terminado, com a abertura de uma via pública e ao longo da mesma um grosso cais sobre o mar e para o qual foi preciso o corte de um pedaço do penedo Pedra do Sal. No começo da via pública, na Prai-

*nha, formou-se um pequeno rossio para o recreio do povo. Esse logradouro chegou aos nossos dias com a denominação de largo da Prainha, que desapareceu com a abertura da avenida Rio Branco e formação de uma praça, ainda chamada Mauá.”*

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos* (Edição comemorativa dos 110 anos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro). Prefeitura da Cidade do Rio Janeiro – Secretaria das Culturas – Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro – Divisão de Pesquisa, 2004, p. 183.

– Carmem Teixeira da Conceição, Tia Carmem, filha de africanos e com mais de 100 anos, na década de 1980, deu o seguinte depoimento a Roberto Moura:

*“Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. [...] Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. [...] Tinha primeira classe, era gente graúda, a baianada veio de qualquer maneira, a gente veio com a nossa roupa de pobre, e cada um juntou sua trouxa: ‘Vamos embora para o Rio porque lá no Rio a gente vai ganhar dinheiro, lá vai ser um lugar muito bom.’ [...] Era barato a passagem, minha filha; quando não tinha, as irmãs inteiravam para ajudar na passagem...”*

MOURA, R. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983, p. 43.

## Largo de São Francisco da Prainha: zungu.

**Tema central:** formas de sociabilidade e resistência.

**Música 26:** *Que Zungu* – Nei Lopes, 2003.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/nei-lobes/847068/>

O Largo de São Francisco da Prainha, hoje local de eventos, com rodas de samba e feiras da gastronomia afro, promovidas pela comunidade da região, era, no século XIX, lugar do antigo mercado de escravizados da Prainha. Pela imagem de Rugendas, de 1835 podemos observar, ao fundo, o mar e a torre da Igreja de São Francisco da Prainha, e imaginar que a cena representada pelo pintor se situava exatamente onde hoje se encontra o Largo da Prainha.

**Figura 56 – Mercado de escravizados.**



Fonte: Mercado de escravos. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/86161-mercado-de-escravos>. Acesso em: 22 jun. 2025.

## Situações-problema

A casa de número 13 do Largo de São Francisco da Prainha, como mostra a pesquisa de Carlos Eugênio Soares, foi um lugar de reuniões conhecidas como *zungus*. Em 1883, a Polícia teria prendido 30 trabalhadores portuários de diferentes origens, suspeitos de participarem de *zungus*. As casas de *zungu* eram espécies de pensões, espaços coletivos improvisados de exercício da liberdade. Objetivamente, serviam para alimentação, especialmente o angu, dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Nesses espaços, africanos e seus descendentes, escravizados e libertos, reconstruíam suas práticas musicais e religiosas nos momentos de descanso. Desde o início do século XIX, os *zungus* foram proibidos e reprimidos pela Polícia, como indicam as posturas municipais, mas conseguiam resistir e permanecer mesmo em locais de intenso trânsito.

**Figura 57 - Vendedoras de angu.**



Fonte: *Négresses marchandes d'angu*: Jean Baptist Debret, 1835. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Doação da Fundação Estudar, 2007. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23693/quitandeiras-as-primeiras-empREENDEDORAS-do-brasil> . Acesso em: 24 jun. 2025.

No início do século XX, o Largo da Prainha ficou bem mais distante do mar. As ruas que o separam do litoral, onde ainda se encontram os velhos armazéns, foram construídas depois das reformas de Pereira Passos em 1904.

Ao centro do largo, destaca-se hoje a escultura da bailarina Mercedes Baptista (2021-2014). Bailarina e coreógrafa, criou o balé afro-brasileiro e fez parte da fundação da dança moderna no Brasil. Foi a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

### **Personagens:** João Cândido e Hilário Jovino.

João Cândido (1880-1969). Líder da Revolta da Chibata, ao lado de outros marinheiros negros, como André Avelino, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório do Nascimento, João Cândido era filho de libertos gaúchos e teve sua vida muito próxima da experiência da escravidão. Possivelmente entrou na Marinha de Guerra a partir da Escola de Aprendizes de Porto Alegre que, apesar de ser uma das poucas oportunidades para crianças pobres e negras, oferecia formas de tratamento violentas e ofensivas. Segundo Álvaro Nascimento, sob sua liderança, centenas de colegas negros, que formavam a maioria do corpo de marinheiros, ameaçaram e bombardearam a então capital da República, entre 22 e 26 de novembro de 1910, a partir de navios que ocuparam a Baía da Guanabara bem em frente ao porto do Rio de Janeiro. Muitas das reuniões dos marinheiros para a organização do movimento aconteciam na Rua do Jogo da Bola, bem próxima ao Largo da Prainha e da Pedra do Sal, na base do Morro da Conceição.

Ao rebelaram-se contra o péssimo tratamento dado aos marinheiros, conseguiram levar suas reivindicações para as primeiras páginas dos principais jornais do país e trouxeram à tona as evidentes práticas racistas da sociedade brasileira. Os jovens marinheiros, com os gritos de “Viva a Liberdade” e “Abaixo a Chibata”, se diziam “escravos dos oficiais”. Numa carta ao

Presidente da República, datada de 22 de novembro de 1910, se apresentaram como “cidadãos brasileiros e republicanos [que] não... mais suporta[vam] a escravidão na Marinha Brasileira...”. Depois de uma falsa anistia, a Marinha, a Polícia e o Exército empreenderam ampla repressão aos envolvidos, que foram presos, desterrados ou mortos. Para sua defesa teve apoio de Evaristo de Moraes, conhecido advogado dos trabalhadores negros, e da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. João Cândido conseguiu sobreviver, depois de internado em hospício e preso por um tempo, mas seguiu sendo desprezado pela Marinha. Sua anistia só foi decretada em 2008, mas ainda não conseguiu ter seu nome incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, uma coletânea que precisa ser sancionada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

**Figura 58 – João Cândido.**

Fonte: *A Ilustração Brasileira* – 1º de dezembro de 1910.



**Música 27: O mestre-sala dos mares – João Bosco, 1974.**

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/joao-bosco/663976/>

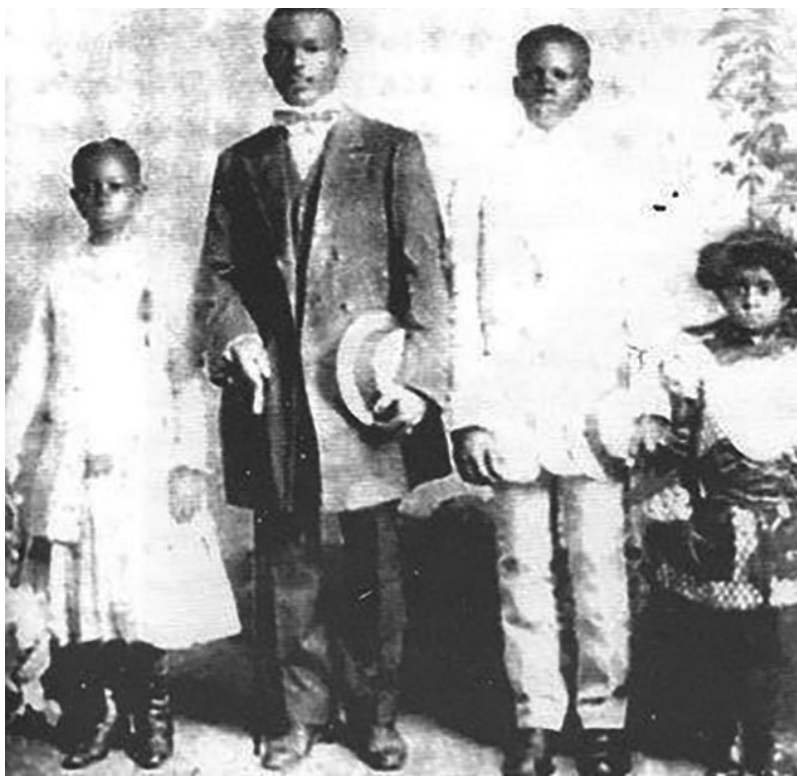
“Há muito tempo nas águas da Guanabara  
O dragão no mar reapareceu  
Na figura de um bravo feiticeiro  
A quem a história não esqueceu  
Conhecido como Navegante Negro  
Tinha a dignidade de um mestre-sala  
E ao acenar pelo mar na alegria das regatas  
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas  
Jovens polacas e por batalhões de mulatas  
Rubras cascatas

Jorravam das costas dos santos entre cantos e chibatas  
Inundando o coração do pessoal do porão  
Que a exemplo do feiticeiro gritava, então  
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias  
Glória à farofa, à cachaça, às baleias  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história  
Não esquecemos jamais  
Lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá  
Salve o Navegante Negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais  
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias  
Glória à farofa, à cachaça, às baleias  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história  
Não esquecemos jamais  
Lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá, lá  
Salve o Navegante Negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais  
Mas salve  
Salve o Navegante Negro  
Que tem por monumento  
As pedras pisadas do cais  
Mas faz muito tempo.”

Hilário Jovino. Na pequena Rua João Inácio residiram importantes lideranças da comunidade baiana negra chegada ao Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, a partir do tráfico interno de escravizados ou de migrações em busca de melhores condições de vida. No antigo n. 17, a casa de Miguel Pequeno e Amélia Kitundi era uma espécie de consulado baiano no Rio de Janeiro. Hilário Jovino, filho de escravizados, estivador, operário do Arsenal de Marinha, ogã no terreiro de João Alabá, ali residiu logo que chegou ao Rio de Janeiro, provavelmente em 1872. Hi-

lário, conhecido como “Lalau de Ouro”, é considerado fundador e dinamizador de diversos ranchos carnavalescos no Rio de Janeiro, como o Rei de Ouro, no final do século XIX, além de ser mestre da arte de tirar versos. Junto com João Cancio e Oscar do 24 (assim chamado por ter servido na campanha de Canudos, como integrante do 24º Batalhão), foi considerado o rei do partido-alto. A famosa babalorixá Tia Ciata também teria residido na casa de Miguel Pequeno e Amélia logo que chegou da Bahia, antes de instalar-se na Rua Visconde de Itaúna, na Praça Onze. Hilário era tio do músico e artista Heitor dos Prazeres, mentor intelectual da “Pequena África” e um dos articuladores da maior invenção cultural carioca, as escolas de samba.

**Figura 59 – Hilário Jovino.**



Fonte: Hilário Jovino. Disponível em: <http://ipcb-rj.com.br/?p=691>.  
Acesso em: 24 jun. 2025.

**Figura 60 – Paulo da Portela, Heitor dos Prazeres, Gilberto Alves, Alcebiades Barcelos (Bide) e Armando Marçal. Figuras centrais no mundo das escolas de samba.**



Fonte: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5202582>.  
Acesso em: 24 jun. 2025.

**Música 28:** *Vem de Aruanda* – Heitor dos Prazeres, 1957.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=31W-x8iET6M>

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Corpo, Saúde e Alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012.

CAVALCANTI, Nireu. “Memórias da alegria: o Rio de Janeiro na folia dos ranchos (1893-1911)” In: THIESEN, Icléia; BARROS, Lutgarde Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio. (orgs.). *Vozes do Porto: memória e história oral*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, Uni-Rio, 2005.

FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

LOPES, Nei. *Partido alto, samba de bamba*. Rio de Janeiro, Pallas, 2005.

NASCIMENTO, Álvaro P. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro P. *João Cândido: o mestre sala dos mares*. Niterói: Eduff, 2020

SOARES, Eugenio. *Zungu, rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1998.

**Documento para reflexão:** Visconde Beaurepaire-Rohan. *Dicionário de vocábulos brasileiros*, 2. ed., Salvador/BA: Livraria Progresso, 1956 [1889].

“ZUNGU: casa dividida em pequenos compartimentos que se alugam mediante paga, não só para dormida da gente de mais baixa ralé como para a prática de imoralidades, e serve de coito a vagabundo, capoeiras, desordeiros e ébrios de ambos os sexos(...)”

## Igreja de São Francisco da Prainha.

**Tema central:** Igreja, propriedade e escravidão

**Música 29:** *Preto cismado* – Eduardo Brecho, Jairo Pereira, Tássia Reis Dos Santos, Alternet Music, 2015.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/alafia/preto-cismado/>

Uma das igrejas mais antigas do Rio de Janeiro foi construída e doada à Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em 1704; foi reedificada em 1740 após a capela ser destruída durante um incêndio causado pela invasão francesa chefiada por Jean-François Duclerc. O pároco responsável por sua construção – iniciada no final do século XVII – foi o padre Francisco da Motta, filho de um português – identificado por alguns pesquisadores como um cristão-novo – que era proprietário do trapiche da Prainha, e de uma cativa, Maria da Guiné, que seria originária de Cabo Verde. Foi esse sacerdote, filho de europeu e africana, o herdeiro do trapiche e do terreno ao redor, que legou à Venerável Ordem Terceira da Penitência (VOT) – organização religiosa católica. A partir de então, o trapiche passou a ser conhecido como Trapiche da Venerável Ordem Terceira da Penitência.

### Personagem principal:

Padre Francisco da Motta, pároco fundador da igreja, filho de Maria da Guiné, escravizada originária do Cabo Verde, e de um português, seu proprietário. Esse religioso lega à VOT o trapiche que herdou de seu pai e os terrenos ao redor do templo.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. A “Pequena África”: um portal do Atlântico. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2011.

**Figura 10 - Mapa com o Trapiche da Ordem.**



Fonte: *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações [detalhe]*. 1713. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_017, d.1.064. Disponível em: SOARES, Carlos Eugênio Libano. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904, *Acervo, Rio de Janeiro*, v. 29, n. 1, 2016.

**Figura 61 - Igreja de São Francisco da Prainha.**



Fonte: Igreja de São Francisco da Prainha. Crédito: Fernando Rodrigues. Fonte: Porto Maravilha. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/igreja-sao-francisco-da-prainha>. Acesso em: 24 jun. 2025.

## Igreja de Santa Rita.

**Tema central:** pretos novos, festas negras e capoeiras em solo sagrado.

**Música 30:** *Malandragem* – Mestre Capu, 2019.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/mestre-capu/1846232/>

Construída em 1720, a Igreja de Santa Rita e o largo à sua frente eram o centro da Freguesia de Santa Rita, que abrangia toda a área portuária. Antes da abertura do Cais do Valongo, havia nas proximidades da igreja um cemitério de pretos novos, onde eram enterrados os africanos escravizados que não sobreviviam à viagem (atualmente a estação do VLT de Santa Rita foi nomeada como Pretos Novos). Depois de desativado o cemitério, que foi transferido para Rua Pedro Ernesto, hoje Instituto dos Pretos Novos, foi erguido em frente à Igreja um cruzeiro, que assinalava a presença passada do campo santo.

Anos mais tarde se deu a construção de um chafariz no Largo de Santa Rita (1839). A freguesia era densamente povoada no Império e o chafariz muito frequentado, sobretudo por cativos e libertos a carregar água. Única praça da freguesia, a igreja matriz e o chafariz dominavam a vida de seus habitantes, moradores, em sua maioria, dos muitos cortiços espremidos entre os morros que a circundavam.

Eram muitas as festas ali realizadas, como a do Divino, organizada pela irmandade do Divino Espírito Santo da Igreja. Nas festas do Divino a presença da população negra era significativa. O Divino acolhia os escravizados, em seus símbolos e promessas de liberdade, e abria a oportunidade para o descanso e o divertimento com batuques, lundus e sambas nas suas co-

memorações. Na imagem abaixo é possível ver, do lado direito, a presença da bandeira do Divino acompanhada por músicos negros. No centro, com muitos escravizados, o grande chafariz, fundamental para a vida na freguesia.

**Figura 62 – Igreja de Santa Rita.**



Fonte: Igreja de Santa Rita. Eduard Hildebrandt, 1844.  
<https://santarita.hypotheses.org/historia>. Acesso em 20/09/2025

Santa Rita era dominada pela malta de capoeiras Três Cachos (ou “Flor de Uva”), muito ciosa de suas fronteiras, que disputava o domínio das ruas com grupos rivais como os de Sacramento. Como outros grupos de capoeiras do Centro da cidade, de acordo com o historiador Carlos Eugênio Soares, a Três Cachos também aderiu aos Guaïamus, uma espécie de federação de maltas que, nas últimas décadas do Império, se aliara ao Partido Liberal e desempenhava papel importante nas eleições no tempo do império.

**Figura 63 – Jogar capoeira.**



Fonte: Jogar Capoeira. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101863-jogar-capoeira>. Acesso em: 24 jun. 2025.

**Personagens principais:** escravizados no chafariz de Santa Rita, foliões do Divino e capoeiras.

**Música 31:** *A Bandeira do Divino* – Ivan Lins.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/ivan-lins/46430/>

Acesso em: 5 jul. 2025.

Os devotos do Divino  
Vão abrir sua morada  
Pra bandeira do Menino  
Ser bem-vinda, ser louvada, ai, ai

Os devotos do divino  
Vão abrir sua morada

Pra bandeira do Menino  
Ser bem-vinda, ser louvada, ai, ai

Deus vos salve esse devoto  
Pela esmola em vosso nome  
Dando água a quem tem sede  
Dando pão a quem tem fome, ai, ai

Deus vos salve esse devoto  
Pela esmola em vosso nome  
Dando água a quem tem sede  
Dando pão a quem tem fome, ai, ai

A bandeira acredita  
Que a semente seja tanta  
Que essa mesa seja farta  
Que essa casa seja santa, ai, ai

A bandeira acredita  
Que a semente seja tanta  
Que essa mesa seja farta  
Que essa casa seja santa, ai, ai

Que o perdão seja sagrado  
Que a fé seja infinita  
Que o homem seja livre  
Que a justiça sobreviva, ai, ai

Que o perdão seja sagrado  
Que a fé seja infinita  
Que o homem seja livre  
Que a justiça sobreviva, ai, ai

Assim como os três reis magos  
Que seguiram a estrela-guia  
A bandeira segue em frente  
Atrás de melhores dias, ai, ai

Assim como os três reis magos  
Que seguiram a estrela-guia  
A bandeira segue em frente  
Atrás de melhores dias, ai, ai

No estandarte vai escrito  
Que Ele voltará de novo  
E o Rei será bendito  
Ele nascerá do povo, ai, ai

No estandarte vai escrito  
Que Ele voltará de novo  
E o Rei será bendito  
Ele nascerá do povo, ai, ai.

ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas e cultura popular no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOMES, Flavio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as quitadeiras”. *Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002.

PEREIRA, J. C. Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro dos séculos XVII a XIX. *Sankofa*, São Paulo, 1(1), p. 20-46, 2008.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A negrada instituição”: os capoeiras no Rio de Janeiro. 1850-1890. 1993. 467. Rio de Janeiro. Access Editora, 1999.

SITES:

– <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/capoeira>

– <https://capoeirahistory.com/pt-br/>

## Praça Mauá, antiga Prainha.

**Tema central:** território de condenados, capoeiras e africanos livres.

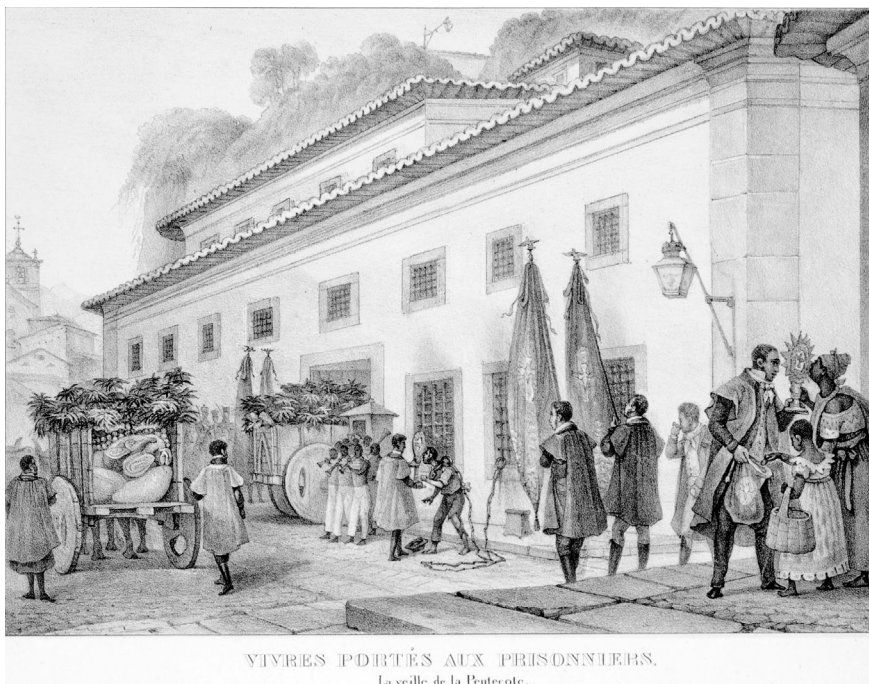
**Música 32:** *Praça Mauá, que mal que há?*– Moacyr Luz e Aldir Blanc, 2013.

Disponível em:

<https://www.letras.mus.br/moacyr-luz/praca-maua-que-mal-ha/>

A atual Praça Mauá denominava-se Prainha. Era local de trabalho e encontro da população negra, cativa e liberta, que atuava no descarregamento de embarcações, na pesca e no transporte de pessoas e mercadorias. O caminho que, no século XVIII e primeira metade do século XIX, levava até a Prainha a partir da Igreja de Santa Rita, era conhecido como caminho dos penitentes. Tal nome foi atribuído porque, junto à encosta do Morro da Conceição, que limita hoje com a atual Rua do Acre, existia a prisão do Aljube – construída no século XVIII como prisão para clérigos e, depois (ainda naquele século), foi transformada em prisão comum. Dessa prisão saíam condenados à força que seriam executados na Prainha, proxima-mente ao local onde se construiu, no século XX, o grandioso prédio do jornal A Noite – e que também sediou, nesse mesmo século, a famosa Rádio Nacional. A marca de dor nesse percurso nos faz lembrar que muitos negros, africanos e crioulos, foram encarcerados na terrível prisão do Aljube e, entre eles, alguns percorreram esse caminho até o patíbulo, durante os séculos XVIII e XIX. A Igreja de Santa Rita era o local onde faziam as últimas preces.

**Figura 64 – Viveres da Irmandade do Divino levados à cadeia (Aljube), 1839. Jean Baptiste Debret.**



Fonte: Biblioteca Brasileira e José Mindlin.  
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3463>

O *Arsenal de Marinha*, situado na Praça Mauá junto ao Morro de São Bento, recebeu negros escravizados e libertos considerados ameaçadores (desobedientes, rebeldes, fujões), encaminhados pela Polícia. Entre eles havia muitos capoeiras, que pagavam suas condenações realizando trabalhos forçados. Após 1831, africanos livres foram também conduzidos ao Arsenal de Marinha, para prestar serviços – até que se providenciasse seu retorno à África, o que praticamente nunca acontecia. Com a proibição do tráfico e a eventual repressão e captura de algumas embarcações envolvidas no infame comércio, os africanos recapturados nesses navios receberam a denominação legal de *africanos livres*. Ainda que reconhecida sua condição de liberdade, foram submetidos a situações análogas à escravidão, tendo que trabalhar compulsor-

riamente, sem receber nada, para instituições e particulares. Dentro do Arsenal, africanos recém-trazidos ilegalmente de suas terras estabeleciam novas relações e laços de identidade e amizade com os que lá se encontravam, outros africanos ou descendentes. Eram constantes as fugas e atos de rebeldia no local.

**Figura 65 – Arsenal de Marinha.**



Fonte: Arsenal de Marinha. Pieter Godfried Bertichen, 1856. Coleção Brasileira Itaú. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18091/arsenal-da-marinha>. Acesso em: 24 jun. 2025.

A praça hoje conhecida como Mauá, foi renomeada em 1871 como Praça 28 de Setembro, em homenagem à Lei do Ventre Livre, mas o antigo nome da Prainha continuou prevalecendo. Em 1910, depois de passar muitos anos em obras de remodelamento, recebeu um novo nome, em homenagem ao Barão de Mauá, destacado empresário envolvido com a construção de estaleiros, estrada de ferro, comércio de barcos a vapor, iluminação pública e bancos.

**Figura 66 – Vista aérea da Praça Mauá e da Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central).**



Fonte: Vista aérea da Praça Mauá e da Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central). Jorge Kfuri, 1921. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/9072>. Acesso em: 1º jul. 2025.

Atualmente, na praça, destacam-se dois grandes museus. O Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em março de 2013; seus dois prédios interligados chamam a atenção de quem passa por ali: o Palacete Dom João VI, tombado e eclético, e o edifício vizinho, de estilo modernista, originalmente um terminal rodoviário. Há no térreo uma instalação artística em forma de maquete, representando uma favela, assinalando um dos principais aspectos dessa região: a presença de comunidades populares nas encostas dos morros que a circundam. O terraço do MAR serve como excelente mirante para a observação da região, incluindo o Morro da Conceição e o Arsenal de Marinha. Outra monumental construção da Praça Mauá é o moderníssimo Museu do Amanhã. Do espaço externo da construção é possível avistar todo o antigo porto, reformado na época do Prefeito Pereira Passos, com seus armazéns e locais de trabalho.

**Figura 67 – Porto do Rio de Janeiro desde a Praça Mauá até próximo ao Canal do Mangue.**



Fonte: Porto do Rio de Janeiro desde a Praça Mauá até próximo ao Canal do Mangue, s/d. Kfuri, Jorge, 1893-1965. *Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil*. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/3941>. Acesso em: 1º jul. 2025.

**Figura 68 – Armazéns do porto.**



Fonte: *O Globo*. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/os-armazens-da-zona-portuaria.html>. Acesso em: 1º jul. 2025.

GOMES, Flavio S. e SOARES, Carlos Eugênio. “Nas ondas do Atlântico: protestos e cultura do trabalho num sistema prisional na Corte Imperial - o Arsenal de Marinha 1820-1840”. In: ARAÚJO, C. E.; MAC CORD, M.; SANTOS, L. F.; GOMES, F. S. (Org.). *Proletários e escravos: universos e paisagens do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

## **Personagens principais/Documentos para reflexão:** Manoel de Figueiredo, sentenciados do Arsenal e escravizados.

– Juiz de paz, 1º Distrito de Santana, 1837. Arquivo da Marinha  
“Remeto à V.Exca. para o serviço da Armada, ao preto forro Francisco Manoel de Figueiredo de nação Cabinda, por dar couro em sua casa aos pretos fugidos, com notável prejuízo de seus senhores.”

Ofícios Juiz de Paz, 12/11/1837, 1.9600, SDM,

– Eusébio de Queirós, Chefe de Polícia da Corte, 1837, Arquivo Nacional.

“A continuação das fugas feitas pelos sentenciados recolhidos ao Arsenal de Marinha faz com que eu de novo lhes faça ver que era melhor, na conformidade das ordens do ministro da Justiça, enviá-los para a Casa de Correção, visto não facilitar tantos as fugas como o Arsenal.”

Código 323, vol 14, 22/5/1837, folha 29 v, AN

– Ofício do Chefe de Polícia ao Ministro da Justiça, 22/11/1844, AN.

“A Praia do Peixe e a Prainha [atual praça Mauá] são sem dúvida os lugares desta capital onde se cometem diariamente mais desordens de todo gênero. Ferimentos, furtos e outros delitos, ali são frequentes pela afluência de escravos, que se reúnem a homens de ínfima classe que de noite e de dia desembarcam.”

IJ6 202, 1844, AN

Fonte: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2002.



O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) tem como missão preservar e dar voz às histórias que o tempo tentou silenciar. Este livro, fruto de valiosa pesquisa acadêmica de autoria de Martha Abreu e Monica Lima, amplia o horizonte da memória da “Pequena África” — território sagrado da presença negra, da dor e da resistência. **Pequena África: histórias, memórias e personagens num museu de território** representa mais que uma pesquisa acadêmica: é um ato de valorização e de reparação histórica. Ao apoiar e divulgar estudos como este, o IPN reafirma seu compromisso com a construção de uma história pública e plural, que reconhece o papel essencial dos africanos e seus descendentes na formação cultural, social e espiritual do Brasil — um legado que seguimos honrando, preservando e tornando visível para as futuras gerações.

Um presente da academia para o povo.

**Merced Guimarães dos Anjos**

Presidente do Instituto de Pesquisa  
e Memória Pretos Novos (IPN)